



O Ideário
Patrimonial
O идеарио



www.cta.ipt.pt

N. 18 // dezembro 2023 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

DIRETOR/EDITOR

Doutor Fernando Augusto Coimbra, Instituto Terra e Memória/ Instituto Politécnico de Tomar

DIVULGAÇÃO

Em Linha

DIRETORES-ADJUNTOS

Professor Doutor José d'Encarnação, Universidade de Coimbra

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar

Professor Especialista Fernando Sanchez Salvador, Instituto Politécnico de Tomar

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Paula Avelar, Universidade Aberta

André Luís Ramos Soares, Professor Doutor, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Luiz M. Oosterbeek, Professor Doutor e Coordenador Instituto Politécnico de Tomar

Regina Delfino, Professora Doutora, Instituto Politécnico de Tomar

Ziva Domingos, Universidade Agostinho Neto, Angola.

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio nº 23591

REGISTADA NA ERC nº 127733| REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores



Índice

Editorial	3
-----------------	---

Artigos

O Património Paleontológico Português: conhecer para preservar e valorizar Silvério Figueiredo	7
--	---

Dai margini la storia: per una metodologia di indagine del graffito su affresco come fonte storica tra XV e XVI secolo Gianfranco Massetti, Giorgios Dimitriadis	25
--	----

As figurinhas de barro, "paulistinhas", expressão da cultura e da religiosidade dos grupos subalternos do Vale do Paraíba Giorgios Dimitriadis, Geraldo Magela	45
--	----

Patrimónios e materiais Luiz Oosterbeek	62
---	----

Para uma arqueologia cénica do passado José Eduardo Mateus	69
--	----

Certificar produções artesanais sob uma perspetiva construtivista do património Pedro Rêgo, Alice Duarte	106
--	-----

Contributo da coletividade Casa da Comarca da Sertã na dinamização e divulgação dos territórios que representa Pedro Fernandes	124
--	-----

Políticas educativas originaram mudanças patrimoniais intrainstitucionais: o caso da Universidade do Namibe Teresa Almeida Patatas	152
--	-----

Recensão

Realidade feminina no mundo romano José d'Encarnação	165
--	-----

Após o falecimento prematuro da Doutora Ana Rosa Pinto da Cruz, editora de *O Ideário Patrimonial* entre os números 1 e 17, coube-nos a difícil mas honrosa tarefa de dar continuidade ao seu trabalho. O número anterior ao presente volume, relativo a dezembro de 2022, tinha sido quase na totalidade preparado por aquela investigadora, sendo dado à publicação por intermédio do Professor Doutor José d'Encarnação, que continua a colaborar com a revista na qualidade de Diretor Adjunto.

No que diz respeito ao número atual, publicam-se oito artigos e uma recensão. O primeiro texto, intitulado *O Património Paleontológico Português: conhecer para preservar e valorizar*, da autoria de Silvério Figueiredo foca-se na divulgação e no conhecimento do património paleontológico existente no nosso país, de modo a contribuir para uma melhor preservação e valorização do mesmo. O autor destaca a importância da educação patrimonial aplicada aos locais e materiais de interesse paleontológico em Portugal.

Segue-se *Dai margini la storia: per una metodologia di indagine del graffito su affresco come fonte storica tra XV e XVI secolo*, escrito por Gianfranco Massetti e Giorgios Dimitriadis, com interessantes observações sobre algumas inscrições posteriormente grafitadas sobre frescos dos séculos XV e XVI em igrejas do Norte de Itália, na região da Lombardia. Ao efetuar uma simbiose entre esses grafitos e o reportório iconográfico presente nos frescos, os autores contribuem com importantes informações para o conhecimento da história local no final da Idade Média e início da Idade Moderna.

Ainda Giorgios Dimitriadis, desta vez com o artista Mestre Geraldo Magela fala-nos de *As figurinhas de barro, "paulistinhas", expressão da cultura e da religiosidade dos grupos subalternos do Vale do Paraíba*. Trata-se de um texto que aborda as estatuetas em cerâmica de características religiosas populares denominadas Paulistinhas, cuja origem remonta à tradição de modelar bonecos em Estremoz, levada para o Vale do Paraíba, no estado de São Paulo (Brasil) em 1775 por emigrantes desta cidade alentejana.

O artigo seguinte, da autoria de Luiz Oosterbeek, intitulado *Patrimónios e materiais*, discute a evolução do conceito de Património nas suas relações com as noções de história, evolução, narrativa e contextualização. O autor identifica, nesse âmbito, três momentos de transformação, associados ao iluminismo, ao pós Segunda Guerra Mundial e ao tempo presente, para além de alguns processos de mudança conceptual relativa ao património nas áreas da educação e da economia.

José Eduardo Mateus aborda o tema da virtualização interactiva de arqueossítios e monumentos no artigo *Para uma arqueologia cénica do passado*. O autor procura esquematizar aquela temática, focalizando-se na interpretação arqueológica do registo 3D de sítios arqueológicos como a gruta da Avecasta e as ruínas do Convento de Penafirme, tentando obter uma visão sistémica dos diversos processos implícitos no registo arqueológico, que podem ser reconhecíveis pela experimentação virtual e sua teatralização.

Certificar produções artesanais sob uma perspectiva construtivista do património foi a temática escolhida por Pedro Rêgo e Alice Duarte. Os autores argumentam que o património não se estabelece no valor intrínseco dos bens, resultando porém do modo como os diversos atores sociais os interpretam no âmbito do contexto sociocultural e histórico em que se inserem. Refletem sobre o modo como alguns processos de certificação ameaçam a criatividade dos artesãos, sendo indispensável uma maior flexibilidade nesse procedimento.

O texto denominado *Contributo da coletividade Casa da Comarca da Sertã na dinamização e divulgação dos territórios que representa*, da autoria de Pedro da Silva Fernandes, aborda a importância do associativismo como meio de encontro social e promoção dos territórios e gentes onde as coletividades desse tipo se localizam. O autor apresenta o exemplo da Casa da Comarca da Sertã e o seu contributo para se atingir a dinamização e promoção referidas.

Teresa Almeida Patatas apresenta o artigo *Políticas educativas originaram mudanças patrimoniais intrainstitucionais: o caso da Universidade do Namibe*, demonstrando como as políticas educativas ocorridas em Angola no ano de 2020 contribuíram para a existência de mudanças estruturais no que diz respeito ao património intrainstitucional. O texto foca-se na ação da Universidade do Namibe relativamente ao património bibliotecário institucional.

O presente volume de *O Ideário Patrimonial* termina com uma resenha de José d'Encarnação sobre a *Realidade feminina no mundo romano*, baseada numa excelente apreciação crítica de duas obras: *Perfectissima femina – Femmes de l'élite dans l'Hispanie romaine*, da autoria de Milagros Navarro, publicada em 2017; *Conditio Feminae - Imágenes de la Realidad Femenina en el Mundo Romano*, editada em 2021 por Pilar Pavón. O modo como estas obras são apresentadas torna a sua leitura muito apetecível.

Espera-se que os trabalhos dos vários autores agora publicados nesta revista sejam apreciados pelos leitores e que, para além disso, possam contribuir para o desenvolvimento de outros estudos, numa procura constante de ampliação do conhecimento de carácter patrimonial.

Dezembro de 2023

Fernando Augusto Coimbra

Diretor

O PATRIMÓNIO PALEONTOLÓGICO PORTUGUÊS: CONHECER PARA PRESERVAR E VALORIZAR

PORTUGUESE PALAEOLOGICAL HERITAGE: TO KNOW FOR PRESERVE AND VALUE

Silvério Domingues Figueiredo

Instituto Politécnico de Tomar
Centro Português de Geo-história e Pré-história
Centro de Geociências da Universidade de Coimbra
silverio.figueiredo@ipt.pt

Resumo

Portugal possui um património paleontológico de grande valor e de grande importância científica. Embora cada vez mais divulgado e difundido na comunicação social e nas redes sociais, este património é, nalguns casos, desconhecido do grande público. A questão do conhecimento do património é importante, pois para se preservar qualquer tipo de património (artístico, arquitetónico ou natural), é fundamental ter um conhecimento do mesmo, pois só se preserva o que se conhece. Como tal a educação patrimonial assume aqui um importante papel, pois permite que os cidadãos estejam bem informados acerca da importância do património paleontológico e que o possam valorizar e preservar e para que os decisores políticos, especialmente os do poder local, possam ter a consciência da sua importância. Para isso, além da divulgação deste património é necessário definir conceitos entendíveis por todos e criar mecanismos que possam ajudar na preservação do património paleontológico português. No entanto, a massificação do interesse da paleontologia poderá ter um efeito contrário: a pressão sobre as entidades paleontológicas (os fósseis e as jazidas) por parte de colecionadores e coletores de fósseis é grande. A ação destes intervenientes no panorama paleontológico pode, por um lado, ter um aspeto positivo na valorização, estudo e preservação do património paleontológico, por outro, a exploração de forma desregulada dos recursos paleontológicos,

sem critério, desenfreada, desinformada e mal aplicada poderá dar origem à limitação do acesso aos fósseis pela comunidade científica e à destruição de muitos deles.

Palavras-chave: Paleontologia, educação patrimonial, legislação.

Abstract

Portugal has a palaeontological heritage of great value and scientific importance. Although increasingly disseminated and dispersed in the media and social networks, in some cases this heritage is unknown to the general public. The issue of knowing the heritage is important, because in order to preserve any type of heritage (artistic, architectural or natural), it is essential to have knowledge of it, as only what is known, it is preserved. As such, heritage education plays an important role here, as it allows citizens to be well informed about the importance of paleontological heritage and to value and preserve it, and so that political decision-makers, especially those in local administration, can be aware of its importance. To this end, in addition to the dissemination of this heritage, it is necessary to define concepts that are understandable by all and create mechanisms that can help in the preservation of the Portuguese paleontological heritage. However, the massification of interest in palaeontology may have the opposite effect: the pressure on paleontological entities (fossils and deposits) from fossil collectors and collectors is immense. The action of these actors in the paleontological panorama can, on the one hand, have a positive aspect in the valorisation, study and preservation of the paleontological heritage, on the other hand, the unregulated exploitation of paleontological resources, without criteria, unrestrained, uninformed and poorly applied may lead to the limitation of access to fossils by the scientific community and the destruction of many specimen.

Keywords: Palaeontology, heritage education, legislation.

Introdução

Cada pessoa relaciona o conceito de património com diversos elementos que despertam a sensação de valor, de antiguidade, ou de transmissão de cultura ou conhecimento. Geralmente relacionamos o património com realizações humanas, mas o património é mais do que isso. O património é algo que produz conhecimento e tem valor científico, artístico, histórico e natural. A noção de Património é complexa e ampla, como demonstram os princípios expressos pela UNESCO, na “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural”, que distingue o Património Natural, constituído

por sítios naturais portadores de testemunhos culturais, como paisagens culturais, ou por formações geológicas, físicas ou biológicas, do Património Cultural, representado particularmente em categorias como património material, constituído, neste caso, pelos bens móveis e imóveis realizados pelo Homem, do património imaterial e do património cultural subaquático. Analisando estes princípios não teremos grandes dúvidas em incluir o Património Paleontológico na categoria de Património Natural.

A Paleontologia Portuguesa tem um vasto conjunto de sítios paleontológicos (Fig. 1) e uma grande projeção e impacto junto do grande Público, o que estará relacionado com a grande quantidade de novas descobertas, feitas nos últimos anos, e que têm um valor científico e patrimonial muito grande, tais como o estudo das pegadas do Cabo Espichel (Antunes, 1976; Galopim de Carvalho e Santos, 1993; Lockley et al., 1994; Santos, 2008); as pegadas de Carenque ou das Pedreira do Galinha e Vale de Meios, na Serra de Aire e Candeeiros (Santos, 2008); o *Allossaurus* de Pombal e o *Stegosaurus* da Batalha (Escaso et al., 2007; Malfaia et al., 2010) novas espécies de dinossauros saurópodes, como o *Oceanotitan dantasi* ou *Zby atlanticus* (Mocho et al., 2019; Mateus et al., 2014) ou, mais recentemente, o estudo de diversos restos de vertebrados descobertos a norte do Cabo Espichel e de inúmeras pegadas de dinossauros e de crocodilomorfos na mesma zona (Mateus et al., 2011; Mateus e Estraviz-López, 2022; Figueiredo et al., 2015; 2021; 2022a, 2022b; 2023a). Na Paleontologia Portuguesa não se destacam apenas os vertebrados, também existem vários trabalhos realizados sobre invertebrados, plantas ou microfósseis (ex. Ramalho, 1972-73; Lemos de Sousa e Wagner, 1983; Freire, 1981; Legoinha, 2001; Mendes et al., 2008; Silva et al., 2010; Machado et al., 2018; Domingos et al., 2022, 2022; Correia et al., 2023).

Desde o 25 de abril de 1974 e mais concretamente desde que Portugal entrou na Comunidade Europeia em 1996, que se verificaram transformações socioeconómicas na sociedade portuguesa. Estas transformações conduziram a um incremento do nível económico e cultural dos diversos setores da sociedade portuguesa levando a que temas, antes considerados irrelevantes assumam nos nossos dias destaque e interesse generalizado na nossa sociedade (Cachão e Silva, 2004).

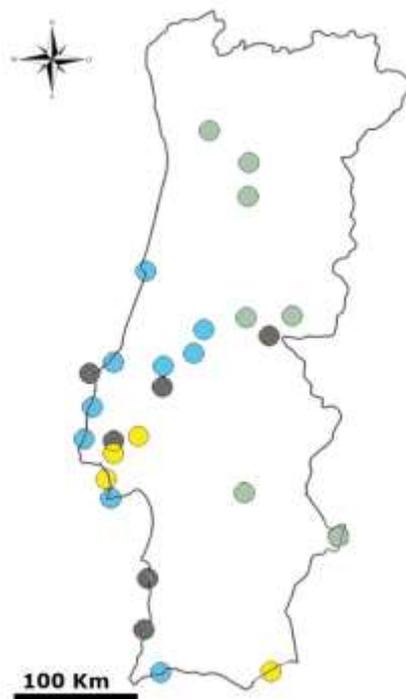


Fig. 1 – Localização de algumas das principais jazidas ou zonas de valor paleontológico em Portugal Continental (a verde, as do Paleozoico; a azul, as do Mesozoico; a amarelo, as do Cenozoico; a cinzento as do Plistocénico).

Atualmente o património paleontológico é visto com atenção, preocupação e interesse, não só pela população em geral ou pela comunidade científica, mas também pelo poder central e pelo poder local. Verifica-se assim um crescimento de diversas instituições, em especial associações científicas, dedicadas ao estudo da Paleontologia, algumas das quais com um forte apoio do poder local que lhes dá espaços e condições para desenvolverem as suas atividades.

1 – O Património Paleontológico Português

Portugal possui um registo fóssil de grande valor patrimonial e científico e algumas das jazidas e descobertas paleontológicas portuguesas são referências a nível internacional, em especial o registo icnológico (pegadas) de dinossauros, que têm despertado muito interesse quer no público em geral, quer junto da comunidade científica internacional. Em Portugal existe um conjunto de cerca de 30 jazidas com pegadas de dinossauros, que abrangem uma distribuição temporal que vai desde o Jurássico Inferior ao Cretácico

Superior, abrangendo um período de tempo de cerca de 105 milhões de anos (Antunes e Mateus, 2003; Santos, 2008; Figueiredo, 2014; Figueiredo et al., 2023b). Estão preservadas pegadas de quase todos os principais grupos de dinossáurios, com exceção dos *Ceratosauria* e dos *Prosauropoda*, cuja ocorrência de icnofósseis (pegadas) e somatofósseis (ossos e dentes) não estão descritas em Portugal. As primeiras pegadas encontradas em Portugal datam de 1884, descobertas no Cabo Mondego por Jacinto Pedro Gomes (1844-1916), publicadas e oficialmente descritas, apenas em 1916, já após a sua morte, a título póstumo (Santos, 2008). Estas pegadas não são apenas as primeiras a serem descobertas em Portugal, mas em toda a Península Ibérica e umas das primeiras jazidas com pegadas de dinossáurios conhecidas na Europa (Santos, 2008, Figueiredo, 2014).

As pegadas de dinossauros em Portugal ocorrem sobretudo em ambiente litoral, de praia ou lagunar, em contexto intermareal, sob clima tropical, embora existam jazidas com pegadas formadas noutros ambientes mais continentais (Figueiredo et al., 2017, 2021, 2022a, 2022b, Carvalho et al., 2022). Em termos de monumentalidade há a destacar, pela dimensão dos trilhos e pela informação científica nelas contida, as pegadas de Pego Longo, em Carenque (do Cretácico Superior) e a Pedreira do Galinha, em Torres Novas (do Jurássico Médio, com 170 milhões de anos) (Galopim de Carvalho et al., 1998; Santos, 2008). Esta última jazida está, desde há muito, internacionalmente reconhecida pelo seu valor científico e monumental, pelo facto de conter cerca de 400 pegadas de grandes saurópodes (os grandes dinossáurios herbívoros de rabo e pescoço compridos), muitas delas bem conservadas e organizadas em 20 trilhos, tendo dois deles mais de 140m de comprimento (Galopim de Carvalho et al., 1998; Santos, 2008). Acresce a estas excepcionais características, a grandiosidade e espetacularidade da jazida. Com cerca de 195 milhões de anos, há também a referir as pegadas de Alvaiázere (Fig. 2), recentemente estudadas, que, devidamente contextualizadas do ponto de vista estratigráfico, constituem-se como o mais antigo registo de dinossauros da Península Ibérica (Figueiredo et al., 2023b), antecipando em cerca de 25 milhões de anos a mais antiga ocorrência de dinossáurios anteriormente conhecida – as pegadas de dinossauros saurópodes da Pedreira do Galinha, atrás referidas. Neste novo icnossítio em Alvaiázere foi também classificada uma nova espécie de pegadas de dinossauros: *Moyenisauropus lusitanicus* (Figueiredo et al., 2023b).



Fig. 2 – A Jazida com pegadas de dinossauros do Jurássico Inferior de Alvaiázere: aspeto dos trabalhos de investigação realizados em 2022 pela equipa do Centro Português de Geo-história e Pré-História.

Para além destas importantes jazidas, pelo número de pegadas, pelas inferências tafonómicas e pela quantidade de pegadas que apresentam podem-se também referir as pegadas da Serra do Bouro, nas Caldas da Rainha (Jurássico Superior) (Santos, 2008) ou da Boca do Chapim (Cretácico Inferior), no Cabo Espichel (Figueiredo et al., 2021, 2022b). Novas pegadas foram descobertas no Cabo Mondego e descritas recentemente num contexto estratigráfico que permite obter importantes informações tafonómicas e paleoambientais, que nos permitem perceber a formação destas pegadas e os ambientes frequentados pelos dinossáurios que as produziram (Carvalho et al., 2022). Cada vez mais se têm descoberto pegadas e outros vestígios de dinossáurios em Portugal. Em grande parte das formações geológicas formadas em ambiente litoral em contexto intermareal ocorrem pegadas de dinossáurios, o que indica uma grande diversidade destes animais no nosso país. Pelo seu elevado número e pelos dados científicos transmitidos, as pegadas de dinossáurios portuguesas constituem-se como um importante elemento patrimonial da paleontologia internacional e relevante do

ponto de vista científico, pois permite, por um lado, um melhor conhecimento das faunas de dinossáurios portuguesas em vários aspetos e, por outro, o estudo de pegadas e pistas de dinossauros permite conhecer a anatomia dos pés e das mãos dos animais que as produziram, o seu modo de locomoção, o seu comportamento individual e social e, tal como se viu, conhecer os ambientes frequentados pelos dinossauros e o modo como se formaram as pegadas. Nas jazidas com pegadas é possível transmitir, de modo privilegiado, os conhecimentos de Geologia e de Paleontologia bem como sensibilizar os cidadãos para o Património Natural. Por esta razão é importante preservar estes sítios. Nesse aspeto há que reconhecer que Portugal é pioneiro na tarefa de proteger e geoconservar o Património Paleontológico. Um exemplo paradigmático foi a “luta” de Carenque, em que cientistas, população em geral, jovens alunos e até alguns políticos se uniram para salvar as pegadas de Carenque (Galopim de Carvalho, 1994).

Apesar desta grande riqueza de fósseis de dinossauros, o património paleontológico português é muito mais vasto do que apenas o registo de dinossauros. Portugal, apesar de ser um país com um território relativamente pequeno, possui um importante registo paleontológico de todas as eras geológicas do Fanerozoico: do Paleozoico podem-se referir os inúmeros fósseis de trilobites (artrópodes que predominaram nos mares desta era) e de que são exemplo as trilobites de Arouca ou as cruzianas (os rastros das trilobites) que podem ser encontradas, por exemplo, em Mação ou em Penha Garcia; do Mesozoico existe um grande número de fósseis de dinossauros, entre eles os mais antigos destes animais na Península Ibérica (Lapparent & Zybszewski, 1957; Figueiredo et al., 2023b). Aliás, Portugal é uma referência a nível mundial, quer no estudo dos fósseis destes fabulosos animais, quer na quantidade de fósseis, quer no valor científico dos achados; do Cenozoico podem-se referir os fósseis de mastodontes de Lisboa ou os grandes dentes de tubarão da Península de Setúbal. Nas regiões autónomas também existem jazidas com fósseis de organismos do Cenozoico, em especial do Plistocénico (Avila et al., 2008; 2014; Brum da Silveira et al., 2012; Figueiredo, 2018; Góis-Marques et al., 2022). Importantes são também os restos de grandes mamíferos ou aves do Plistocénico encontrados em diversos sítios, alguns dos quais em contexto arqueológico (Cardos, 1993; Figueiredo e Rosa, 2014).

A divulgação destas descobertas pelos meios de comunicação social portugueses, e até estrangeiros, bem como nas redes sociais contribuem em grande modo para esse

impacto na sociedade portuguesa, que muito deve ao ressurgimento da investigação dos dinossauros, a partir da década de 1990 e devido a grandes descobertas quer de somatofósseis (ossos e dentes), quer de icnofósseis (pegadas e ovos). A este respeito há a referir o contributo que Martin Lockley, recentemente falecido, deu ao estudo das pegadas de dinossauros, nos anos de 1990, quando o estudo de pegadas de dinossauros em Portugal começou a ter grande desenvolvimento. Martin Lockley coordenou dois importantes volumes da Revista “Gaia”, publicada pelo Museu Nacional de História Natural, um dedicado às pegadas de saurópodes e outro às pegadas de terópodes. Nestes trabalhos participou Vanda Santos, que os desenvolveu e continuou. Este destaque da paleontologia portuguesa não é alheio aos filmes sobre dinossauros ou a exposições com dinossauros robotizados, das quais a que maior impacto teve foi a organizada em 1993 no Museu Nacional de História Natural.

Os fósseis estão relacionados com a memória biológica de um dado território. O mesmo acontece com os fósseis portugueses, que são parte da riqueza natural, científica e cultural de Portugal e cuja valorização económica (como por exemplo através do turismo) pode contribuir para a economia nacional. Os fósseis têm sido assim valorizados com os crescentes esforços globais de geoconservação e utilizados como alternativas sustentáveis de desenvolvimento socioeconómico e são elementos de património geológico (constituindo-se como um tipo deste património), no contexto atual da geodiversidade e da geoconservação, e como objetos importantes da Educação Patrimonial (Cachão e Silva, 2004). O património paleontológico é constituído pelos sítios paleontológicos, pelos fósseis em museus ou pelos fósseis que constituem parte de rochas utilizadas na construção. Partindo dos princípios enunciados pela UNESCO, que distingue o Património Natural do Património Cultural, já referidos, deparamo-nos com a complexidade e a amplitude da noção de Património.

2 – A salvaguarda do património paleontológico

O conhecimento, o estudo, a proteção, a valorização e a divulgação do Património constituem um dever do Estado, que assim assegura a sua transmissão às gerações futuras. Preservar e valorizar o Património é uma tarefa de longo prazo, exigente e multidisciplinar, mas é também uma missão congregadora, que deve constituir um

desígnio nacional permanente e para o qual todas as instituições e cidadãos são chamados a contribuir. O Património resulta da atribuição de um significado valorativo que confere a diversos elementos, sejam eles naturais ou culturais, o estatuto de suporte de memória e de identidade de um local ou povo. Estes elementos patrimoniais passam a constituir uma herança, que a comunidade protege e transmite às gerações futuras como um fator de enriquecimento e de coesão, justificando, no caso específico do património cultural, que a Lei de Bases do Património Cultural se refira a este património como um pilar da independência e da identidade nacionais. No entanto, nem todo o património (seja ele cultural ou natural) se encontra protegido por lei. Um determinado elemento natural ou cultural só obtém um estatuto patrimonial, quando lhe é atribuído um valor (ou valores) suficientemente relevante. A classificação do património pode ser feita a diversos níveis: internacional (Património Mundial da UNESCO); nacional (como os monumentos nacionais ou os monumentos naturais); e local (património de interesse municipal).

A preservação e a valorização, do património gera uma vasta gama de produtos e serviços que dinamizam a economia e fomentam competências especializadas com alto valor acrescentado.

Nos termos da Lei de Bases do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), o património cultural é constituído por todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. Por seu lado, os fósseis são testemunhos naturais do passado da vida na Terra e são, segundo esta lei, considerados como um Património Cultural. Esta lei tem por objetivos estabelecer as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (art. 1.º), definindo ainda o que se entende por património paleontológico, no Art. 74.º :

“Integram o património arqueológico e paleontológico todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos: a) Cujas preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente; b) Cujas principais fontes de informação seja constituída por escavações, prospecções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia”.

O facto de o património paleontológico estar enquadrado na Lei de Bases do Património Cultural constitui um importante elemento de proteção, pois tal como o restante

património definido nesta lei, o Património Paleontológico fica, desta forma, protegido da sua venda para o estrangeiro, impedindo assim a saída do país de fósseis importantes.

Esta integração do Património Paleontológico no Património Cultural, que não é exclusiva de Portugal, mas como se viu pela “Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural” da Unesco, o Património Paleontológico, enquanto elemento constituinte das formações geológicas tem uma essência no Património Natural e, por esta razão, o Património Paleontológico deveria ser definitivamente associado ao Património Natural. Mas, no entanto, quando exposto ou quando os fósseis se constituem como elementos decorativos em edifícios ou noutros elementos arquitetónicos, como o caso do lioz de Pero Pinheiro (1), que originou uma rocha ornamental de excelência, muito usada em vários edifícios e lajeados de Lisboa (Fig. 3), tem sido alvo de trabalhos de divulgação científica e educação patrimonial, centrados em tópicos da geodiversidade, em contexto urbano (Silva, 2009; Pacheco e Cachão, 2021; Pereira e Silva, 2021). Estes trabalhos têm tido um importante impacto na geração de sentimento de pertença nas comunidades humanas e na sua interação com o Património Cultural, unindo assim o mundo natural, em que vivemos com o mundo cultural, que construímos. Portanto, o Património Paleontológico deve ser visto como um património natural que poderá, em certas circunstâncias, ter um enquadramento cultural, o qual certamente fortalecerá a sua importância na sociedade, valorizando-o ainda mais.

Para além daquela lei, existe uma outra legislação que protege o Património Paleontológico: trata-se do Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, que criou o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade e que, pela primeira vez no enquadramento jurídico nacional, se inclui o património geológico, o qual inclui, como o próprio diploma legal define, o Património Paleontológico, nos objetivos e estratégias da conservação da natureza em Portugal. A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030, reconhece que "é ainda necessária legislação de conservação complementar, independentemente dos fins de aproveitamento dos bens geológicos e em função dos valores científico, educativo, estético e cultural dos geossítios, nomeadamente através da sua inclusão nos vários instrumentos de gestão territorial.



Fig. 3 – Laje de Lioz com fósseis, utilizada num edifício como elemento construtivo (fotografia de Carlos Neto de Carvalho)

Retirando o Património Paleontológico do Património Cultural e, conseqüentemente retirando-o da Lei de Bases do Património Cultural, tal como muitos defendem, há que criar leis e normas que regulamentem a atividade paleontológica e o próprio Património Paleontológico. A este propósito, a Sociedade Portuguesa de Paleontologia iniciou um projeto de constituição de uma proposta de regulamentação da Paleontologia em Portugal. Mas, como se referiu, Património Paleontológico é Património Geológico e, por essa razão, muitos geólogos defendem que a aprovação de uma lei específica sobre o património geológico pode ter a possibilidade de existirem capítulos específicos para alguns tipos de património geológico que têm especificidades próprias, como é o caso do património paleontológico, pois defendem que as estratégias e regimes de proteção do património geológico são, em grande parte, comuns aos vários tipos de elementos, sejam eles minerais, rochas, fósseis ou outros. Alegam que a eventual publicação de uma legislação específica apenas para a proteção do Património Paleontológico poderá inibir a possibilidade de, posteriormente, se publicar uma outra legislação para o património geomorfológico, outra para o património mineralógico, etc., o que representa um argumento válido.

Existem noutros países leis específicas de proteção paleontológica, que nalguns casos são tão restritas que acabam por condicionar a atividade paleontológica, o que não é positivo. A este respeito e a se avançar para uma legislação que proteja o património paleontológico português existe, em Portugal, a legislação arqueológica, que poderá ser adaptada, nalguns pontos, como, por exemplo, no caso da arqueologia preventiva, a uma futura lei de proteção do Património Paleontológico (seja esta específica do Património Paleontológico, ou enquadrada numa legislação mais ampla sobre o Património Geológico). Um dos pontos da lei arqueológica, que terá de se ter em conta para uma lei sobre a Paleontologia, é que as instituições do Estado têm de ter um mínimo de *know-how* e de pessoal técnico com capacidade e independência para trabalhar com este tipo de património. Assim, o importante é que Portugal disponha de uma legislação forte e integradora de todos os tipos de elementos patrimoniais, assegurando regimes de proteção e de uso, e obrigando a que este património natural seja tido em conta em diversas políticas públicas como as relativas à conservação da natureza, ordenamento do território, avaliação de impacto ambiental, obras públicas, educação ambiental, entre outras e uma futura lei não deverá condicionar os diferentes investigadores, instituições ou individualizar e valorizar uns tipos de fósseis relativamente a outros.

O Património Paleontológico é tratado não só pela comunidade científica, ligada à academia e a outras instituições, como também por colecionadores e curiosos que nos últimos anos têm tido uma atividade intensa de recolha de fósseis um pouco por todo o país. É de realçar o papel que as redes sociais têm tido nesta questão, uma vez que existem vários grupos nestas redes dedicados à Paleontologia e dos quais fazem parte investigadores, curiosos, coletores e colecionadores privados. Esta questão levanta um problema: se por um lado, muitos destes coletores e colecionadores desenvolvem um papel importante na salvaguarda e investigação do Património Paleontológico ao recolhê-lo, salvaguardando-o assim dos efeitos da ação da erosão, e ao permitir o seu estudo pela comunidade científica, também é verdade que muitos curiosos e até coletores menos rigorosos danificam aquele património ao tentar recolher os fósseis. Este problema deriva do crescente interesse pelo Património Paleontológico, que exerce uma pressão enorme sobre os fósseis e sobre as jazidas ao nível de um colecionismo desenfreado e desinformado, traduzindo-se muitas vezes na destruição de jazidas e na

delapidação do património paleontológico nacional como resultado da extração desregrada fósseis para coleções particulares e ou para comercialização (Cachão e Silva, 2004). Este problema pode ser resolvido, em boa medida, embora não exclusivamente, através da explicitação de conceitos paleontológicos numa legislação relativa à proteção deste património. Apesar de, como atrás referido, existir alguma legislação que protege o Património Paleontológico (quer no âmbito dos parques naturais, quer no âmbito dos monumentos naturais ou dos geossítios, ou mesmo na já referida legislação sobre o Património Cultural), na verdade, a ausência de regras de conduta paleontológica vulnerabiliza o património paleontológico nacional, dado não haver uma cobertura legal a ações de salvaguarda e de valorização deste património (Cachão e Silva, 2004).

Conclusões

O património paleontológico português é vasto e apresenta uma excecional grandiosidade, espetacularidade e importância paleontológica e geológica, de importância científica elevada. Assim, na posse de um património com tais potencialidades, Portugal pode e deve protegê-lo e valorizá-lo, como se impõe. Existem vários paleontólogos associados quer a universidades, quer a instituições privadas, como associações científicas, que têm desenvolvido vários estudos sobre o património paleontológico português. Também existem colecionadores e coletores de fósseis que têm contribuído para o conhecimento deste património. Se por um lado, nalguns casos desenvolvem um importante trabalho no conhecimento do património paleontológico português, por outro, outros coletores e colecionadores mais curiosos e com menos informação científica, podem destruir importante conteúdo fóssil das diferentes formações portuguesas, de forma descontrolada e sem noção do que estão a fazer. Por isso torna-se importante haver uma regulação desta atividade de modo que estes possam estar protegidos perante a lei e, ao mesmo tempo, que o património paleontológico não seja delapidado.

Notas:

- (1) Estes liozes resultaram de depósitos formados no período Cenomaniano (Cretácico), em ambiente de mar pouco profundo, de águas quentes, propícias à proliferação de bivalves rudistas, construtores de recifes.

Agradecimentos:

Este trabalho teve apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia, nos projetos UID/Multi/00073/2020 (Centro de Geociências da Universidade de Coimbra).

O autor gostaria também de agradecer ao colega Carlos Neto de Carvalho a fotografia da Fig. 3.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Miguel T. (1976). Dinossáurios Eocretácicos de Lagosteiros. *Ciências da Terra*, 1. Universidade Nova de Lisboa; Lisboa, pp. 1-35.

ANTUNES, Miguel T. ; MATEUS, Octávio (2003). Dinosaurs of Portugal. *Comptes Rendus. Palevol* 2, pp. 77-95.

ÁVILA, Sérgio P.; HIPÓLITO, H.; CACHÃO, Mário (2014). Paleoparque Santa Maria (Açores). *Comunicações Geológicas*, 101, Especial III, pp. 1205-1210.

ÁVILA, Sérgio P.; MADEIRA, Patrícia; SILVA, Carlos M.; CACHÃO, M Mário; LANDAU, Bernard; QUARTAU, Rui; MARTINS, A.M.F. (2008). Local disappearance of bivalves in the Azores during the last glaciation. *Journal of Quaternary Science*, 23, pp. 777-785.

BRUM DA SILVEIRA, António; PRADA, Susana; RAMALHO, Ricardo; MADEIRA, José; FONSECA, P.; CANHA, Eunice; BRILHA, José (2012). Inventariação do Património Geológico da Ilha da Madeira. Regional do Ambiente e Recursos Naturais - Relatório Final, 414 p.

<https://geodiversidade.madeira.gov.pt>

(Acesso em 19-12-2023)

CACHÃO, Mário; SILVA, Carlos M. (2004). Introdução ao Património Paleontológico Português. *Geonovas*, 16, pp. 13-19.

CARDOSO, João L. (1993). *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras.

CARVALHO, Ismar S.; CUNHA, Pedro P.; FIGUEIREDO, Silvério D. (2022). Dinoturbation in Upper Jurassic siliciclastic levels at Cabo Mondego (Lusitanian Basin, Portugal): evidences in a fluvial-dominated deltaic succession, *Palaeoworld*.

<https://doi.org/10.1016/j.palwor.2021.09.001>

CORREIA, Pedro; PEREIRA, Sofia; ŠIMŮNEK, Zbynek; CLEAL, Christopher J. (2023). *Florinanthus bussacensis* sp. nov., a new cordaitalean cone from the Upper Pennsylvanian of Portugal.

Review of Palaeobotany and Palynology (316), pp. 1-10.

<https://doi.org/10.1016/j.revpalbo.2023.104942>.

ESCASO, Fernando; ORTEGA, Francisco; DANTAS, Pedro; MALAFAIA, Elisabete; PIMENTEL, Nuno L.; PEREDA-SUBERBIOLA, Xabier; SANZ, José L.; KULLBERG, José C.; KULLBERG, Maria C.; BARRIGA, Fernando (2007). New evidence of shared dinosaur across Upper Jurassic Proto-North Atlantic: *Stegosaurus* from Portugal. *Naturwissenschaften* 94, pp. 367-374. <https://doi.org/10.1007/s00114-006-0209-8>

DOMINGOS, Ruben; CORREIA, Pedro; LEGOINHA, Paulo; CALLAPEZ, Pedro M. (2021). A associação fossilífera do Devónico da localidade de Serra (Rates, Noroeste de Portugal) revisitada: contributo para a valorização geopatrimonial de uma área clássica do Paleozoico Ibérico. *Comunicações Geológicas*. 108, Especial I, pp. 47-52.

DOMINGOS, Ruben; CORREIA, Pedro; PINTO DE JESUS, Ary; LEGOINHA, Paulo; e CALLAPEZ, Pedro M. (2020). First occurrence of *Tiaracrinus* (Crinoidea, Zophocrinidae) in the Devonian of Iberia: Biostratigraphical, palaeoecological, and palaeogeographical implications. *Geological Journal*, 55(9), pp. 6029-6037. <https://doi.org/10.1002/gj.376>

FIGUEIREDO, Silvério (2014). *Os Dinossáurios em Território Português*. Chiado Editora, Lisboa.

FIGUEIREDO, Silvério D.; ROSA, M. A. (2014). Indicadores Paleoecológicos Resultantes do Estudo da Avifauna do Plistocénico Médio e Superior Português: evolução paleoclimática e comparação com os ambientes atuais. *Arqueofauna e Paisagem*, pp. 37-41.

FIGUEIREDO, Silvério D. (2018). As Aves Fósseis de Portugal: Estado do Conhecimento e Novos Dados. *Boletim do Centro Português de Geo-História e Pré-História*, 1 (1), pp. 21-31.

FIGUEIREDO, Silvério D., CARVALHO, Carlos N., CUNHA, Pedro P.; e CARVALHO, Ismar de S. (2021). New Dinosaur Tracks from the Lower Barremian of Portugal (Areia do Mastro Formation, Cape Espichel). *Journal of Geoscience and Environment Protection*, 9, pp. 84-96. <https://doi.org/10.4236/gep.2021.91007>

FIGUEIREDO, Silvério D.; DINIS, Pedro; ROSINA, Pierluigi; BELO, João; STRANTZALI, Ioanna (2017). A new record of a possible ornithopod footprint from the Lower Cretaceous of Cabo Espichel (Sesimbra, Portugal). *Bollettino della Società Paleontologica Italiana*, 56 (2), pp. 217-231.

FIGUEIREDO, Silvério D; CARVALHO, Ismar S.; PEREDA-SUBERBIOLA, Xabier; CUNHA, Pedro P.; ANTUNES, Vanessa; DIAZ-MARTÍNEZ, Ignacio (2022a). New ornithopod footprints from the Areia do Mastro Formation (Lower Cretaceous), Espichel Cape (Portugal, Western Iberia) and their context in the Iberian ichnological ornithopod record. *Cretaceous Research*, 131, p. 105069. <https://doi.org/10.1016/j.cretres.2021.105069>.

FIGUEIREDO, Silvério D; CUNHA, Pedro P.; PEREDA-SUBERBIOLA, Xabier; NETO DE CARVALHO, Carlos; CARVALHO, Ismar S., BUFFETAUT, Eric; TONG, Haiyan; SOUSA, Maria

F.; ANTUNES, Vanessa; ANASTÁCIO, Rita (2022). The dinosaur tracksite from the lower Barremian of Areia do Mastro Formation (Cabo Espichel, Portugal): implications for dinosaur behavior. *Cretaceous Research*, 137, pp. 2-14.

DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cretres.2022.105219>

FIGUEIREDO, Silvério D.; CARVALHO, Carlos N.; CUNHA, Pedro P.; DUARTE, Luís V; FONSECA, Alexandre; MONTEIRO, Cláudio; FORTE, João (2023). The first dinosaurs in Iberia: a new dinosaur tracksite from the Sinemurian (Lower Jurassic) of Portugal, *Historical Biology*

DOI: 10.1080/08912963.2023.2256751

FIGUEIREDO, Silvério D.; MARQUES, Carlos, ROSA, Isabel M. CUNHA, Pedro P., CARVALHO, Ismar S. (2023). Sauropod dinosaur remains from the Papo Seco formation (lower Barremian, Lusitanian Basin, Cabo Espichel, Portugal): Previous and new discoveries. *Cretaceous Research*, 151, <https://doi.org/10.1016/j.cretres.2023.105657>

FIGUEIREDO, Silvério D., ROSINA, Pierluigi e FIGUTI, Levy (2015). Dinosaurs and other vertebrates from the Papo Seco Formation (Lower Cretaceous) of southern Portugal. *Journal of Iberian Geology* 41 (3), pp. 301-314.

FREIRE, José L. S. (1981). Bacia Carbonífera do Norte de Portugal. Os Jazigos de São Pedro da Cova e do Pejão. *Estudos Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, 24 (1-4), 380 p

GALOPIM DE CARVALHO, António M.; SANTOS Vanda F. (1993). Pegadas de Dinossáurios de Sesimbra. *Sesimbra Cultural*, 3, pp. 10-14.

GALOPIM DE CARVALHO, António M. (1994). Dinossáurios e a Batalha de Carenque. Lisboa: Editorial Notícias, Ciência Aberta.

GÓIS-MARQUES, Carlos A.; CORREIA, Pedro; NEL, André; MADEIRA, José; SEQUEIRA, Miguel M. (2022). First evidence of ants (Hymenoptera, Formicidae) in the early Pleistocene of Madeira Island (Portugal), *Historical Biology*, DOI: 10.1080/08912963.2022.2152688

LAPPARENT, A. F. e ZYBSZEWSKI, G. (1957). Les Dinosauriens du Portugal. *Mem. Serviços Geol. de Portugal*, n.s., 2, pp. 1-63.

LEMOS DE SOUSA, M. J.; WAGNER, R. H. (1983). General description of the terrestrial Carboniferous basins in Portugal and history of investigations. M.J. Lemos de Sousa, J.T. Oliveira (Eds.), *The Carboniferous of Portugal. Memórias dos Serviços geológicos de Portugal*, (29), pp. 117-126.

LEGOINHA, Paulo (2001). Biostratigrafia de Foraminíferos do Miocénico de Portugal (Baixo Tejo e Algarve). Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, 241 p.

LOCKLEY, Martin G.; MEYER, Christian A.; SANTOS, Vanda F. (1994). Trackway evidence for a herd of juvenile sauropods from the Late Jurassic of Portugal. In: Aspects of Sauropod Paleobiology (M.G. Lockley, V.F. dos SANTOS, C.A. MEYER, & A.P. HUNT, Eds.). *Gaia*, 10, pp. 27-35.

MACHADO, Gil; VAVRDOVÁ, Milada; FONSECA, Madalena C. S. S.; FONSECA, P.M., ROCHA, F. (2018). Stratigraphy and palynology of the Pennsylvanian continental Buçaco Basin (NW Iberia) *Geobios*, 51, pp. 507-516.

MALAFAIA, Elisabete; ORTEGA, Francisco; ESCASO, Fernando; DANTAS, Pedro; PIMENTEL, Nuno; GASULLA, José M.; RIBEIRO, Bruno; BARRIGA, Fernando; SANZ, José L. (2010). Vertebrate fauna at the *Allosaurus* fossil-site of Andrés (Upper Jurassic), Pombal, Portugal. *Journal of Iberian Geology*, 36 (2), pp. 193-204.

MATEUS, Octávio; MANNION, Philip D.; UPCHURCH, Paul (2014). *Zby atlanticus*, a new turiasaurian sauropod (Dinosauria, Eusauropoda) from the Late Jurassic of Portugal. *Journal of Vertebrate Paleontology*. 34 (3).
Doi:10.1080/02724634.2013.822875

MATEUS, Octávio, ESTRAVIZ-LÓPEZ, Dario (2022). A new theropod dinosaur from the early cretaceous (Barremian) of Cabo Espichel, Portugal: Implications for spinosaurid evolution. *PLOS ONE* (2): e0262614. doi:10.1371/journal.pone.0262614

MENDES, Mário M.; PAIS, João; FRIIS, Else M. (2008). *Raunsgaardispermum lusitanicum* gen. et sp. nov., a new seed with in situ pollen from the Early Cretaceous (probably Berriasian) of Portugal: Further support for the Bennettiales-Erdtmanithecales-Gnetales link. *Grana*, 47: (3), pp. 211-219.
DOI: 10.1080/00173130802228110

MOCHO, Pedro; ROYO-TORRES, Rafael; ORTEGA, Francisco (2019). A new macronarian sauropod from the Upper Jurassic of Portugal. *Journal of Vertebrate Paleontology*. e1578782. doi:10.1080/02724634.2019.1578782

PACHECO, Marta; CACHÃO, Mário (2021). Urban Geology of Lisbon: The Importance of the National Palace of Ajuda (Lisbon, Portugal). *Geoheritage* 13, 84.
<https://doi.org/10.1007/s12371-021-00605-4>

RAMALHO, Miguel (1972-73). Observações micropaleontológicas sobre o Malm do Algarve ocidental (Portugal). *Comun. Serv. Geol. Portugal* 56, pp. 451-470.

SANTOS, Vanda F. (2008). *Pegadas de Dinossáurios de Portugal*. Museu Nacional de História Natural, Lisboa.

SILVA, Carlos M. (2009). Fósseis ao Virar da Esquina: Um percurso pela Paleontologia e pela geodiversidade urbana de Lisboa. *Paleolusitana*, 1, pp. 459-463.

SILVA, Carlos M.; LANDAU, Bernard; DOMÈNECH, Rosa; MARTINELL, Jordi (2010). Pliocene Atlantic Molluscan Assemblages from the Mondego Basin (Portugal): Age and Palaeoceanographic implications. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 285 (3-4), pp. 248-254.

SILVA, Carlos M.; PEREIRA, Sofia (2021). A geodiversidade urbana como recurso educativo, *Revista de Ciência Elementar*, V9 (03):051.
doi.org/10.24927/rce2021.05

DAI MARGINI LA STORIA: PER UNA METODOLOGIA DI INDAGINE DEL GRAFFITO SU AFFRESCO COME FONTE STORICA TRA XV E XVI SECOLO

ON THE EDGE OF HISTORY: FOR A METHODOLOGY OF RESEARCH OF THE GRAFFITI OVER FRESCOES AS A HISTORICAL SOURCE BETWEEN THE 15TH AND THE 16TH CENTURIES

Gianfranco Massetti

Istituto di Istruzione Superiore

“Vicenzo Dandolo”

Bargnano di Corzano (Brescia)

janmas@libero.it

Georgios Dimitriadis

Centro de Geociências da Universidade de Coimbra

Centro de Investigação em Ciências Históricas,

Universidade Autónoma de Lisboa

gdimitriadis@autonoma.pt

Sommario

Il presente lavoro è il risultato dell'analisi dei graffiti rintracciabili sopra gli affreschi tardo medievali di alcune chiese situate lungo la direttrice sud orientale del Monte Orfano, nel territorio di Franciacorta. I luoghi di culto sono stati selezionati con il criterio della omogeneità del repertorio iconografico (affreschi votivi) e cronologico (XV-XVI secolo) e per la presenza o meno di segni, simboli o scritte graffite di età coeva agli affreschi. Si tratta delle chiese dei Santi Pietro e Paolo di Coccaglio, di Santo Stefano a Rovato, di San Michele sul Monte Orfano e di San Rocco al confine tra Rovato e Cazzago. Nelle prime due, il graffito è significativo rispetto al luogo

e all'affresco votivo su cui è collocato. È singolarmente assente nella chiesa di San Rocco. Se ne attesta invece una presenza sporadica nella chiesa di San Michele come espressione araldica di dominio da parte dei Francesi dopo la vittoria di Agnadello. Una sorta di simbiosi tra graffito, luogo e repertorio iconografico è tuttavia presente anche qui. La ricerca giunge pertanto alla conclusione che il graffito è una manifestazione emotiva significativa rispetto al luogo e all'affresco su cui è collocato. In quanto espressione spontanea degli individui, nelle diverse epoche, il graffito può costituire un indizio attraverso il quale dare significato alla storia a partire da protagonisti marginali, che possono assumere la medesima dignità ed attendibilità delle fonti storiche ufficiali.

Parole Chiave: affresco, graffito, peste, apotropaico, ebrei, culto, superstizione, antisemitismo.

Abstract

The result of the analysis of the graffiti traceable on the late medieval frescoes of some churches located along the south-eastern direction of Monte Orfano, in the territory of Franciacorta (Italy), is the result of the present work. The places of worship have been chosen in consideration of homogeneity criteria about: the iconographic (votive frescoes) and chronological repertoire (15th-16th century) and for the presence or absence of signs, symbols or graffiti writings from the same age as the frescoes. These are the churches of Saints Peter and Paul of Coccaglio, Santo Stefano in Rovato, San Michele on Monte Orfano and San Rocco on the administrative border between Rovato and Cazzago. In the first two, the graffiti is significant with respect to the place and the votive fresco on which it is placed. It is singularly absent in the church of San Rocco. However, its sporadic presence is attested in the church of San Michele as a heraldic expression of domination by the French after the victory of Agnadello. However, a sort of symbiosis between graffiti itself, graffiti location and iconographic repertoire is also present here. The research therefore comes to the conclusion that the graffiti is a significant emotional manifestation with respect to the place and the fresco on which it is placed. As a spontaneous expression of individuals, in different eras, graffiti can constitute a clue through which to give meaning to history starting from marginal protagonists, who can assume the same dignity and reliability as official historical sources.

Key-words: fresco, graffiti, plague, apotropaic, Jews, cult, superstition, antisemitism.

Introduzione

Il Monte Orfano è l'ultima propaggine occidentale del territorio della Franciacorta. Ciò lo ha reso una sorta di barriera difensiva della pedemontana che attraversa a sud i Comuni di Rovato e Coccaglio.

Nel corso dei secoli, la sua funzione si è pertanto rivelata strategica nel controllo delle vie di accesso per il Sebino e la Val Camonica. Lungo quest'asse meridionale del Monte Orfano, le chiese di San Rocco e di Santo Stefano a Rovato e quella di San Pietro a Coccaglio hanno in comune la caratteristica di essere di fondazione molto antica e di avere al loro interno cicli di affreschi quattro-cinquecenteschi ancora ben conservati. Gli affreschi sono riferibili, oltre che ai santi esaugurali, a numerosi santi taumaturghi e rappresentazioni della maternità di Maria. Nella maggior parte, è comunque ravvisabile la forte componente esorcistica contro le calamità epidemiche di varia natura che, a partire dall'epidemia del mazzucco del 1478 alla peste del Borromeo del 1575, hanno funestato il territorio per oltre un secolo. La particolare gravità della successiva epidemia del 1630 ha peraltro contribuito alla conservazione di queste opere. L'esigenza di procedere alla disinfezione delle chiese ha comportato appunto la tinteggiatura delle pareti interne con strati di calce che hanno, per così dire, congelato la situazione fino agli interventi restaurativi del secolo scorso, o della fine di quello precedente.

Nel contratto stipulato per la chiesa di Santo Stefano da parte di Ruggero di Conto possiamo addirittura dare una precisa identità a uno di questi anonimi imbianchini (Racheli, 1894: 81). Una diversa considerazione merita la chiesa di San Michele, collocata in vetta all'estrema cima orientale del Monte Orfano. Come dichiara il sottostante ipogeo e parte della tipologia architettonica, essa è plausibilmente legata alla presenza longobarda nel territorio di Coccaglio (1) e forse a un originario insediamento arimannico (Guerrini, 1986: 874-875; Panazza, 1961: 535). Come le chiese già menzionate, conserva un ciclo di affreschi quattro-cinquecenteschi riferibili, in particolare, al culto dell'arcangelo Michele come *depulsator pestilentiae* e associato, in tale contesto, con santi taumaturghi e rappresentazioni mariane che assolvono alla medesima funzione di esorcismo contro la peste.



Fig. 1 Veduta del lato meridionale del Monte Orfano.

Sulle pareti interne di San Michele, Santo Stefano e San Pietro troviamo dei graffiti coevi agli affreschi, sopra i quali sono realizzati quasi in forma dialogica con il soggetto raffigurato. Si tratta in alcuni casi di semplici graffi o reticoli, mentre in altri rinveniamo stelle, nodi di Salomone, date, fino a trovare addirittura delle note che assumono il carattere di memoria cronachistica. Azioni vandaliche o irriverenti nei confronti dei santi che vi sono rappresentati sono assolutamente smentite dall'abilità, dalla cura e in talune circostanze dalla disperazione che anima il gesto. In esso non c'è protagonismo ma semplice testimonianza emotiva di qualcosa che rimane implicito nella dialettica tra l'affresco del santo rappresentato e i fedeli che ne fruiscono come spettatori.

Uno sguardo più attento ci consente di vedere una correlazione tra luogo, affresco e graffito, tanto da farci supporre un rapporto simbiotico tra gli stessi. Questo rapporto è l'ipotesi metodologica che ci ha guidato per offrire una spiegazione della spontaneità estemporanea di coloro che hanno realizzato tali graffiti e per riuscire a contestualizzare, nel segno, quella che rappresenta una fonte storica vera e propria. Dai margini degli affreschi, i graffiti raccontano di avvenimenti e di circostanze a partire dalla prospettiva

di coloro che della storia non sono protagonisti ma contribuiscono a renderne comunque testimonianza attraverso un'azione gestuale significativa.

Sarà dunque la "topologia del gesto" a guidarci, come ipotesi metodologica, non in direzione di presunte certezze, ma in quella più problematica di chiavi di lettura stratificate.

San Rocco: un'assenza significativa

A suscitare il sospetto della validità della nostra ipotesi di partenza è stato, nel corso delle nostre indagini, l'inspiegabile silenzio della chiesa di San Rocco (Guerrini, 1986: 874-875). Dei graffiti vi è un'assenza pressoché totale, con solo qualche sporadico accenno. Eppure, la chiesa di San Rocco presenta un vasto ciclo di affreschi incentrato sulla figura del santo esaugurale con dipinti soprattutto del cinquecento. Eretta lungo un diverticolo dell'itinerario burdigalense, la chiesa sorge ai limiti con il Comune di Cazzago. Essa fu dedicata in origine a San Martino, secondo quello che si potrebbe supporre un plausibile criterio confinario tra popolazione cristiana di rito romano e popolazione di rito ariano (2). La titolazione a san Rocco è invece successiva alla diffusione dell'epidemia del mazzucco e si attesta con la diffusione a Brescia, nella seconda metà del quattrocento, della devozione per san Rocco in funzione apotropaica contro la peste (Donni, 1983: 13-14).

A Rovato l'illustre medico Feliciano Betera individua nel 1575 un focolaio epidemico, ottenendo dal Comitato alla Sanità di Brescia l'isolamento del paese, che viene posto sotto sequestro con i rastrelli (3). Con la pubblicazione, due decenni e mezzo più tardi, di una delle prime opere di diagnostica epidemiologica (4), Betera difende ancora con orgoglio, di fronte allo scetticismo dei colleghi, la fondamentale scoperta dell'infezione di peste (5), che ha impedito alla comunità di Rovato di subire il destino della stessa Brescia, decimata da un numero di vittime incalcolabile (6). A tal riguardo, è abbastanza significativo che la chiesa di San Rocco sia stata in questo frangente la sede di un luogo di guardia per il controllo del transito verso Rovato. Nei suoi pressi sorgevano le tezze dove erano destinati i malati alla quarantena, e sotto gli auspici del suo patrono avveniva lo scambio delle granaglie e della macinazione tra la campagna e i mulini del Comune (7).

L'assenza di espressioni graffite sugli affreschi di San Rocco dimostra che tali circostanze non hanno inciso significativamente nel favorire un culto apotropaico, anche se la devozione patronale del quartiere che gravita su questa chiesa ha sempre costituito un elemento identitario di forte coesione. Le ragioni risiedono probabilmente nello scollamento che si è verificato tra il luogo identitario e il culto del santo esaugurale, in seguito alla soppressione dell'originario patronato di san Martino che ha reso muta la chiesa rispetto all'espressione graffita per il culto di san Rocco.

San Pietro: la porta della Franciacorta

La chiesa (Partegiani, Zaina, Faustini, 2005) sembra avere ricoperto nel corso dei secoli il ruolo di cappella cimiteriale, mentre nella dedicazione a San Pietro si legge la presumibile impronta di una presenza longobarda, peraltro attestata qui dal persistere fino al XIII secolo del diritto civile longobardo (8). Le pareti interne sono interamente affrescate con rappresentazioni di santi taumaturghi tra i quali spiccano sant'Antonio abate e san Rocco, ma anche dei santi celebrati più raramente come San Luigi di Francia, Sant'Onofrio o i santi Cosma e Damiano. Il ciclo votivo degli affreschi copre lo spettro delle malattie maggiormente temute o di maggior incidenza sul territorio e assume il carattere dell'esorcismo, come le numerose rappresentazioni della maternità di Maria che assolvono alla funzione propiziatoria del ritorno alla prosperità a seguito di un evento calamitoso.

Più articolato è il discorso delle rappresentazioni dell'apostolo Pietro. Nelle due chiavi che reca con sé, si manifesta il ruolo di psicopompo coerentemente alla funzione cimiteriale del luogo. San Pietro conduce le anime nell'aldilà, aprendo loro le porte del Paradiso. Ma l'attitudine con la quale il santo regge la chiave d'oro e la chiave d'argento, simboli del pontificato romano, più che la prospettiva escatologica della Gerusalemme celeste riflette una chiara preoccupazione per le contingenze del tutto immanenti alla Gerusalemme terrestre. La maggioranza dei dipinti che ritraggono san Pietro risalgono ai primi decenni del cinquecento, ovvero agli anni che sono funestati dalle cosiddette guerre d'Italia seguite alla calata di Carlo VIII per rivendicare l'eredità angioina. Negli affreschi, le chiavi dell'apostolo compaiono a volte annodate, a volte sciolte o intersecate a croce di sant'Andrea, rivolte verso l'alto o in basso, con probabile allusione all'avvicinarsi delle alleanze tra potere politico e potere religioso, nei difficili anni della

contrapposizione tra le potenze europee per il dominio d'Italia. In questa dimensione simbolica, il patronato di san Pietro lungo la strada *Vetera* di Coccaglio, che volge da Brescia in direzione di Bergamo e Milano, si esercita attraverso la protezione della porta di ingresso occidentale della Franciacorta.

Estremamente importante risulta un affresco di san Pietro accanto alla Madonna col Bambino sulla parete laterale destra della chiesa, nella prima campata. Le chiavi sono rivolte in questo caso verso l'alto e sono disposte in modo simmetrico a formare una croce, mentre gli anelli di impugnatura risultano strettamente allacciati in un intreccio che ricorda la forma bene augurale di un nodo di Salomone (Sansoni, 1998).



Fig. 2 Madonna con Bambino e san Pietro, sec. XVI, Coccaglio, chiesa di San Pietro.

È proprio sull'affresco in questione che troviamo uno dei graffiti più significativi. Esso si riferisce a un fatto di cronaca scarsamente documentato. L'iscrizione riporta: «adi 27 aprile 1576 fuziti ttvti in castello p[er] pavra de gvera».

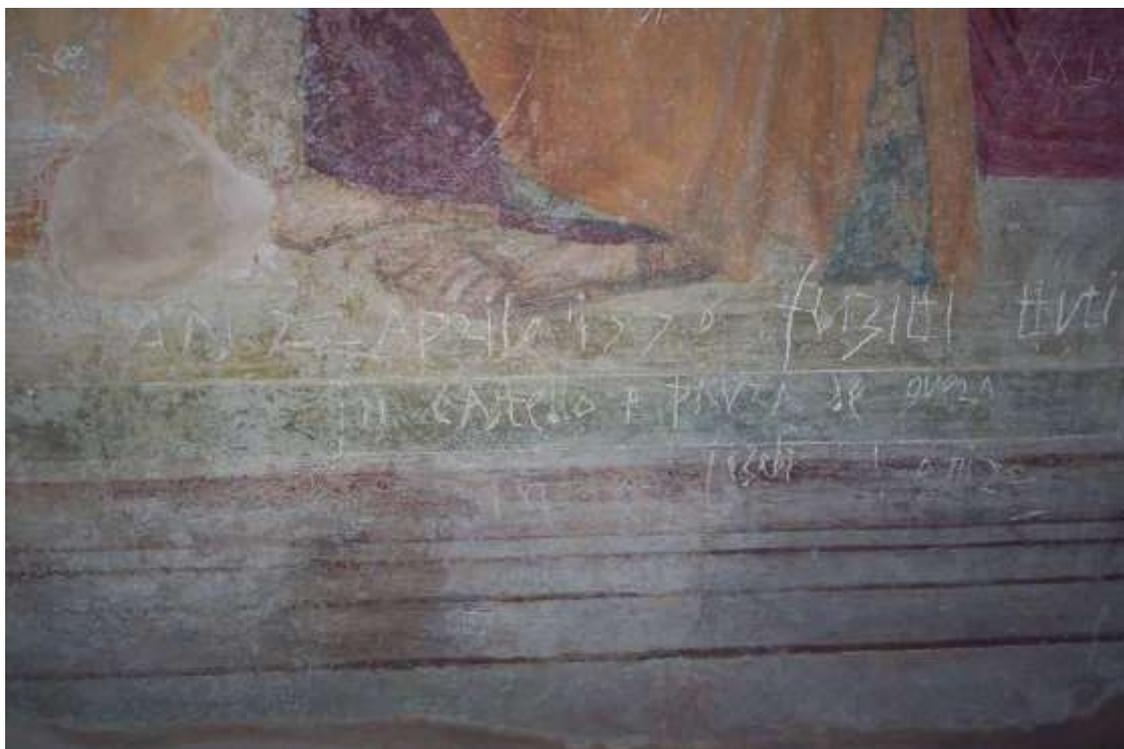


Fig. 3 Iscrizione a margine dell'affresco di san Paolo, sec. XVI Coccaglio, chiesa di San Pietro

Si rammenta, in questa circostanza, un comportamento di panico collettivo, che aveva coinvolto non solo gli abitanti della Franciacorta, ma quelli dell'intero territorio bresciano e bergamasco, mentre nel confinante Stato di Milano era accaduta la medesima cosa. Della vicenda, rimane traccia solo in pochissime cronache famigliari e diari dell'epoca (Fonti per la storia bresciana 1927: 85-86, 189-190, 202).

La notte tra il giovedì 26 e il venerdì 27 aprile i campanili avevano suonato a distesa per dare l'allarme di villaggio in villaggio. Si avvertiva che un esercito di spagnoli, nel caso di Bergamo e Brescia, o di ugonotti, nel caso di Milano, era in procinto di invadere quelle terre. In realtà, era accaduto che lungo le sponde dell'Oglio una tribù di zingari, incalzata dall'esercito milanese, aveva sconfinato nelle campagne bresciane. Gli stessi fuggitivi avevano probabilmente messo in giro la voce di un'invasione straniera dei territori lombardi, e la recente strage degli ugonotti, nella notte di san Bartolomeo, mordeva

ancora la coscienza delle popolazioni cattoliche, tanto da far presumere una loro riscossa. Il tutto si svolgeva nello stesso periodo in cui nella Repubblica di Venezia si diffondeva la peste, mentre nelle prime settimane di aprile il governatore spagnolo dello Stato milanese limitava gli accessi nel capoluogo. Non può dunque esserci dubbio che la presenza nomade degli zingari potesse suscitare qualche problema.

Nella chiesa di San Pietro, una mano scalfiva l'intonaco dell'affresco dell'apostolo per scongiurare il pericolo. Ciò che si ricava dalla scritta è che si trattava di una persona discretamente alfabetizzata nel volgare italiano. Non un cancelliere, ma forse un chierico di modesta formazione scolastica, tanto che in una stessa parola passava, con stentata correttezza ortografica, da una scrittura capitale al corsivo. Ma è anche possibile che fosse l'emozione stessa di quella notte ad animare un gesto di disperazione e poco incline a porsi dei problemi di forma. Comunque sia, ciò che emerge dalla libera espressione devozionale di questo fedele è la stringente analogia tra la figura dell'apostolo Pietro e quella dell'antica divinità pagana di Giano per la custodia delle porte.

San Michele: la sentinella sul monte

Se la chiesa di San Pietro rappresenta la porta occidentale della Franciacorta, quella di San Michele ne è invece la sentinella. La chiesa richiama, per la sua collocazione, il significato liminale del culto dell'arcangelo, che assolve, tra quattrocento e cinquecento, il ruolo di *depulsator pestilentiae*, evolvendo, grazie agli auspici del sottostante convento servita, in direzione di un culto apotropaico mariano. La presenza insignificante di incisioni graffite attesta però lo scarso interesse devozionale della popolazione, essendo evidentemente perdute le implicazioni di senso tra luogo di culto e apparato figurativo. A restituirci questo nesso sono tuttavia i soldati di Luigi XII, che nel 1509, all'indomani della vittoria di Agnadello, vengono ad occupare il territorio bresciano.

Dai registri delle provvisioni del Comune di Rovato, si apprende che i Francesi lasciano qui un distaccamento (9) ed è probabile che il Monte Orfano diventi un loro presidio. Su cosa possiamo fondare quest'ultima affermazione? Su dei segni graffiti che i soldati hanno inciso sopra un affresco del quattrocento. Si tratta di alcuni gigli che rappresentano lo stemma araldico della monarchia francese. Compagno solo in questa chiesa. In nessun'altra di quelle considerate sono presenti. Nemmeno in quella del vicino

convento dell'Annunciata, fondato nel 1452, dove però gli affreschi ancora *in situ* sono poco numerosi e sono privi di segni graffiti di qualche importanza.

Due di questi gigli attirano più di tutti la curiosità, perché sono maggiormente curati nel disegno e circoscritti da un rettangolo, sopra il quale sono disegnati i denti di un rastrello. Sono chiaramente una stilizzazione dello scudo araldico coronato da lambello che descrive le armi di famiglia dei rami cadetti del regno di Francia, come nel caso degli angioini o nel caso specifico di Luigi XII che è un Valois-Orléans (Jouglà De Morenas, 1935). Accanto a uno dei gigli araldici, rinveniamo la scritta VENIEΣIE, dove la lettera sigma è forse un segno fonetico per rendere la pronuncia francese della città lagunare. Accanto ad un semplice giglio di Francia, un solo e isolato signum crucis (Otranto Carletti, 1990: 99-100) attesta, invece, un simbolo devozionale tipico dei pellegrini che si recavano in visita alla grotta del San Michele garganico.

La maggior parte dei gigli compaiono significativamente sopra il margine nero di un affresco che rappresenta due santi particolarmente legati alla città di Brescia (10), allo scopo di metterli maggiormente in risalto, come simbolo araldico di dominio (Roculli, 2014). Pare non essere casuale anche la scelta del luogo. Perché quei graffiti non trovano udienza nelle altre chiese, o almeno in quella del sottostante convento? Ce lo racconta quell'unico signum crucis inciso accanto ai gigli da uno dei soldati francesi. Esso ci rammenta appunto della devozione per san Michele da parte della monarchia francese e della pulzella che a quella monarchia aveva restituito, un secolo prima, il prestigio ed il consenso del popolo. Un uomo del popolo, un soldato del re di Francia, ci restituisce dunque l'emozione dei vincitori, rendendo omaggio, nel gesto, al patronato del loro arcangelo.

Santo Stefano: un rito di fondazione

Il Comune di Rovato nasce a seguito del compromesso stipulato nel 1471 tra i rappresentanti della Vicinia delle quadre di Tritto, Dublado, Visnardo e Breda. Questo è l'atto formale di fondazione (11), che ha tuttavia il suo percorso a partire dall'impresa consortile della roggia Fusia. È appunto l'escavazione del vaso irriguo a consentire ai consorziati di costituirsi in comunità (12). Tutto questo ha però una gestazione molto lunga e difficile, caratterizzata dal contrasto dei rovatesi con i nobili Oldofredi di Iseo; è

appunto dalle acque del lago che la roggia viene alimentata e gli Oldofredi rivendicano su di essa i diritti feudali.



Fig. 4 Margine di affresco con giglio araldico e scitta Venezia, sec. XVI, Rovato, chiesa di San Michele.



Fig. 5 Margine di affresco con giglio di Francia e signum crucis, XVI sec. Rovato, chiesa di San Michele.

Nella seconda metà del trecento, il vecchio castello di Rovato, che serviva come rifugio in caso di guerra, viene abitato stabilmente (13); sotto Venezia, nella seconda metà del quattrocento, viene poi dotato di nuove e moderne strutture di difesa. Il consiglio comunale istituisce nel 1497 l'archivio per la conservazione dei documenti che fondano i diritti giuridici dell'esistenza della comunità di Rovato (14). Contestualmente a questo processo di fondazione del Comune, la chiesa di Santa Maria Assunta, sita all'interno del castello, ottiene nel 1481 dal pontefice il riconoscimento prepositurale (Racheli, 1894: 81-83).

Santo Stefano era stata fino ad allora la chiesa più importante (Gazzara, 1998-99). Collocata ai piedi del Monte Orfano, rimane un luogo di culto campestre. Ma negli anni che vedono salire il prestigio di Santa Maria Assunta, accade che venga decorata con un ciclo di affreschi di una maestosità che sembra eccede di molto la sua importanza. A proposito degli autori, oltre alla bottega di Liberale da Verona, che intorno al 1485 stava lavorando ad alcuni affreschi della chiesa del convento servita di Santa Maria Annunciata (Guerrini, 1993: 137-147), si è fatto il nome del pittore rovatense Francesco de Barberis, che opera agli inizi del cinquecento (Gazzara, 1998-99).

Gli artisti dipingono i propri soggetti sulla base narrativa dei Vangeli e degli Atti degli Apostoli. A dettare però i contenuti sono i committenti. In quei soggetti si può leggere appunto un'allegoria del presente. Cominciamo, ad esempio, dalla calotta absidale. Un Cristo pantocrate domina lo sfondo di un paesaggio lacustre, che degrada dai monti di un'ampia valle, con al centro un'isola. Il paesaggio diventa più nitido e riconoscibile a mano a mano che vediamo precisarsi i dettagli di un colle vitato e di un convento. È una vera e propria cartografia del lago Sebino con i monti della Val Camonica, Monte Isola e il Monte Orfano a Rovato.

Nel registro inferiore dell'abside sono raffigurate, a sinistra, la scena di santo Stefano davanti al sinedrio, con il successivo episodio della sua lapidazione, mentre, a destra, si sviluppa l'affresco di un'ultima cena con gamberi (Rigaux, 1989). I tre momenti narrativi convergono verso una crocefissione di Cristo, collocata al centro dell'abside, che allude probabilmente alla conversione dalla vecchia alla nuova Legge. In questa rappresentazione, gli ebrei del sinedrio sono raffigurati con abiti tradizionali e caratteri etnico antropologici che richiamano lo stereotipo dell'ebreo. Stesse caratteristiche

troviamo nella figura di Giuda dell'ultima Cena, dove peraltro l'allusione al cibo non casher dei crostacei costituisce un ulteriore spunto di polemica anti giudaica.

Ci sono delle questioni da chiarire. Come mai nella lapidazione di santo Stefano gli esecutori della sentenza vestono con abiti moderni e presentano dei tratti fisiognomici che sembrano presi dagli abitanti del luogo? Che ci sia l'esigenza di contestualizzare la scena nella contemporaneità lo si vede anche dal castello rappresentato sullo sfondo, che richiama le mura e i torrioni della rocca di Rovato. Ma ciò risulta evidente dalla stessa topografia del luogo a cui presiede il Cristo pantocrate, con la valle, i monti e il lago a cui la comunità rovatense deve la propria prosperità, grazie alla roggia che trae origine dalle sue acque. Il Pantocrate reca in grembo la nuova Legge, mentre ciascuno dei soggetti del Tetramorfo espone la singola versione della medesima.



Fig. 6 Cristo pantocrate e tetramorfo con lago Sebino, Val Camonica, Monte Isola e Monte Orfano, sec. XV-XVI, Rovato, chiesa di Santo Stefano.

Nasce a questo punto spontanea l'analogia tra questa rappresentazione e la fondazione del Comune di Rovato, a partire dalle quattro quadre della Vicinia. Nell'affresco absidale, il sacrificio del protomartire costituisce pertanto un rito di fondazione della comunità:

l'antica chiesa di Santo Stefano viene sacrificata a vantaggio della parrocchia all'interno del castello turrito, che compare sullo sfondo.



Fig. 7 Lapidazione di santo Stefano, sec. XV-XVI, Rovato, chiesa di Santo Stefano.

Si spiegherebbe, in tal caso, anche l'allusione alla conversione dalla vecchia alla nuova Legge, che assume per la comunità rovatense anche il carattere del riscatto nei confronti degli oneri feudali che gravano sul pieno possesso della roggia Fusia.

In sospeso, resta però un dettaglio: la caratterizzazione etnica degli ebrei e la presenza di cibo non *casher* sulla mensa del banchetto pasquale. Per capire questa evidente polemica antiggiudaica, dobbiamo accostarci alla comprensione di alcuni affreschi della cappella di controfacciata e dei graffiti che si rinvengono su di essi. Tre sono quelli che attirano maggiormente la nostra attenzione: un San Nicola da Tolentino, un'immagine della Madonna con Bambino e un Simonino da Trento. È una triade che assolve un ruolo importante di protezione contro la peste; in particolare Simonino (Esposito - Quaglioni, 1990), che diventa il vessillo dell'antigiudaismo, sulla base della calunnia di omicidio rituale. Diverse raffigurazioni, presenti anche in Franciacorta, lo associano all'epidemia del mazzucco, che si diffonde negli anni di promozione del culto da parte dei minoriti

(Masseti, 1995: 133-139). Nelle loro prediche, questi ultimi sostengono che la peste è il castigo divino contro i cristiani che si avvalgono del prestito ebraico. Ma anche a Brescia si fa menzione degli ebrei come *pubblica lue* e fuoco intestino (15) e dal 1460 il consiglio cittadino si prodiga in missioni per la revoca delle condotte dei banchi di prestito.

Il Simonino di Santo Stefano è, da questo punto di vista, molto eloquente: un manto della preghiera ebraico gli stringe la gola, con chiara allusione allo strozzinaggio degli usurai.

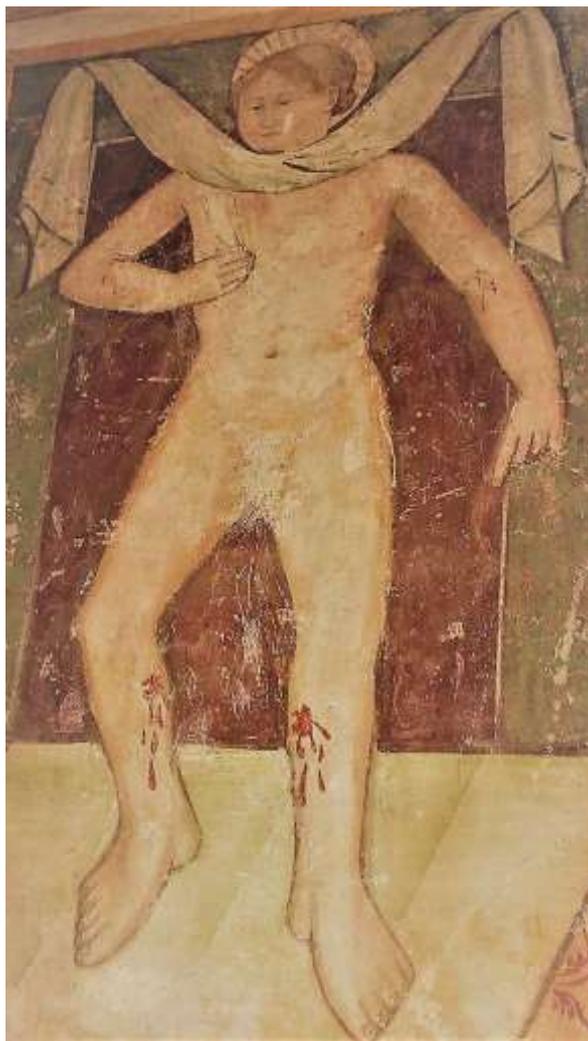


Fig. 8 Simonino da Trento, sec. XV, Rovato, chiesa di Santo Stefano.

La data di esecuzione è invece quella dell'agosto 1478, come ex-voto per la liberazione dall'epidemia del mazzucco. Ancora più eloquenti sono i graffiti, che simulano gocce di sangue fuoriuscite dal pube, dove l'intonaco è stato completamente levato e, prima dei restauri, addirittura scavato con atti di estrema disperazione. A esasperare questo accanimento sul pube del bambino, è stata posta alla base dell'affresco una scritta a

sanguigna che pare una sorta di esortazione a graffiare l'affresco per ottenere la guarigione dal sangue del martire. La scritta recita grossomodo «virga manu et sanas sa[n]gui[n]e [...]».

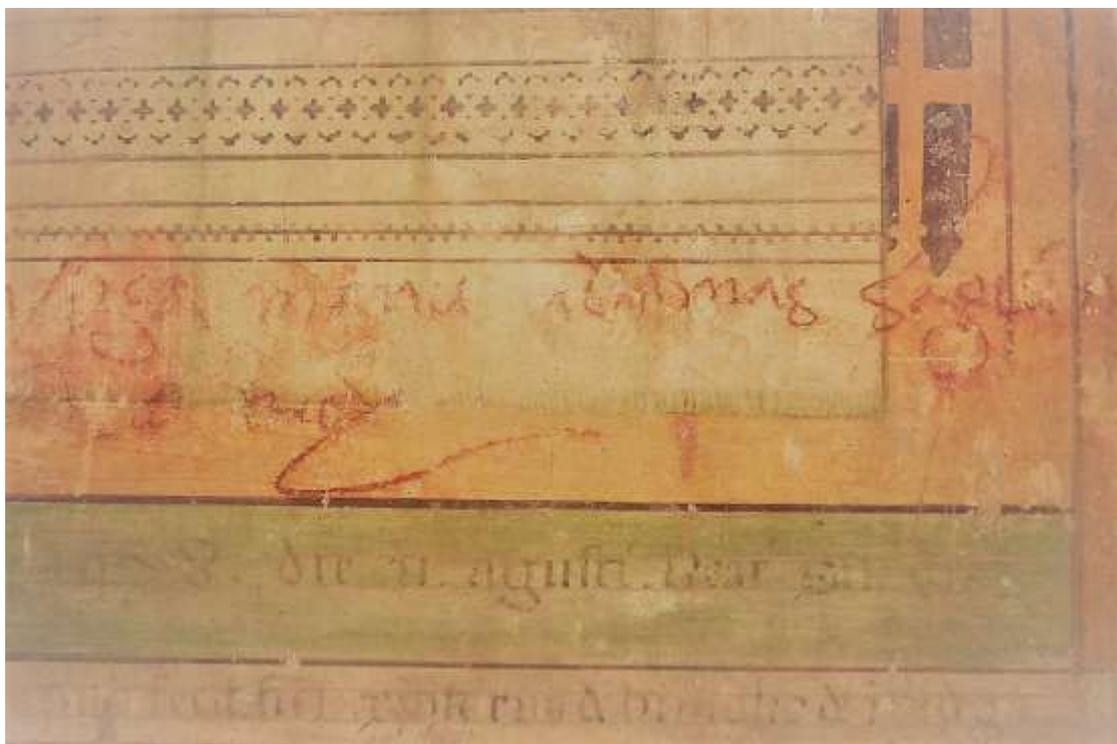


Fig. 9 Scritta a sanguigna a margine dell'affresco di Simonino, sec. XV.
Rovato, chiesa di Santo Stefano.

È facile supporre che dietro questa disperazione ci fosse la regia dei frati Serviti del Monte Orfano, che nel 1468 avevano avuto un ruolo nella decisione del consiglio comunale di Palazzolo di revocare la condotta del banco ebraico aperto poco prima, nel 1460 (Chiappa, 1964: 82-84). Altri prestatori risiedevano da tempo sul lago Sebino ed è con loro che la comunità di Rovato ha avuto a che fare. Uno di questi è Rizzardo. Nel 1429, una lettera ducale di Francesco Foscari menziona il pubblico usuraio Rizzardo da Soldo (16), toponimo che crediamo di rintracciare nella località di Riva di Solto, come creditore conto terzi nei confronti della comunità di Rovato. Di pubblici usurai, all'epoca, c'erano solo gli ebrei e Rizzardo è sicuramente ebreo, dal momento che i cristiani esercitavano l'usura, ma illegalmente. Un omonimo Rizzardo ebreo, insieme ai fratelli Jacob e Anselmo, eserciterà quarant'anni dopo il prestito a Brescia, ma con banco a

Gavardo (e forse anche Iseo). Il suo nome emerge nel processo degli ebrei di Trento per la morte di Simonino (Toaff, 2007: 74-77).

Nella navata meridionale, la cappella collocata a est è dedicata al culto della Vergine ed i graffiti delle staderie sul pilastro sinistro implorano di porre rimedio a un'ingiustizia subita. Di fronte, è la cappella del Simonino, dove un tempo si celebrava il culto dei morti. È in questi due spazi della navata meridionale che sono anche concentrati i principali simboli apotropaici, come nodi di Salomone, pentacoli o chiavi intrecciate. Fino ai restauri del secondo dopoguerra, la chiesa di Santo Stefano presentava, sulla facciata occidentale, un chiostro d'ingresso con affreschi di scheletri di una danza macabra, ancora visibili in una foto degli anni venti o trenta. Anche in questo caso, i graffiti, gli affreschi e il luogo sembrano contestuali tra loro ed intrecciano un dialogo che ci racconta momenti inediti della storia anonima dei fedeli, che le fonti tradizionali non possono rivelarci.

Conclusioni

Il metodo di leggere i graffiti su affresco in modo sinergico rispetto al supporto, ovvero alla valenza semantico-simbolica dell'affresco, e rispetto alla topologia, ovvero al luogo ed al contesto antropologico-ambientale, ci consente di giungere ad una considerazione dei graffiti come fonte storica di pari dignità e coerenza con le fonti tradizionali. Il metodo si mostra qui nel suo dipanarsi per diventare una cronaca *dal basso*, parallela alla storia ufficiale e quasi una controscoria che diventa storia (17).

L'elemento principale che emerge da queste fonti graffite è quello di una religiosità alternativa a quella istituzionale e da intendersi secondo l'espressione coniata da Robert Bellah (Bellah, 1974: 443-446), in altro contesto storiografico, come un «basso continuo» che è per tradizione la «religione reale», contrapposta al cattolicesimo in quanto «religione legale». Dal momento che struttura vincoli sociali a prescindere dalla dimensione istituzionale, il *basso continuo* è tuttavia religione, soprattutto, nel senso etimologico del termine. Esso è presente nelle comunità rurali di antico regime, dove l'apprendimento è fortemente condizionato dal senso della vista prima che da quello dell'udito. Il verbo divino viene appreso attraverso la voce del sacerdote, ma le immagini sacre delle chiese esprimono qualcosa di più intenso e riconoscibile per il sentimento

religioso di una civiltà contadina che in esse vede riflettersi le proprie preoccupazioni, paure esistenziali, ma anche valori e modelli civici in cui riconoscersi, riappropriandosi di una dimensione sociale negletta. Il metodo da noi proposto di leggere il graffito come atto di riappropriazione della vita e del sociale in relazione ai modelli religiosi proposti o imposti dalla chiesa ci conduce a raccogliere la spontaneità dinamica della religiosità popolare, che vediamo sprigionarsi da questo gesto estemporaneo, per capire diversamente le fonti tradizionali e arrivare a ulteriori orizzonti esplicativi o interpretativi delle stesse.

In questa ricerca crediamo di aver fatto il possibile per mostrare come da un umile gesto di fede o di ingenua spontaneità emotiva possa scaturire un livello di comprensione degli avvenimenti più complesso e stratificato, dove le fonti tradizionali, scritte o figurative, possono in qualche caso rivelarci, alla luce di questo gesto, la volontà di manipolazione della cultura alta rispetto a quel *basso continuo* che talvolta opera anche lo smascheramento ideologico delle élites.

Note:

- (1) Si veda la nota 13.
- (2) Secondo Barni, 1974: 45-46 in presenza del culto ariano, San Martino svolge la funzione di *malleus haereticorum*.
- (3) ASCR, Serie 02, Registro 18.
- (4) Si tratta del *Noctium Brixianorum*, edito a Brescia nel 1601.
- (5) Si veda la dedica ai lettori a pagina 2 dell'opera.
- (6) Si veda la Cronaca del Robacciolo in FONTI PER LA STORIA BRESCIANA, 1927.
- (7) ASCR, Serie 02, Registro 18, cc. 23r-23v, 25r, 37v, 38r-38v, 45v-46v, 71v-72v.
- (8) Codice diplomatico della Lombardia, documenti 5, 9, 13, 14, 16, 17, 20, 26, 33, 36.
- (9) ASCR Serie 02, Registro n. 3, cc. 5v, 8r, 12r, 22v, 23r, 24v, 30v, 40r, 48v, 51v, 67v, 83r.
- (10) Donni, 1985: 141, li identifica come Filastrio e Gaudenzio, due Vescovi legati alla diocesi di Brescia in età proto cristiana.
- (11) Viene ricordato frequentemente nell'incipit delle delibere del Consiglio comunale.
- (12) Ai primi del quattrocento, per Guerrini, 1930: 18, i consorziati e il Comune sono ormai un «quid unum».
- (13) ASCR, Serie 03, Stsr 02, Fondo Bedizzole, pergamena n. 3.
- (14) ASCR, Serie 02, Registro n. 2, c. 6r.
- (15) ASB, Archivio Storico Civico, Registro n. 498, c. 27.
- (16) ASCR, Serie 07, Registro n. 01, cc. 62v-63v.
- (17) Erano già queste le premesse di Dimitriadis, 2006, che troveranno sviluppo per quanto riguarda il graffito su affresco in epoca tardo medievale in Dimitriadis, Marini, Massetti, 2006.

Fonti:

ASB - Archivio di Stato di Brescia, Archivio Storico Civico, Provvisioni, Registro n. 498.

ASCR - Archivio Storico Comune di Rovato, Serie 02, Registro n. 2, Deliberazioni, anni 1496-1500.

ASCR - Archivio Storico Comune di Rovato, Serie 02, Registro n. 3, Deliberazioni, anni 1510-1512.

ASCR - Archivio Storico Comune di Rovato, Serie 02, Registro n. 18, Provisiones Facte Contra Pestem, anni 1576-1578.

ASCR - Archivio Storico Comune di Rovato, Serie 03, Stsr 02, Fondo Bedizzole. ASCR , Serie 07, Registro n. 01, Documenta pro seriola Fusia, anni 1347-1768.

ASM - Archivio di Stato di Milano, AD, Cart. 74 [A], Le carte della canonica di S. Giovanni " de foris" di Brescia (1087-1200). Anche online: ANSANI M. (a cura di), <lombardiabeniculturali.it/cdlm/edizioni/bs/brescia-sgiovanni/carte/>, 2000-2021, Università di Pavia, Scrineum [20.06.2021].

FONTI PER LA STORIA BRESCIANA. LECRONACHE BRESCIANE INEDITE DEL SECOLO XV-XIX, vol. II, GUERRINI P. (a cura di), 1927, Brescia, Edizioni del Moretto.

Bibliografia:

BARNI, Gianluigi (1974). *I Longobardi in Italia*, Novara: De Agostini.

BELLAH, Robert Neelly (1974). Le cinque religioni dell'Italia moderna, in CAVAZZA F. L. e GAUBARD S. R. (a cura di), *Il caso Italiano*, Milano: Garzanti,

BETERA, Feliciano (1601). *Noctium Brixianarum, De igne pestilenti, Gallico, venefico, malignitate, feritate, cacurgia, veneno. Corruptione, Putredine, Fermentatione. Putredinis pestilentis forma, morbisque fulminantibus, & vulgaribus pro tertij libri Aphorismorum ordine ; praesagendis. Tomus primus : in quo duodecim libri existunt. Ubi tota causarum, signorum, curationumque, maximo cum eiusdem quotidiana fructu, per Diuinum veluti quoddam sublimata est, Brixiae: Polycletum Turlinum.*

CHIAPPA, Franco (1964). *Una colonia ebraica a Palazzolo a metà del 1400*, Brescia: Tipografia Fiorucci.

DIMITRIADIS, Giorgio (2004). I Valdesi e il movimento evangelico nel Salento (1868-1915), in «Kronos», n. 1 (supplemento).

DIMITRIADIS, Giorgio, MARINI, Valerio, MASSETTI, Gianfranco (2006). Graffiti su affreschi quattrocenteschi nelle chiese del pedemonte occidentale bresciano, in *Archeologia Postmedievale*, n. 10, pp. 195-204.

- DONNI, Giovanni (1983). *La chiesa di San Rocco a Rovato*, Rovato: Tipografia Sardini.
- DONNI, Giovanni (1985). Il Montorfano nella storia della Franciacorta antica, in *Alla scoperta della Franciacorta*, vol. II, Bornato: Sardini Editore.
- ESPOSITO, Anna, QUAGLIONI, Diego (1990). *Processi contro gli ebrei di Trento: 1475-1478*, Padova: CEDAM.
- GAZZARA, Irene (1998/1999). *La chiesa di Santo Stefano a Rovato e la sua decorazione pittorica tra XV e XVI secolo*, Brescia: [tesi di laurea in Lettere e filosofia, Università cattolica del Sacro Cuore].
- GUERRINI, Paolo (1930). *Il canale della Fusia*. Brescia: La Poligrafica.
- GUERRINI, Paolo (1986). Pagine sparse. vol. XI, Brescia: Edizioni del Moretto, pp. 874-875 (articolo pubblicato in «Giornale di Brescia» il 5 marzo 1957).
- GUERRINI, Sandro (1993). Di alcuni cicli pittorici rinascimentali in Franciacorta, in *Cultura arte e artisti in Franciacorta, Atti del convegno della seconda biennale di Franciacorta*, BRENTAGANI G., STELLA C. (eds.), Brescia: Editrice La Rosa.
- JOUGLA DE MORENAS, Henry (1934). *Grand armorial de France*. Paris: Les Editions Héraldiques.
- MASSETTI, Gianfranco (1995). Antisemitismo e presenza ebraica a Brescia nel quattrocento, in *Studi Trentini di Scienze Storiche*, LXXIV, pp. 125-178.
- OTRANTO, Giorgio, CARLETTI, Carlo (1990). *Il santuario di San Michele Arcangelo sul Gargano dalle origini al X secolo*. Bari: Edipuglia.
- PANAZZA, Gaetano (1961). L'arte dal secolo VII al secolo XI, in *Storia di Brescia*, vol. I, Brescia: Banca San Paolo.
- PARTEGIANI, Natale, ZAINA, Alberto, FAUSTINI, Michele (2005). *La chiesa di San Pietro di Coccaglio*. Roccafranca: Compagnia della Stampa.
- RACHELI, Antonio (1894). *Rovato: memorie storiche*. Rovato: Tipografia dei Filopatridi.
- RIGAUX, Dominique (1989). *A la table du Seigneur l'eucharistie chez les Primitifs italiens (1250-1497)*. Paris: CERF.
- ROCCULI, Gianfranco (2014). L'araldica della dominazione francese nel Ducato di Milano, in *Archivio Araldico Svizzero*, CXXVIII, pp. 61-75.
- TOAFF, Ariel (2007). *Pasque di sangue*, Bologna: Società editrice il Mulino.

AS FIGURINHAS DE BARRO, "PAULISTINHAS", EXPRESSÃO DA CULTURA E DA RELIGIOSIDADE DOS GRUPOS SUBALTERNOS DO VALE DO PARAIBA

THE CLAY FIGURINES "PAULISTINHAS", EXPRESSION OF THE CULTURE AND RELIGIOSITY OF THE SUBALTERN GROUPS OF THE PARAIBA VALLEY

Georgios Dimitriadis

Centro de Geociências da Universidade de Coimbra
Centro de Investigação em Ciências Históricas,
Universidade Autónoma de Lisboa
gdimitriadis@autonoma.pt

Geraldo Magela (Borbagatto)

Mestre da Cultura Popular Brasileira e Mestre Cultura Viva
Jacarei, São Paulo, Brasil
culturaearte@hotmail.com

Resumo

O património cultural é a preservação de valores, práticas e artefatos que criam uma identidade compartilhada em um grupo social. Ele é transmitido às gerações futuras e utilizado para afirmar necessidades e objetivos políticos no presente. Neste artigo apresentamos como a cultura popular objeto de indagação da antropologia patrimonial pode funcionar como indicador patrimonial reforçando a identidade dos habitantes do Vale do Paraíba, no estado de São Paulo. As imagens religiosas populares denominadas Paulistinhas, ainda não receberam a dignidade merecida. A antropologia do património explica o papel deste no passado e a sua relevância nos dias de hoje.

Palavras-chave: arqueologia histórica, antropologia do património, cultura e religiosidade popular, Paulistinhas, políticas públicas, Vale do Paraíba.

Abstract

Cultural heritage is the preservation of values, practices and artefacts that create a shared identity in a social group. It is passed on to future generations and used to assert political needs and objectives in the present. In this paper, we explain how popular culture, the object of inquiry by heritage anthropology, can function as a heritage indicator, reinforcing the identity of the inhabitants of Vale do Paraíba, in the state of São Paulo. The popular religious images called *Paulistinhas* have not yet received the dignity they deserve. The anthropology of heritage explains the role of it in the past and its relevance today.

Keywords: historical archaeology, heritage anthropology, popular culture and religiosity, Paulistinhas, public culture policies, Vale do Paraíba.

Introdução

O conceito de património cultural se desenvolveu a partir da consolidação dos Estados-nação europeus no final do século XVIII. Como tal, o património cultural é uma noção que inclui uma densa rede de dinâmicas sociopolíticas destinadas a criar um sentido de identidade que funciona como elemento aglutinante no seio de um grupo social, e que também é reprodutível no tempo, transmissível às gerações posteriores. Como tal, o património cultural consiste em uma política de memorialização precisa que enfatiza certos valores, práticas e artefatos culturais, apresentando-os como intimamente conectados, "naturalmente" parte de uma comunidade (patrimónios destinados à reinterpretação, cfr. Canclini, 2016: 74-77). Uma antropologia do património cultural, portanto, deve destacar como certos grupos sociais acionam práticas de identidade cultural para afirmar suas próprias necessidades e objetivos políticos do presente.

Um exemplo de práticas patrimoniais são os museus. Concebidos para celebrar o progresso da ciência e da tecnologia do Estado-nação, os museus apresentam artefatos culturais de acordo com certas narrativas que visam enfatizar aspectos históricos e culturais particulares dos artefatos em detrimento de outras características. Não é por acaso que, na época colonial, as populações submetidas às nações europeias eram descritas em museus como subjetividades subordinadas e cientificamente "atrasadas"

em relação aos colonizadores, proprietários e proponentes das exposições museológicas.

Com o advento do pós-colonialismo, os processos de patrimonialização experimentam um questionamento radical de seus princípios hegemônicos, abrindo seu campo de atuação a grupos até então retratados em posição subalterna. Paralelamente, porém, são criados órgãos supranacionais, como a UNESCO, que, em nome de um conceito universal de humanidade, implementam políticas patrimoniais que entram em ressonância ou em conflito com esses grupos subalternos.

Assim, o papel desempenhado pela antropologia na redefinição da noção de património por meio da inclusão de culturas subalternas e populares, bem como dos aspectos imateriais, tem destacado o património como uma entidade portadora de valores que devem ser preservados e transmitidos; mas também renegociados e ressignificados à luz do contexto em que esse património é utilizado. Ou seja, o património é um *construto social* objeto de uma convenção ligada ao anseio de marcar uma identidade (Vernières, 2011).

Nas práticas educativas atuais, a atenção à relacionalidade e à processualidade do património é essencial por duas razões principais: em primeiro lugar, porque o património só expressa o seu elevado potencial educativo se for utilizado, interpretado e reconceitualizado; em segundo lugar porque pode se tornar um espaço de confronto entre indivíduos e grupos com diferentes necessidades culturais.

A presente indagação, em particular, questiona dois temas centrais da antropologia do património: o processo de invenção de uma tradição (Hobsbawn e Ranger, 1997), ou como certos traços culturais são ancorados na profunda temporalidade de um grupo social, e o conceito de cultura “intimidade” (Herzfeld, 2016; 2003), ou seja, a identificação e a reflexão de um mesmo grupo social em “sua” herança cultural.

Explicadas as dinâmicas básicas dos processos patrimoniais, se abordam as transformações disciplinares e históricas do património cultural. Estes últimos destacam como o conceito de património cultural foi recusado por nações não europeias na era pós-colonial e por sujeitos culturais específicos, de acordo com as filosofias e as práticas desenvolvidas antes da dominação colonial.

Desta forma, o artigo reflete sobre o património cultural “inconveniente” (dissonante e difícil), ou seja, sobre o pertencimento a grupos hegemônicos e opressores do passado.

O enfoque é analisar o património cultural enquanto objeto etnográfico derivado de processos de fabrico e representação que podem ser circunscritos temporalmente, geograficamente e politicamente.

Apresentação dos conceitos

Segundo o antropólogo Lenclud (2013: 157), a tradição é um processo de reconhecimento da paternidade. Neste sentido a tradição não é um produto arcaico que os contemporâneos receberiam do passado, mas um “ponto de vista” que os homens do presente desenvolvem sobre os tempos pretéritos, uma interpretação do passado conduzida estritamente de forma contemporânea.

Devemos, portanto, inverter o processo, não mais ir do passado para o presente, mas do presente para o passado. A tradição é uma retroprojeção que estabelece uma “filiação inversa”: não são os pais que geram os filhos, mas os filhos que geram seus próprios pais.

O passado deve ter existido para que haja um processo de reconhecimento, portanto sua invenção não seria totalmente gratuita, segundo aprendemos na obra de Pouillon (1970). De fato, a tradição permanece tradição mesmo quando trai a verdade; sua força não se mede pelo critério do rigor no exercício da reconstrução histórica; diz a verdade mesmo quando diz falsidade, pois não se trata de corresponder a factos reais.

Graças à tradição, uma cultura se dota de um “gênio” que lhe convém, que a reveste de uma vestimenta arcaica. A utilidade de uma tradição é oferecer a todos aqueles que a enunciam e a reproduzem os meios para afirmar a sua diferença: a tradição é antes de tudo, um modelo do passado inseparável da interpretação da tradição do presente (Lenclud, 2013: 158).

A ideia da tradição comparada a um objeto natural que ocupa um espaço perdura no tempo e tem uma estrutura molecular (metáfora naturalista), ou seja, núcleo de traços herdados do passado e definíveis como um objeto natural. Esta posição foi contrariada por Handler e Linnekin (1984: 385), argumentando que a tradição é um processo simbólico: o passado é sempre construído no presente. A tradição não é uma entidade circunscrita feita de componentes constituintes, mas um “processo de interpretação” que atribui sentido ao presente referindo-se ao passado.

A mobilização de tais símbolos argumenta Sarup (1996: 98) é geralmente repleta de complexidade, pois tende a ser cada vez mais adaptável e pode significar identidades e significados concorrentes. Por isso tem produzido cada vez mais uma obsessão “entrópica” com os aspectos culturais passados estabelecidos.

No âmbito da cultura, então, há uma reedificação da nação, aonde diferentes culturas podem ser identificadas, marcadas de acordo com um conjunto preconcebido de características: limitada e auto-evidente. Uma cultura enraizada nacionalmente não é imaginada como “o resultado de processos materiais e simbólicos, mas sim como a causa dessas práticas – uma essência oculta que jaz por trás da superfície do comportamento” (Crang, 1998: 162).

Tentativas de traçar fronteiras podem mobilizar noções retificadas de história e raízes, tradições culturais que muitas vezes exploram imagens simbólicas populares, rituais, locais e objetos.

A Cultura Popular do Vale do Paraíba

A cultura popular está em constante evolução e ocorre exclusivamente no lugar e no tempo formando correntes e redemoinhos e representa um complexo de perspectivas e valores mutuamente interdependentes que influenciam a sociedade e suas instituições de várias maneiras. Por exemplo, certas correntes da cultura popular podem se originar de (ou divergir para) uma subcultura, representando perspectivas com as quais a cultura popular dominante tem apenas uma familiaridade limitada.

Na origem tangível teremos a cultura daqueles homens e mulheres do Vale do Paraíba paulista do final do século XVIII ao início do século XX. Na origem distante, temos a cidade alentejana de Estremoz, em Portugal, cuja tradição de modelar bonecos, (1) santos e presépios, surge por volta de 1718 e 1726 (2). As Paulistinhas estiveram a serviço da fé popular, com características estéticas relacionadas com a simplicidade daquelas gentes. O Vale do Paraíba daqueles tempos era, de certo modo, uma terra de travessia, de dificuldades e de “desamparo” espiritual e religioso.

Em relatos antigos, recolhidos no município de Jacareí, temos a notícia de que:

“[...] aqueles que queiram batizar seus filhos, assistir à missa ou realizar qualquer sagrado ofício, deverá subir a Serra dos Sete Pecados, como era conhecido o caminho que ligava a Villa de Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy à atual Mogi das Cruzes onde levavam as

mulheres e filhos para os serviços religiosos. Era tão montanhoso e inóspito o caminho entre Mogi e Jacareí que era chamado, desde os primeiros povoadores, de os “sete pecados mortais” (Holanda 1975, apud Weis e Santos, 1990, p. 23).

O trecho compreendia uma serra de difícil locomoção; tudo isso para ilustrar o quanto a Instituição Católica esteve distante das comunidades vale paraibanas na primeira metade do *Ciclo Paulistinhas*, o que fez nascer as referidas imagens, uma vez que no campo da fé, aquelas gentes queriam ter seus santinhos de devoção. Na medida em que o Vale enriquece, nos processos agrícolas, envolvendo a cana-de-açúcar e o café, teremos as igrejas com seus santos, vindos de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Portugal, porém estes atendiam a sociedade dominante (os latifundiários e o clero), enquanto os pobres se satisfaziam com seus santinhos de barro.

Ao olharmos as Paulistinhas, perceberemos que as influências de estilo vieram de um outro olhar, que Etzel e Lemos apontam ser o de Estremoz. Por volta de 1775, muitos estremocenses vieram defender a Coroa Portuguesa nos conflitos ocorridos no Rio Grande do Sul e, ao findar tais fatos, alguns soldados permaneceram em terras brasileiras, fixando-se no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Esses homens, uma vez destituídos voluntariamente de seus cargos, provavelmente assumiram outros ofícios e, ao se fixarem nesse circuito, trouxeram os conhecimentos de seus antepassados, e aqui os adaptaram ao barro local, atendendo as demandas dos fiéis do Vale (Etzel, 1971: 104-218).

Religiosidade popular: As “Paulistinhas”

A historiografia tornou a religiosidade popular um objeto de pesquisa, esforçando-se não pouco para identificar seu espaço de atenção ao lado da religião oficial. Insegura em encontrar o seu método de proceder, buscou se aproximar da sociologia, da antropologia, da filosofia e, talvez, da teologia cristã, ou de uma filosofia de religião “laica”, emprestada do idealismo materialista ou do racionalismo agnóstico:

“[...] há em suma uma história do sincretismo pagão-católico do Sul, que pertence ao folclore, e uma história institucional de piedade”, que parte de uma concepção religiosa e cristã do homem, que é “história de libertação da magia” (De Rosa, 1981:4-6).

Os tratos distintivos da concepção predominante sobre a religiosidade popular são substancialmente dois (Zardin, 2001: 43):

1. O lado irracional, mágico, “infantil e primitivo” e;
2. O lado que sublinha os elementos arcaicos numa perspectiva de longa duração temporal privilegiando os elementos de permanência.

Portanto a religião das castas populares nos informa De Rosa (1971) é vista como um produto de mistura espúria que amalgama o doutrinamento da igreja com as necessidades materiais da existência da vida. Assim sendo, a religião circunscrita no mundo das sociedades tradicionais se estende num campo extremamente vasto do tecido social:

“[...] All’interno di questo patrimonio collettivo dotato di una coscienza largamente autonoma, di una sua organicità e originalità, anche le componenti più anomale della religione popolare (ricerca del miracolo, devozioni extra-liturgiche, etc.) devono aver assunto significati culturali reali e svolto funzioni storicamente rilevanti” (Zardin, 2001: 48).

Enfim, a religiosidade e cultura popular é um elemento de um sistema coerente, eficaz, estruturado que vive e se reproduz, mudando e se alterando conforme uma lógica própria, bem reconhecível.

As imagens religiosas populares do Vale do Paraíba paulista, denominadas *PAULISTINHAS*, ainda não alcançaram a dignidade merecida (Foto1). As instituições acadêmicas do Vale sequer as consideram, aparentando uma intenção consciente de não as localizar, estudar e mencionar.

Tais imagens, cujo ciclo de existência durou cerca de 120 anos, registram o encontro de duas culturas, divididas por um oceano e por sequências de perguntas sem respostas. Estudiosos se desdobram em entender os fragmentos das cerâmicas indígenas, dos achados ao redor das Casas Grandes e Senzalas, dos corredores das linhas férreas, das camadas dos portos de navegação e de tantos outros períodos que construíram a vida do povo paulista e vale-paraibano; porém o que se pode dizer das singelas Paulistinhas? Ao estudarmos as Paulistinhas, teremos ali muitas informações e preciosas observações, todas elas compiladas por Eduardo Etzel, profissional da medicina que, encantado com tal imaginária, se propôs a escrever e publicar tudo aquilo que, até hoje, se pode saber

a respeito delas. No livro de sua autoria “Imagem Sacra Brasileira” (Foto 2), Etzel situa as características dessa imaginária religiosa popular:



Foto 1. Imagem tipo Paulistinha. Datada entre 1775 a 1810 (?). Dimensões: 18cm x 07cm (base) x 5,5cm. Material: barro branco cinzento. Estrutura: oca até o topo e pigmentada com quatro cores típicas desta imaginária: preto, branco perolado, vermelho e azul. Encontrada em 2005 na Santa Cruz da Capela de São Sebastião do Avarehy, no município de Jacareí-SP. © Acervo Mestre Magela (Borbagatto).

“As Paulistinhas, são imagens religiosas devocionais e populares e existiram, aproximadamente, a partir do último quartel do séc. XVIII até o primeiro quartel do séc. XX” (Etzel, 1979: 86-90).



Foto 2. Etzel publicou inúmeros livros sobre a arte religiosa e sacra brasileira. Assim como o livro “Imagens Religiosas de São Paulo”, apresentamos outra fonte do mesmo autor acerca das Paulistinhas.

© Mestre Magela (Borbagatto).

Segundo narra Etzel (1971: 108) tais imagens foram desenvolvidas na região paulista do Vale do Paraíba (Foto 3) e evidenciadas sobretudo pela grande incidência observada no percurso entre Santa Isabel, Jacareí, São José dos Campos, Redenção da Serra e Caçapava Velha, cidades vale-paraibanas, o nos que nos permite supor ser essa área o foco inicial dessa produção.

Morfologicamente, são feitas em barro cinzento, ocadas e em formato cônico, queimadas a lenha, com decoração a base de pigmentos, nas cores branco, preto, azul, vermelho e ocre (Foto 4a) e com dimensões tipológicas que variam de 6 cm a 50 cm, todavia a maior incidência é de 15 cm, oscilando ainda entre 10 a 12 cm (Foto 4b).



Foto 3. Mapa de pesquisa realizada por Eduardo Etzel. As Paulistinhas foram encontradas na região do Vale do Paraíba paulista, com maior concentração entre as cidades de Mogi das Cruzes, Santa Isabel e Jacareí.
© Mestre Magela (Borbagatto).

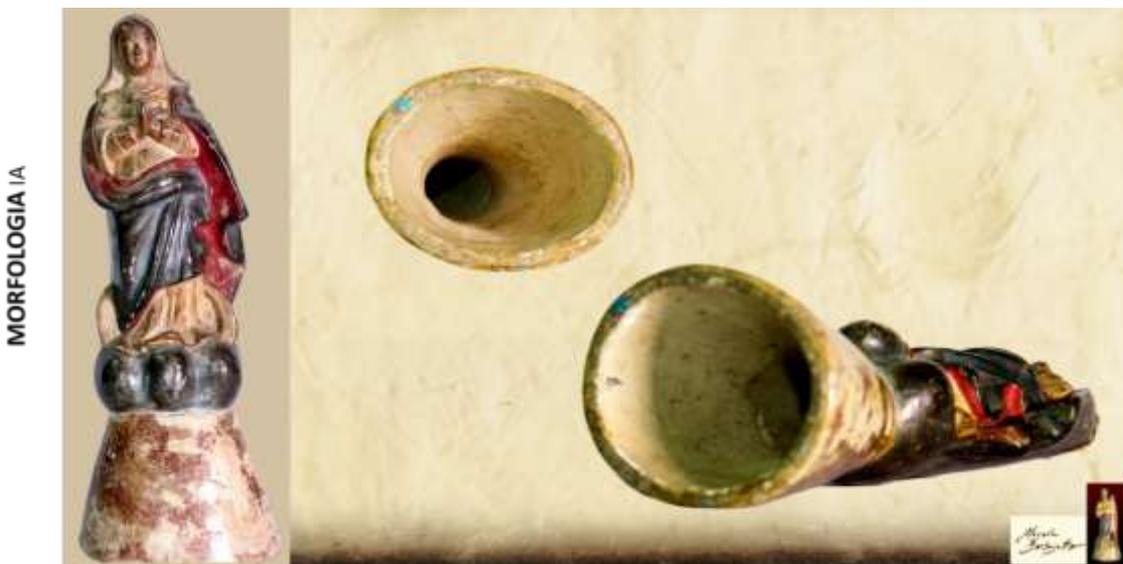


Foto 4a. Suas características principais são: formato cônico; altura média entre 12cm a 19cm; feitas em barro cinzento das várzeas do Rio Paraíba do Sul; base ocupando 1/3 da altura total da peça; base lisa ou facetada; furo interno até quase a cabeça; pintadas em azul, branco perolado, preto, vermelho e ocre; queimadas à lenha em forno próprio; feições singelas e “anatomia” atarracada.
© Mestre Magela (Borbagatto).

TIPOLOGIA



Foto 4b. As miniaturas “Paulistinhas” representando N. Sra. da Conceição e Santo Antônio possuem, majoritariamente, altura que varia entre 12cm a 19cm; já as raras imagens dos “paulistões” apresentam altura variando entre 20cm a 30/40cm.

© Mestre Magela (Borbagatto).



Foto 5. O estilo conhecido como “Mestre do Cabelinho Xadrez”, santeiro anônimo, que produziu muitas imagens encontradas na região de São Paulo, é tido como uma das fontes de influência na criação do estilo “Paulistinhas”, que teve início estimado em fins do século XVIII até o início do século XX.

© Mestre Magela (Borbagatto).

Relativamente a produção, podemos afirmar ter sido intensa, embora desconheçamos seus produtores, salvo quando olhamos para o final do ciclo, já na transição do séc. XIX para o XX (Foto 5).

Quanto ao estilo, este difere muito do Barroco (3). Uma informação que nos dá uma possível origem de estilo é apontada por A. Carlos Lemos (2007: 104-109) ao citar Estremoz, no Alentejo em Portugal, como vínculo estilístico entre o Vale do Paraíba e o Alentejo português.

Desconhece-se um estudo aprofundado, a exceção das abordagens feitas por poucas instituições museológicas. Ao não se considerar um objeto histórico, seja ele erudito ou popular, exclui-se o indivíduo a ele relacionado. E, por conseguinte, também seus lugares, suas vozes, pensamentos, sentimentos, sujeitando-se a morte, a extinção do direito de existir na história do lugar que ele ajudou a construir em seu anonimato.

O processo de reconhecimento da importância das Paulistinhas

Após 20 anos de pesquisa autodidata, realizada a partir de literatura e fontes primárias, histórias e memórias recolhidas junto a moradores mais velhos das cidades por onde palestrou, na condição de um mestre da cultura popular, o mestre Magela, distante dos entremeios acadêmicos, sempre se colocou a questionar o motivo da não pesquisa oficial do tema, do desinteresse da academia e do próprio governo paulista ou metropolitano em aprofundar essa questão. A partir das cerca de 200 imagens Paulistinhas resgatadas por Eduardo Etzel (4) e abrigadas no Museu de Antropologia do Vale do Paraíba - MAV em Jacareí (Foto 7) buscamos intensificar a divulgação do tema para as mais variadas classes sociais e faixas etárias, nos empenhamos na oficialização do reconhecimento de sua importância junto à comunidade local, regional e estadual para seguirmos adiante na tentativa de resguardá-las e enaltece-las enquanto patrimônio de importância nas esferas municipal, estadual e federal.

O processo de conscientização, ainda que pequeno, se deu a partir do movimento de associá-las simbolicamente ao patrimônio do "Figurado de Estremoz" de onde, acredita-se, vêm a influência de estilo, que ao chegar ao Brasil assume características "caipiras", manifestando no barro aquilo que veio à ser chamado "de Paulistinhas", imagens religiosas populares do Vale do Paraíba no século XIX.

Assim, é importante sublinhar que em inúmeras culturas, o patrimônio material só tem valor em razão da sua dimensão imaterial (Benhamou, 2016: 19).



Foto 7. Fachada principal MAV. Fundado em 1980, sob orientação da museóloga Waldisa Russio Guarnieri, e criado pela lei 6.217/2018, o Museu de Antropologia do Vale do Paraíba- MAV é um órgão suplementar da Diretoria de Patrimônio da Fundação Cultural de Jacareí (FCJ).

© <https://www.mav.museu/>

Conclusão

A antropologia do patrimônio se concentra na arqueologia histórica, porque explica o papel do patrimônio no passado e a sua relevância nos dias de hoje enfatizando o legado do passado. Portanto, uma sociedade se estabelece propriamente através da criação icônica e semântica que reorganiza permanentemente um afloramento de figuras, formas e imagens (Castoriadis, 1975).

Num processo de apropriação da identidade dos povos minoritários pelos dominantes, ao pensar os objetos como componentes e geradores de processos sociais mediante sua organização em coleções, e destas como componentes de acervo de museu, interessa-nos explicitar as categorias de representação que fundam hierarquias de valor: os objetos produzem e reproduzem o discurso sobre o “povo”, compondo um todo, uma unidade (Graburn, 1976).

São a representação material das “comunidades imaginadas” e que se tornam reconhecidas. Este artigo apontou esse momento como a gênese da noção do que se classifica como artesanato popular e arte popular, expressões materiais das camadas da

população não detentoras dos códigos culturais e estéticos das classes eruditas, porém portadoras dos atributos legitimadores.

No início do século XXI, a cultura popular não é mais uma área particular de pesquisa em humanidades, mas tornou-se uma experiência de massa: uma cultura a-histórica, pré ou anti-moderna, tradicional, “natural” (5). Antiguidade, tradição e vínculos com o meio rural são considerados características de um "estrato" fundador e primordial.

Um dos autores – o mestre Magela Borbagatto - teve a felicidade de conhecer o *Figurado de Estremoz*, no ano de 2016, graças ao edital de intercâmbio do Ministério da Cultura Brasileiro, e pode verificar semelhanças entre as nossas Paulistinhas e as mais antigas imagens estremocenses de santos, feitos ali há séculos (6). As Paulistinhas fizeram parte de sua infância e adolescência, quando as percebia nas capelas de roça e nos oratórios das casas que frequentava no interior paulista. Ao se definir como artista plástico autodidata, cuja especialidade tem sido a cerâmica figurativa, começou a se dedicar a pesquisá-las. Ao tomar contato com as teorias de Etzel, colocou-as em prática visando entender o caminho trilhado pelos anônimos santeiros daquele ciclo, que durou 120 anos, revivendo no barro, na queima e nos desafios técnicos, tudo aquilo que Etzel havia sugerido e instigado em suas obras. Ao ler, Lemos, e a possível origem de estilo, foi ao além-mar, para conhecer aquelas que, um dia foram fonte de inspiração, mas que no Brasil tomaram outras cores, outras expressões, outra alma. Em 2013, por conta de 30 anos ministrando oficinas de arte e modelagem e, por pesquisar autodidaticamente o tema aqui trazido, foi reconhecido como Mestre da Cultura Popular Brasileira pelo Ministério da Cultura, prêmio este que, mais tarde, possibilitou que atravessasse o oceano das interrogações que tinha em relação ao tema *Paulistinhas*, expressões, manifestações artísticas de devoção católica produzidas local ou regionalmente por artesãos que comungaram desse imaginário religioso e que refletem a vivência a crença e o relacionamento com o sagrado. A execução das *Paulistinhas*, repleta de simbolismo, revisita o modelo tradicional, cria e recria as figuras de santos, feitos em barro e decorados com pigmentos e tintas disponíveis.

Estudioso do patrimônio cultural e ciente da característica fundadora da religiosidade popular (7), Dimitriadis, convidou o outro autor, a conjugar experiências, conhecimentos e saberes, dando destaque a importância do patrimônio popular do Vale

do Paraíba paulista introduzindo as *Paulistinhas* ao mundo acadêmico buscando suscitar o interesse em estudos aprofundados e possíveis conexões entre os países lusófonos. A passagem do campo das ciências humanas para a esfera da identidade pessoal pode ser considerada em princípio incorreta, mas é psicologicamente factível: se a cultura popular é primitiva e fundadora, não pode realmente desaparecer.

Notas:

- (1) Em 1770, aparecem as primeiras notícias sobre a existência das “bonequeiras”, mulheres que faziam curiosidades e figuras de barro. Mais informações podem ser encontradas no site: <https://www.cm-estremoz.pt/pagina/turismo/bonecos-de-estremoz>
- (2) A Produção de Figurado em Barro de Estremoz integra o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, desde 2014, sendo desde 07-12-2017 Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. A produção dos Bonecos de Estremoz são certificados desde 07-12-2018 (Página do Organismo de Certificação).
- (3) O Barroco até hoje domina o imaginário brasileiro quando o assunto trata de santos de devoção.
- (4) Boa parte dessas figuras pertencem a coleção do Dr. Eduardo Etzel, segundo maior acervo de "Paulistinhas". Outro acervo bem mais numeroso, é composto das obras de Benedito Amaro de Oliveira, dito Pituba, santeiro popular do interior de São Paulo da virada do século XIX para o XX, e pertencem ao Museu de Arte Sacra de São Paulo.
- (5) Estes termos são considerados sinônimos ou pelo menos contíguos.
- (6) Para ulteriores aprofundamentos consultar:
<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/producao-de-figurado-de-barro-de-estremoz/>
e ainda https://www.rtp.pt/noticias/cultura/bonecos-de-estremoz-sao-patrimonio-da-humanidade_n1044953
- (7) Cfr. Dimitriadis, G. 2000, *Eresia e Stregoneria nel Medioevo: um mondo al limite*, manual produzido para uso no “Curso de monitores culturais” promovido pelo Dipartimento Valcamonica del CCSP-Centro Camuno Studi Preistorici, Capo di Ponte, Italia.

Referências bibliográficas

- ALCÂNTARA, Ailton S. (2008). *Paulistinhas: Imagens Sacras, Singelas e Singulares*. UNESP: SP.
- BENHAMOU, Françoise (2016). *Economia do patrimônio cultural*. Edições SESC: SP, p.19.

CANCLINI, N. Garcia (2016). *A Sociedade sem Relato. Antropologia e Estética da Iminência*. EDUSP:SP, pp.74-77.

CASTORIADIS, Cornelios (1975). *L'institution imaginaire de la société*. Paris, Seuil.

DE ROSA, Gabriele (1981). *La Religione popolare. Storia-teologia-pastorale*. Roma: Paoline, pp.4-6.

DE ROSA, Gabriele (1971). *Vescovi, popolo, magia nel Sud. Ricerche di storia-religiosa dal XVII al XIX secolo*. Napoli: Guida.

ETZEL, Eduardo (1971). *Imagens Religiosas de São Paulo: apreciação histórica*. EDUSP: SP.

ETZEL, Eduardo (1979). *Imagem Sacra Brasileira*. EDUSP: SP.

GRABURN Nelson H. H. (ed.) (1976). *Ethnic and Tourist Arts: Cultural Expressions from the Fourth World*. Berkeley, University of California Press.

CRANG, Mike (1998). *Cultural Geography*. London: Routledge.

HANDLER, Richard; LINNEKIN, Jocelyn (1984). Tradition, Genuine or Spurious. *Journal of American Folklore*, Madison, n. 385.

HERZFELD, Michael (2016). *Siege of the Spirits: Community and Polity in Bangkok*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

HERZFELD, Michael (2003). *Intimità culturale. Antropologia e nazionalismo*. Napoli: L'Anora del Mediterraneo.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (orgs.) (1983). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

LENCLUD, Gérard (2013). A tradição não é mais o que era...sobre as noções de tradição e de sociedade tradicional em etnologia. *História, Histórias*, Vol.1, n.1, pp. 157-158.

LEMOS, Carlos A. C. (1999). *A Imaginária Paulista*. Imprensa oficial do Estado: SP.

LEMOS, Carlos A. C. (2007). *A Divina Inspiração Sagrada e Religiosa – Sincretismos*. Museu Afrobrasil: SP.

POUILLON, Jean ; Pierre MARANDA (ed.) (1970). *Échanges et communications: Mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de son 60e anniversaire*. 2 v. Paris/Haia: Mouton.

SARUP, Madan (1996). *Identity, culture and the postmodern world*. Edinburgo: Edinburgh University Press: pp. 98.

STOREY, John (2019). *Cultural Theory and Popular Culture*. New York: Routledge.

VERNIÈRES, Michel. (org). (2011). *Patrimoine et Développement*. Paris: Karthala.
WEIS, Ivonne Tessin; SANTOS, Benedito Vianna dos (1990). *Nossa Senhora da Conceição de Jacarehy*. Jacareí: Indústrias de Papel Simão, p.23

ZARDIN, Danilo (2001). La religione popolare: interpretazioni storiografiche e ipotesi di ricerca. In, *Memorandum*, Outubro 2001, pp. 43, 48.

ZHU, Yujie; MAAGS Ch. (cur.). (2020). *Heritage Politics in China. The Power of the Past*. London: Routledge.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

[https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-](https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/producao-de-figurado-de-barro-de-estremoz/)

[mundial/portugal/producao-de-figurado-de-barro-de-estremoz/](https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/producao-de-figurado-de-barro-de-estremoz/)

https://www.rtp.pt/noticias/cultura/bonecos-de-estremoz-sao-patrimonio-da-humanidade_n1044953

<https://www.cm-estremoz.pt/pagina/turismo/bonecos-de-estremoz>

<https://ich.unesco.org/en/RL/craftmanship-of-estremoz-clay-figures-01279>

<https://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imaterial/inventario-nacional-do-pci/>

PATRIMÓNIOS E MATERIAIS*

PATRIMONIES AND MATERIALS

Luiz Oosterbeek

Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Tomar.

Centro de Geociências (UID73, FCT).

Museu de Arte Pré-Histórica de Mação.

Membro da Academia Portuguesa da História

Membro da Academia Europaea

* Este texto é dedicado à memória de Ana Rosa Cruz, idealizadora desta série e do Centro Transdisciplinar das Arqueologias, no IPT.

Resumo

Discute-se a evolução do conceito de património e da sua operacionalização, nas interfaces com as noções de história, evolução, narrativa e contextualização. Identificam-se três momentos de transformação, associados ao iluminismo, ao pós II guerra mundial e ao presente. Referenciam-se outros processos de mudança conceptual nas esferas da educação e da economia, identificando a atual noção predominante de património como potenciadora de conflitos.

Palavras-chave: Património, Herança, História, Narrativa, Conhecimento.

Abstract

The evolution of the concept of heritage and its operational use are discussed, in the interface with the notions of history, evolution, narrative and contextualization. Three transformative moments are identified, associated with enlightenment, post-World War II and the present.

Other processes of conceptual change are mentioned, in the spheres of education and economy, identifying the current dominant notion as a potential trigger of conflicts.

Keywords: Patrimony, Heritage, History, Narrative, Knowledge.

O conceito de património assumiu um significado muito particular após a II Guerra Mundial, face à experiência de destruição massiva de centros históricos e monumentos dispersos por toda a Europa (Bugnion, 2004). Operou-se, nessa ocasião, a segunda grande transformação de sentido dos vestígios culturais do passado: a passagem de uma lógica focada na identidade (nacional ou outra) para uma lógica focada na preservação territorial (sem questionar a anterior, mas efetivamente secundarizando-a).

A primeira transformação ocorrera com a visão iluminista de cidadania, que havia identificado os sítios patrimoniais como extensões do binómio “museu cívico / instrução pública” na formação cívica (Morbidelli, 2021). As grandes coleções imperiais davam lugar a grandes museus nacionais ou museus locais, não mais para formar apenas as elites (como ocorria com a coleção imperial do Hermitage, por exemplo) mas para formar toda a sociedade, numa lógica de que a *res publica*, para ser gerida democraticamente, carecia de eleitores educados e conscientes (Effert, 2008). Os monumentos e sítios passam a constituir, neste quadro, uma espécie de “reserva *da facto*” para as elites, já que a sua fruição era, em geral, mais cara, implicando deslocações (o turismo nasce, também, nesta lógica – Zuelow, 2015).

A realidade em 1945 era distinta de anteriores contextos de pós-guerra. Num quadro essencialmente de propriedade privada de objetos (sobretudo de arte, pois assim eram entendidos na sua maioria os vestígios do passado, incluindo os arqueológicos e etnográficos) e de monumentos e sítios, a guerra havia demonstrado não apenas a enorme capacidade destruidora que fora acumulada, mas também a dificuldade, quando não a impossibilidade, de a posse privada proteger eficazmente esses bens. As experiências de preservação durante a guerra (escondendo coleções, ocultando sítios, etc.) mostrara que as soluções haviam saído, quase sempre, de esforços coletivos e nem sempre dos proprietários (Argerich Fernández & Ara Lázaro, 2009), o que levou a defender uma maior assunção de responsabilidades pelos Estados.

Neste quadro, nascem sobretudo dois instrumentos. No plano jurídico, são criadas normas de gestão mais rigorosas e convenções internacionais de proteção do

património (Cunliffe & Fox, 2022). No plano institucional, nasce o modelo de serviço estatal ou Ministério da Cultura, com André Malraux, com um recorte muito próximo do policiamento (Mossuz-Lavau, 1987).

A noção de património cultural emerge, neste contexto, do campo das ciências humanas e em especial da história e da antropologia. Tratava-se de valorizar testemunhos excepcionais identificados materialmente (sobretudo conjuntos arquitetónicos), ainda que integrando saberes associados. Num quadro de contextualização do património, as classificações foram focadas não apenas nas obras físicas, mas nos seus contextos históricos e no binómio transformação/perenização. Nesta conceção, as noções de material e imaterial não eram segregadas, encontrando-se integradas num conjunto coerente. A criação de uma Lista do Património Mundial (Ryan & Silvano, 2009) decorreu desta abordagem: preservar testemunhos materiais e saberes associados, afirmando-os numa escala humana e não apenas local ou segregadora.

A partir dos finais do século passado, porém, o conceito de património foi-se deslocando, deixando de privilegiar a história e a contextualização espaciotemporal (Jarrick, 2020), em favor da estruturação de narrativas baseadas em perceções memorialistas (Warner, 2001). Esse deslocamento operou, na realidade, um regresso, ainda que parcial, à lógica de estruturação de coleções organizadas a partir da prévia definição de culturas, entendidas como entidades discretas e não transformativas, e não a partir da observação das materialidades e das suas descontinuidades no tempo, entendidas como principais fundamentos para a caracterização das culturas (Somhegyi, 2020). Tratou-se, também, de um deslocamento da consideração das singularidades como expressão localizada da humanidade, para a valorização em primeiro lugar das tradições como expressões identitárias, ou seja, do foco nos bens materiais (as obras de arte e arquitetura resgatadas pela arqueologia e pela história) para a narrativa das identidades (os saberes e os povos – Kuokkanen, 2008).

A separação entre património material e imaterial, promovendo sobretudo o segundo (Schreiber, 2019), foi o corolário deste deslocamento conceptual, que retoma o entendimento do passado não como um esforço de metareconstrução metodológica condicionada pela subjetividade a superar, mas como uma subjetiva e relativista leitura contextual das dinâmicas humanas (Hodder, 2003).

Esta mudança não terá sido alheia à crescente prevalência da língua inglesa na comunicação internacional, a partir da errada equivalência entre as noções de património (propriedade, em primeiro lugar material, sem prejuízo da sua dimensão simbólica) e *heritage* (herança, em primeiro lugar simbólica, sem prejuízo da sua expressão material). Uma equiparação geradora de inúmeros equívocos (Heritager).

O património narrativo, assim reestruturado, tem vindo a enfraquecer a coerência que lhe era conferida quando o foco é colocado nas materialidades e suas condições de produção, nas quais a generalidade dos humanos se pode rever (por visitar não tanto as culturas, mas sobretudo a gestualidade e as técnicas (Leroi-Gourhan, 1973), potenciando a sua fragmentação discursiva em torno da perceção de singularidades comportamentais discretas (por se focar nas continuidades morfológicas e performativas).

Esse enfraquecimento da unidade conferida pelo entendimento do passado como história comum, ainda que diversa, da Humanidade (Ruwet, 2010), privilegiando o atualismo (que também se manifesta na avaliação de comportamentos do passado à luz dos valores do presente), potenciou por sua vez uma nova coerência global do património: já não em torno da noção de história evolutiva (Le Goff, 2011), mas em torno dos saberes e dos interesses setoriais, cujo ponto de convergência é o comportamento e, por isso, a economia. A transformação do património numa *comodity* turística é a consequência lógica deste processo (Schmitt, 2022).

Esta transformação do património, ao longo das últimas três décadas, acompanhou outras mudanças, nomeadamente a substituição do conceito de educação ao longo da vida (reportado a uma dinâmica multilateral, bidirecional e transformativa), para a noção de aprendizagem (monodirecional, utilitária e não suscetível de potenciar o juízo crítico), que apenas consente atualizações instrumentais (por exemplo, a mudança da matriz energética), sem refletir sobre as transformações de função ou de paradigma sociocultural.

Outros setores de reflexão e ação foram ocorrendo em paralelo, como a substituição do foco na estratégia económica das empresas pela sua gestão, ou a substituição da organização do ensino de conteúdos interpretativos pelo ensino de competências operacionais (Highland, 1993).

Todas estas transformações conceptuais correspondem, finalmente à substituição do entendimento histórico dos processos pela reificação dos contextos, que são *comodificáveis* e, por isso, redutíveis ao mercado. Elas também se estruturam através da falsa dicotomia entre unidade e diversidade, anulando a primeira e isolando as diferenças e conflitos das segundas. É esta falsa dicotomia que, de forma crescente, reforça os conflitos no mundo: não por ocorrerem choques de civilizações, mas porque a reificação das identidades impede a sua convergência e transformação, a não ser por meios violentos (Zizek, 2008).

A redução do papel da história na construção do património representa, assim, não apenas um regresso ao passado pré-iluminista, mas sobretudo a expulsão de uma noção de convergência humana no tempo para fora da conceptualização das tensões do presente (Kant, 2022). A proliferação do recurso a palavras como memória (necessariamente parcial), empreendedorismo (necessariamente limitado a alguns), gestão (em vez de economia política), competências (em vez de conhecimento) ou objetivos (em vez de processos), reforça a fragmentação do passado e do presente, dificultando a construção de novas utopias transformadoras (Liakos, 2007).

Os humanos, porém, não deixaram de ser uma espécie que se autodetermina pela vontade (Nietzsche, 1999) mas que é condicionada pelas materialidades de contexto, para além de todas as narrativas. Através da diversidade, a sua convergência evolutiva tenderá a prosseguir (Damásio, 2018), mesmo que o património cultural se afirme menos como instrumento de futuro do que como retrato do presente. Restará saber em que medida um ideário patrimonial atualista e voluntarista continuará não a reconstruir o passado para o futuro, mas a recuperar de trágicas expressões do passado como farsas do presente.

Como escreveu Ana Cruz (2015): “Apesar de todos os pesares, é um privilégio co-habitar com períodos históricos de transformação.”

Referências bibliográficas

ARGERICH FERNÁNDEZ, Isabel; Ara Lázaro, Judith (coord., 2009). *Arte protegido memoria de la Junta del Tesoro Artístico durante la Guerra Civil*. Madrid: Ministerio de Cultura, Subdirección General de Publicaciones, Información y Documentación.

BUGNION, François (2004). La genèse de la protection juridique des biens culturels en cas de conflit armé. *RICR* 86:313-324.

CRUZ, Ana Rosa (2015). Editorial. *O Ideário Patrimonial*, 4. Tomar: Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar.

CUNLIFFE, Emma; Fox, Paul (2022). *Safeguarding Cultural Property and the 1954 Hague Convention: All Possible Steps*. Martlesham: Boydell & Brewer.

DAMÁSIO, António (2018). *The strange order of things: Life, Feeling, and the Making of Cultures*. New York: Knopf Doubleday Publishing Group.

EFFERT, Rudolf (2008). *Royal cabinets and auxiliary branches. Origins of the National Museum of Ethnology, 1816–1883*. Leiden: CNWS Publications.

HERITAGE, PATRIMONY (2023). In: *Les intraduisibles du patrimoine en Afrique subsaharienne*. Paris : Demopolis, 2014 (cons.05.12.2023). <http://books.openedition.org/demopolis/538>

HODDER, Ian (2003). *Reading the Past. Current Approaches to Interpretation in Archaeology*. Cambridge: University Press.

HYLAND, Terry (1993). Competence, Knowledge and Education. *Journal of Philosophy of Education*, **27 (1)**: 57–68.

JARRICK, Arno (2020). *Big research questions about the human condition*. London: Anthem Press.

KANT, Immanuel (2022). *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70.

KUOKKANEN, Rauna (2008). *Reshaping the University. Responsibility, indigenous epistemes and the logic of the gift*. Vancouver: University of British Columbia Press.

LE GOFF, Jacques (2011). *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Editora Vozes.

LEROÏ-GOURHAN, André (1973). *Milieu et techniques*. Paris : Albin Michel.

LIAKOS, Antonis (2007). Utopian and Historical Thinking: Interplays and Transferences. *Historein* **7**: 20-57.

MASSUZ-LAVAU, Janine (1987). *André Malraux: qui êtes-vous ?* Paris : La Manufacture.

MORBIDELLI, Giuseppe (2021). I musei civici italiani fra tradizione e innovatività. *Aedon, Il Mulino Rivisteweb*, **1**: 45-53. doi: 10.7390/100567.

NIETZSCHE, Friedrich (1999). *Além do Bem e do Mal*. Lisboa: Relógio d'água.

RUWET, Coline (2010). Les villes de Robert Ezra Park : pour une périodisation de sa conception de la métropole (1915-1939). *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 22, 199-220.

RYAN, Jason; SILVANTO, Sari (2009). The World Heritage List: The making and management of a brand. *Place Brand Public Dipl* 5: 290–300.

SCHEREIBER, Hanna (2019). Intangible Cultural Heritage, Europe, and the EU: Dangerous Liaisons? In: *Cultural Heritage in the European Union: A Critical Inquiry into Law and Policy*. Leiden: Brill: 324–364

SCHMITT, Thomas M. (2022). The Commodification of World Heritage: A Marxist Introduction. In: Albert, MT., Bernecker, R., Cave, C., Prodan, A.C., Ripp, M. (eds) *50 Years World Heritage Convention: Shared Responsibility – Conflict & Reconciliation*. Heritage Studies. Springer, Cham.

SOMHEGYI, Zoltan (2020). *Reviewing the past: the presence of ruins*. Rowman & Littlefield Publishers.

WARNER, Marina (2021). *Monuments and maidens. The allegory of the female form*. The University of California Press.

ZIZEK, Slavoj (2008). *Violence. Six sideways reflections*. New York: Picador.

ZUELLOW, Eric G. (2015). *A History of Modern Tourism*. London: Red Globe Press.

PARA UMA ARQUEOLOGIA CÉNICA DO PASSADO

FOR A SCENIC ARCHAEOLOGY OF THE PAST

José Eduardo Mateus

Double-u Replay

Techn&Art (Instituto Politécnico de Tomar)

Travessa dos Madeiros 3

Palhagueiras, 2560-044 A-dos-Cunhados

jedumateus@gmail.com

Resumo

O presente artigo considera uma nova forma de pensar o sítio arqueológico enquanto objecto de investigação e musealização. Parte da experiência concreta da nossa pesquisa (com Paula Queiroz) sobre o Convento Velho de Penafirme (Torres Vedras) e sobretudo do estudo da Gruta da AVECASTA (Ferreira do Zêzere). Este sítio envolve-nos a ambos na coordenação de uma equipa de diversidade disciplinar alargada, potenciada pelas excelentes condições de preservação dos seus povoados pré-históricos tardios e instalações artesanais históricas (Mateus e Queiroz, 2012).

Neste artigo procuramos esquematizar a nossa estratégia de virtualização interactiva de arqueossítios e monumentos, tendo como paradigma uma noção cénica das unidades de ocupação do passado como sistemas eco-sociais circunscritos no espaço e no tempo. A noção cénica implica considerar-se um **palco** constrangedor com pré-existências, uma chusma de **actores** (vestígios expressivos, responsivos) e uma série de **performances** em interação.

Embora com um título genérico, este texto corresponde a um ensaio teórico (em progresso) muito focalizado na estratégia de interpretação arqueológica de um registo 3D detalhado dos achados (que ensaiamos na AVECASTA), com ênfase naquilo que Leroi Gourhan designou por

“estruturas latentes” no âmbito da decapagem de um solo de ocupação - conceito que nos tem modelado a pesquisa nos últimos 50 anos.

A noção (e estruturação programática) de uma **réplica realista rejogável virtual** (vRRR) é aqui explorada a três tempos (SETUP; JOGO PROSPECTIVO; JOGO DE SIMULAÇÃO) tendo por sustentáculos a Análise de Redes e a Programação Orientada a Objectos (imbuída no motor de jogo UNREAL da Epic Games). Procura-se uma visão sistémica dos processos naturais e sociais, implícitos nas narrativas subjacentes ao registo arqueológico, reconhecíveis pela experimentação virtual e sua teatralização.

Palavras-chave: Arqueologia Virtual; Reencenação do Património; Videojogos Sérios.

Abstract

In this article we embrace a new way of rethinking the archaeological site, both as an object of research and of museology. We depart from our investigation experience (with Paula Queiroz) on the old ruins of the Penafirme coentry (Torres Vedras), but, mostly, from our excavation programme of the Avecasta cave (Ferreira do Zêzere). The Avecasta site engages us in the coordination of a diversified multidisciplinary, fostered by the excellent preservation conditions of the Late Prehistory habitats and the more recent artisanal historical occupations.

Here, we aim to consider the schematic design of our interactive virtualization strategy for the archaeo-sites and monuments, following the paradigmatic notion of *mise-en-scène* (staging) of the Past occupation contexts, considered as eco-sociologic systems confined in space and time. Our scenic notion implies the consideration of a (pre-existent constraining) **stage**, a bunch of **actors** (expressive and responsive ancient traces) and a series of **performances** in interaction.

Although, under a generic title, this text is a rather focalised theoretical essay (in progress) on the archaeological interpretation strategy of a detailed 3D registry of the findings (which we pursue at Avecasta) with emphasis on what Leroi Gourhan referred as ‘latent structures’ in an occupation soil horizon - a concept which guided our fifty-years long research.

The notion (and programming design) of a Virtual Replayable Realistic Replica (vRRR) is explored here under a threefold game sequence perspective (SETUP, PROSPECTIVE GAME, SIMULATION GAME) supported by Network Analysis and Object Oriented Programming (in the very realm of the UNREAL game-engine from Epic Games). We pursue a systemic view on the natural and social processes expressed in the subjacent narratives of the trace networks of Past, we might recognise with the support of virtual experimentation and its theatricalization strategy.

Key-words: Virtual Archaeology; Heritage Staging (*mise-en-scène*); Serious games

Introdução

A Interpretação em Arqueologia é uma espécie de Engenharia Inversa

Para uma Réplica Realista Rejogável virtual do Passado (vRRR)

O passado (como se nos depara hoje) pode ser um caixote de velhos objectos, uma crónica desbotada de eventos, mas para ser hoje válido e valioso (na sua inspiração e sedução para a mudança) deve requisitar-nos como re-actores (como *re-players*). Neste desempenho queremos liberdade criativa (animados pelas asas da Arte) mas também queremos os nossos pés bem alicerçados num universo cheio de autenticidade e realismo.

Os nossos programas partem das Ciências do Passado e do Território mas pretendem cumprir a museologia dos sítios e monumentos num compromisso de reapropriação criativamente fértil pela sociedade e suas comunidades.

Esta vocação afasta-nos definitivamente do paradigma metodológico reinante nas academias do “*problem-solving*”, demasiado casuístico, permeável ao arbitrário, ao idiossincrático. Contrapomos assim com um novo conceito: a réplica cénica jogada.

As 3 palavras-chave

RÉPLICA fala-nos do registo realista dos contextos materiais e imateriais de outrora, que hoje se suporta da digitalização exaustiva, da modelação 3D, da modelização simulativa computacional (infológica).

CENA fala-nos do tempo e do espaço confinado, ambos reapropriáveis com resolução detalhada - Aqui temos um palco e uma chusma de actores para um espaço-tempo concreto e expressivo;

JOGO fala-nos de re-experimentação plural permanente, assente na simulação, mas também no nosso papel de construtores e manipuladores de ideias e sentidos.

O Paradigma Cénico em torno do realismo e da expressividade

Procuramos uma cadeia operativa-criativa com início na réplica realista e expressiva dos sítios e contextos do passado, procuramos uma réplica que se possa refuncionalizar nas

suas múltiplas dimensões. A materialidade e as suas vivências aqui se reformatam num palco de actores de triplo desempenho: ecológico, artefactual, socio-cultural. Neste sentido, uma das palavras-chaves deste propósito é PLAYER (e PLAY, dificilmente traduzível em Português) no triplo sentido de performance teatral, de jogador, de tangedor.

A metáfora do livro manuscrito que se destrói inexoravelmente à medida que se lê, é aqui ponto de partida para a reflexão. Lançamos o repto: Porque não... poderemos desmontar um sítio arqueológico com registo ultra-detalhado às várias escalas e temáticas de abordagem, de forma a que se possa replicar virtualmente num cenário complexo de jogo? Se tal fosse possível, à metáfora do livro único degradável, responderíamos com: Vamos construir virtualmente uma Réplica Realista Rejogável, uma vRRR; desta forma vamos poder voltar a escavar vezes sem conta o mesmo sítio, procurando reler, (sucessivamente, iterativamente) de forma diferente e complementar a evidência registada na escavação única.

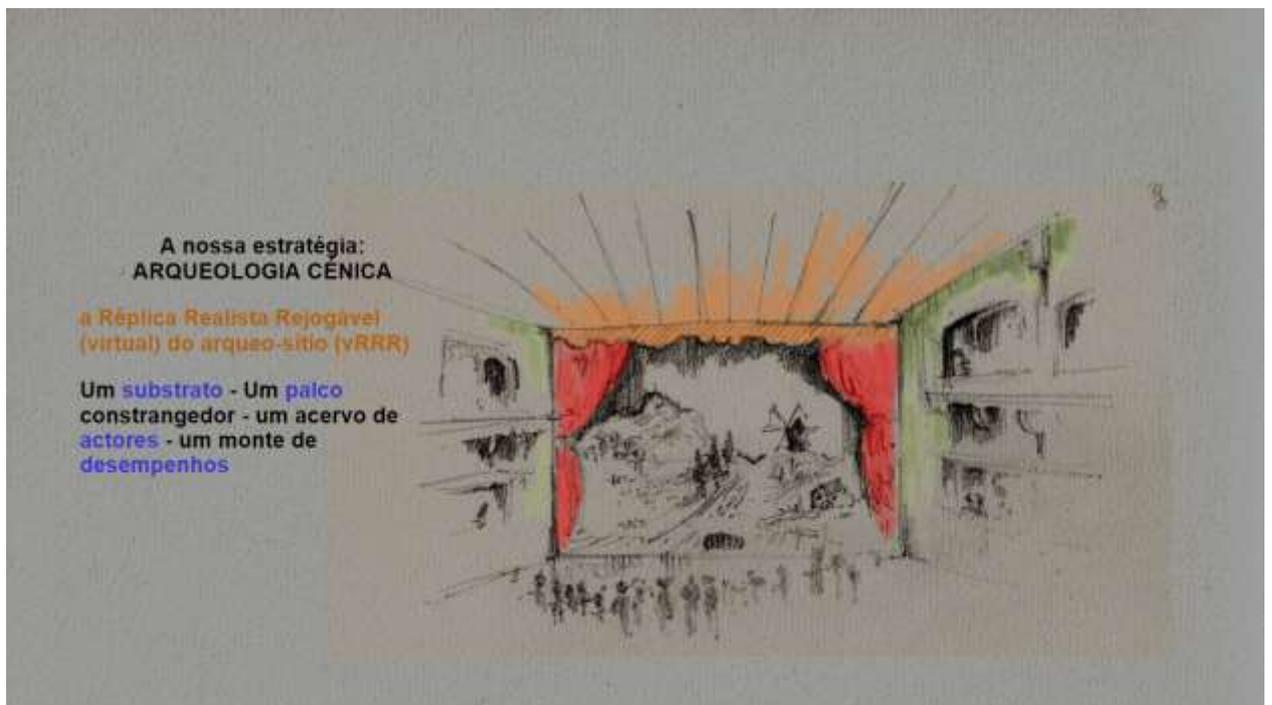


Figura 1. A metáfora do teatro do tempo (Mateus, 2021)

Virtualidade assente na materialidade museográfica

Há que perceber que este exercício de virtualização arqueológica ganharia muito em alcance criativo-científico se acoplado a uma museografia de carácter cenográfico. Mais à frente voltaremos a este ponto.

Registo e restituição virtual estão na ordem do dia em termos de museologia. O que aqui se propõe é ir mais longe do que a simples plataforma de comunicação, mas prosseguir um programa de reencenação lúdica simulativa que possa acrescentar Ciência ao programa tradicional das Arqueologias na linha de uma Arqueologia Experimental Virtual de múltiplas soluções.

Territorialidade na multi-escala (da paisagem alti-voada ao *close-up* do poisar)

Na prática, a nossa perspectiva cénica desenvolve-se holisticamente (de baixo acima) por camadas (sub-sistemas) desde os substratos ambientais condicionantes (como o relevo, o solo) aos protagonistas humanos geradores de controlo e drama.

Esta re-encenação (histórica & territorialmente informada) progride assim em várias frentes: Parte em geral da paisagem antiga secular e tradicional (e seus valores ecológicos e de uso da terra); salta depois para o monumento (o edificado, o ocupacional) quer esteja este ainda de pé ou por desenterrar; continua pelo seu património móvel (os recursos da vida, os utensílios, as peças de arte); avança pelas personagens evocáveis (reais e/ou de ficção realista); chega por fim aos seus desempenhos e expressividades - estas restituídas pela simulação programada (fixa ou procedural) ou pelo controlo directo pelo jogo e representação.

O presente texto explora esta possibilidade: Partir de uma evidência muito abrangente do sítio desmontado, sob a multi-visão disciplinar a várias escalas, reencenar as entidades arqueológicas recenseadas num cenário de jogo, através de um processo de virtualização assente na simulação modelativa de articulações e processos. Avaliar enfim a potencialidade científica desta estratégia, para além do âmbito estritamente museológico.

Teatralização lúdica do património: actores; teia dramática; cenário

Um dos pilares desta aventura é considerarmos grande parte dos objectos arqueológicos como actores num cenário de teatralização.

O objecto, a entidade arqueológica cresce exponencialmente em potencialidade informativa à medida que se teatraliza ludicamente. O grau de teatralização (o potencial dramático) depende da preservação da integração cenográfica (das suas inter-conexões) e da sua capacidade de performance a solo.

Teatralização lúdica é o ponto central deste programa metodológico, em parte sinónimo de gamificação. Teatro: o objecto arqueológico é considerado como um actor, no sentido de entidade performativa, mas simultaneamente como nodo de uma rede de conexões (de uma cena).

Este programa constroi-se em torno de uma noção tripartida de “arqueocena”: Uma colecção de entidades arqueológicas circunscritas no espaço e no tempo (UO = Unidade Ocupacional), que se configuram num (1) conjunto objectos (nodos) numa (2) teia de interrelações (os nexos), constringidos por um (3) substrato (suporte condicionante). Na acepção dramática: (a) actores; (b) teia dramática; (c) cenário.

Em seguida a arqueocena é ludificada no sentido de se constituir como jogo (plataforma experimental interactiva de múltiplas soluções).

Este programa não é apenas teórico mas de natureza prática - um projecto piloto que se inicia no estudo transdisciplinar de um sítio, que se restitui de forma aberta através de uma *suite* de aplicativos de virtualização interactiva que aqui se abordam de forma muito sumária. A ampla susceptibilidade do passado (os inúmeros graus de incerteza / liberdade) implica que a (arqueo)performance e a (arqueo)cena devam ser entidades dinâmicas, múltiplas de possibilidades e padrões conectivos, que se experimentam pelo investigador e jogador no âmbito de uma museografia activa, cientificamente criativa e participada pela comunidade.

Perante os graus de incerteza destas réplicas, há que diversificar as possíveis soluções: Procuramos forjar assim objectividade pela via de uma vasta pluralidade de subjetividades (*replays*), ou seja envolvendo-nos (como re-criativos do século XXI) numa museografia experimental do Património de forma íntegra, envolvendo-nos enfim como actores, como **jogadores** na nossa maior pluralidade.

Na perspectiva destes “videojogos pelo património, ciência e arte” toda a programação cénica activa torna-se modular e reaproveitável. É que as simulações (na sua esfera generalista) serão repositórios de classes (de programação orientado a objectos): são assim classes recicláveis e reaproveitáveis (após adaptação específica) para cada sítio, elenco de actores e contexto temporal concretos.

Os actores (nodos) por si só e com os outros

Toda esta cenografia do passado pretende-se funcional, no sentido de simulativa. Como cientistas do passado e do território queremos ir para além da Ciência tipo “Monólogo os malefícios do tabaco” de Tchékhov, onde o conferencista se retrata desvirtuando o objecto tratado. Procuramos assim incutir protagonismo próprio aos vestígios que aqui se passam a considerar num sistema de “palco + actores”, interagindo (expressivamente) em redes conectivas (*networking*).

Estamos a pensar objectivamente num dos diversos solos de ocupação da Pré-história recente da Gruta da AVECASTA, com a sua miríade de vestígios tão diversos, que a lama preserva de forma excepcional. Queremos dar protagonismo expressivo aos seus vestígios: que estes ‘falem por si’. Naturalmente esta expressividade emana do que preservam da memória, do seu agir e do contexto desse agir. Pensamos em artefactos num sentido abrangente: utensílios (como um raspador em sílex, um copo canelado, um punção em osso) mas também num buraco de poste, numa deposição de escória... Pensamos por fim nos vestígios particulados, orgânicos e inorgânicos, oriundos da paisagem, recolhidos pelos homens, ou captados naturalmente pela via do vento e das águas.

Lidamos com duas esferas de expressividade: as entidades arqueológicas têm uma história de vida desde a criação ao abandono, e uma vida para além da morte.

Não nos podemos esquecer que a expressividade (a performance cénica) dos artefactos e vestígios do passado é um artifício heurístico que se concebe a várias escalas (do espaço-tempo), numa série crescente de sentidos, desde o gesto (em segundos) ao processo (em meses, anos): Imaginemos um golpe de extracção de uma lasca de sílex ou (em contraste) o processo de encrostamento estalagmítico da superfície de um osso.



Figura 2. Gruta da Avecasta (Grande Sala). Note-se a área de sondagem iniciada em 1980 (sector gradeado, ao centro).

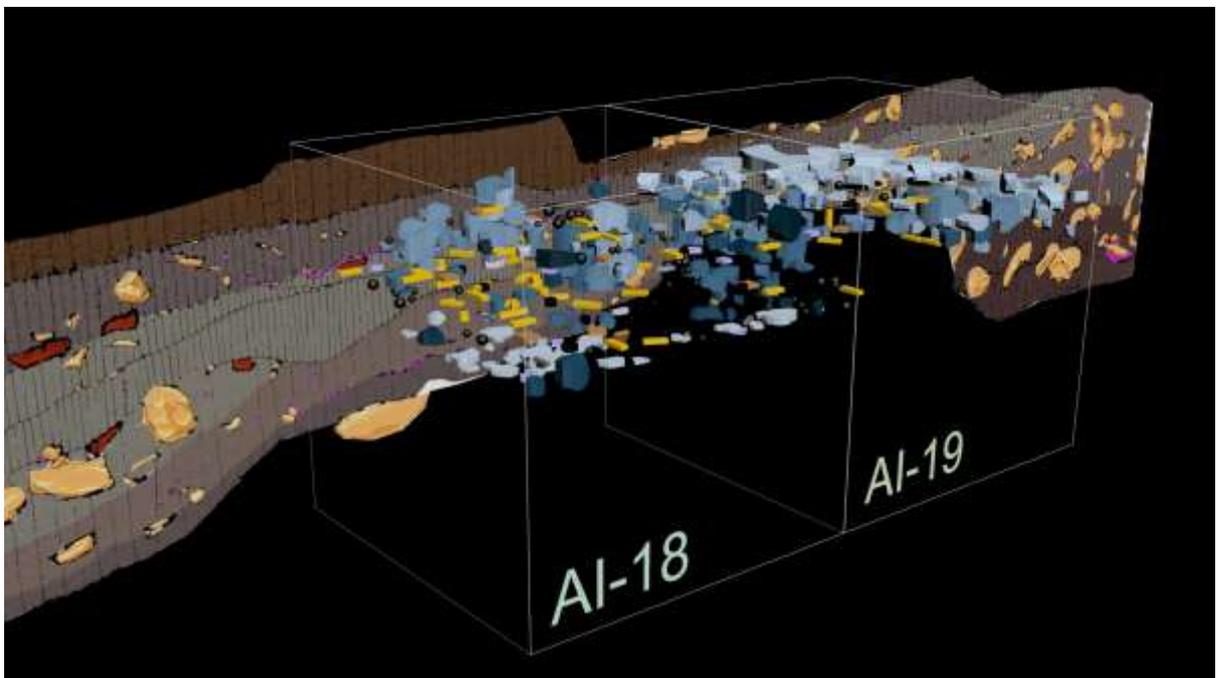


Figura 3. Ilustração do sistema 3D de distribuição de vestígios em 3D Studio MAX (quadrículas AI18 e AI19 da zona da 'Ravina W') (Mateus e Queiroz, 2019)

Retemos assim as escalas dinâmicas do desempenho (actuação) estendendo-se duplamente pelo tempo-espaço na série hierarquizada: Gesto (fluxo); Atitude: Acção (sensu stricto); Procedimento; Operação; Processo.

Este “deixar falar os vestígios por si” é requisito heurístico de uma reconstituição de cinemática invertida para lidar com utensílios e suas actividades: A faca corta, o pote verte, o fogo queima, a corda vibra... mas por detrás da faca, do pote, da tocha, da corda está uma mão humana que do ponto de vista de re-experimentação virtual (videojogo) se joga por controlo de ‘esqueletos’ vectoriais (e seus “pontos de pegar” (*slots*)), assumidos por inteligência artificial (IA) ou por mediação do jogador (através do teclado ou do *joystick*).

Aqui está o essencial desta nova abordagem experimental: Desenvolver (pela lúdica virtual interactiva) um duplo percurso reconstitutivo: da frente para trás (cadeias de RECÚO) e de trás para a frente (simulações de AVANÇO), proporcionando um encontro avaliativo entre as duas vias, numa plataforma múltipla de experimentação.

Dois pontos de partida: A lúdica virtual interactiva em 3D com base na programação orientada por objectos (POO) e a análise de redes (AR - *network analysis*).

UNREAL

A nossa Réplica Realista Rejogável virtual (vRRR) é desenvolvida em UNREAL (da Epic), embora integre recursos reconstruídos ao longo de uma ampla *suite* de aplicativos de criação e modelação digital. A escolha desta plataforma de virtualização interactiva fortíssima, usada na primeira linha da indústria de videojogos e do cinema, deve-se ao facto do UNREAL ser um motor de restituição interactiva 3D de código aberto adaptável e sem custos de utilização (com excepção de projectos comerciais de lucros avultados). O UNREAL é uma ferramenta de programação em C++, (acoplada ao Visual Studio da Microsoft), acessível ainda por um sistema de *script* (*Blueprint*). É um motor de jogo baseado no paradigma da programação orientada a objectos, cuja estrutura hierárquica de entidades e suas capacidades se adequa de forma excelente à modelização em Ciências do Passado e do Território.

O UNREAL reconstrói a cenografia lúdica interactiva através de um quinteto hierarquizado: objecto, actor, peão, personagem, jogador - entidades estruturáveis em componentes.

REDES

Há que pensar a unidade cénica do passado (a arqueocena) como um trio:

Nodos (objectos)

Nexos (conexões)

Substratos (suporte)

Damos assim prioridade à rede conectiva de entidades: Fugir à simples gaveta de peças que enche os museus, que estrutura os relatórios de escavação. Da teia de relações entre entidades arqueológicas nasce a **arqueocena** expressiva do passado.

A análise de redes (*network analysis*) é uma colecção de ferramentas de abordagem de sistemas complexos pela via da integração espacial e funcional de entidades (nodos) e suas interligações (nexos). Analisam-se (visual e estatisticamente) as topologias (densidade de nodos, os padrões de ligação), as centralidades (concentrações, distensões), as comunidades (distribuição de afinidades agregativas), os padrões de influência e de fluxo, as dinâmicas evolutivas.

Consideremos uma unidade ocupacional (estratigráfica-vivencial) em foco, como seja por exemplo o horizonte Ave-P1 da sondagem central da Avecasta, de idade Calcolítica: Há um empedrado difuso, fossas de fundição, um muro, buracos estruturados, películas deposicionais diversas, muitos artefactos, carvões, ossos e escórias. A nossa estratégia tri-faseada é construir as redes de nodos e nexos (a partir do catálogo 3D de vestígios desta UO em foco - **vd. Figura 3**) e proceder à sua análise, utilizando, por exemplo, os módulos de análise de redes da linguagem de programação R; Estes resultados, sob a forma de tabelas, serão acessíveis em tempo real pelos projectos UNREAL (em C++), que funcionam (como veremos) em dois percursos em articulação: Reencenação (inversa) das Redes; Simulação (progressiva) das arqueocenas consideradas.

Guião restitutivo

O nosso guião para a reencenação virtual arqueológica de uma unidade ocupacional (UO) considera 11 etapas, integradas em 3 fases, que aqui se enumeram e se explicam em seguida:

O programa desenvolve-se em UNREAL 5 a três tempos: I) Um primeiro tempo de *setup* da arquitectura do jogo (montagem das jogabilidades e do cenário imutável) sem JOGO propriamente dito, mas suportado pelo EDITOR; II) Um segundo tempo de JOGO (de tipo LEGO construtivo, *minecraft*, *settlers*), porventura num formato '*top-down games*' (cenário montado do céu) onde, em RUNTIME, se activam substratos constrangedores, se instanciam actores e se evocam comportamentos; III) Um terceiro momento (em jogo de 1ª ou 3ª) onde se simulam em RUNTIME os processos tafonómicos e as vivências humanas, tirando partido dos módulos e *plugins* de simulação realista (ex. partículas, física, geometria gerada), entre muitos outros.

I - FASE de SETUP DO CENÁRIO:

- 1 - Define-se um palco de substratos (pré-existências) imutáveis;
- 2 - Coligem-se os vestígios que aqui se assumem como instâncias de classes VARQUEO (programação orientada a objectos) localizadas no espaço-tempo.
- 3 - Constroem-se as teias conectivas de nexos entre os nodos (vestígios) por correlação (de afinidades e conectividades): resultam assim redes multi-camada (látices tafonómicas e vivenciais);
- 4 - Assumem-se as cronologias relativas dos látices (camadas);

II - FASE de JOGO PROSPECTIVO

5. Exploram-se interactivamente os látices, criando conjuntos de nodos e nexos;
6. Evocam-se os módulos cénicos viáveis e oportunos.

III - FASE de JOGO SIMULATIVO (em série iterativa)

7. Evocam-se os templates de jogo simulativo que são povoados de instâncias *proxies* (substitutos) e rotinas parametrizadas.
8. Jogam-se as simulações tafonómicas

9. Jogam-se as simulações vivenciais

10. Comparam-se os resultados das simulações com o cenário real

11. Retoma-se a série simulativa (7 a 10) de forma iterativa, para aproximações progressivas.

3. SETUP (I)

I.1 - Palco

A unidade ocupacional (estratigráfica) confinada no tempo e no espaço é reconstituída virtualmente como cenário constrangedor, envolvendo um substrato de entidades imutáveis, prévias à UO, tipicamente incluindo: uma matriz sedimentar, uma envolvente eco-fisiográfica (micro-relevo, água, microclima), e eventualmente um conjunto de estruturas de ocupação antecedentes (muros, empedrados...). Estes condicionalismos (com excepção das estruturas edificadas) serão integrados (programaticamente) como texturas de informação (grelhas regulares) empilháveis como *layers*.

I.2 - Vestígios (e seus estigmas) como instâncias da programação POO (vVESTIGIA e vMUTATIONES)

Para além do seu inventário-catálogo tradicional, o conjunto dos vestígios recolhidos / registados dará lugar a uma colecção de instâncias de classes de programação (em C++) de um 'namespace' vARQUEO de acordo com os paradigmas da Programação Orientada a Objectos (POO). A POO cumpre os requisitos científicos da simulação realista (para a qual foi criada nos anos sessenta por investigadores noruegueses) através de 5 qualidades de arquitectura infológica: polimorfismo, herança (generalização), composição, abstracção e encapsulamento; Incorpora-se assim potencialmente a essência da sistemática biológica e da tipologia da Cultura Material das Ciências Humanas, mas igualmente a inter-funcionalidade ecológica e económica das paisagens e das sociedades.

Nesta livraria vARQUEO definem-se hierarquias de classes de vestígios discretos (objectos sólidos) ou difusos (solo-morfologias, deposições e alterações, agregados de pedras) decorrentes de uma pequena colecção de entidades arqueológicas paternalistas (como filhos, netos, bisnetos...), de âmbito alargado: ex. artefacto, fitoclasto, osso, concha, capa de cinzas, buraco de estaca.

Na prática, todos os vestígios (após a escavação) encontram-se catalogados num banco de dados relacional de acesso SQL (ex. o ACCESS da Microsoft), cujo design (de tabelas e seus campos de informação) obedece já a uma perspectiva cénica dos artefactos e recursos. Programaticamente, estas tabelas são então acedidas pela nossa implementação PROvARQUEO (em C++ no seio do UNREAL) que instancia cada entrada (vestígio) numa colecção de entidades vARQUEO (ex: cerâmicas; líricos; objectos de osso...). Estas classes (vVESTIGIA) são assim moldes de instanciação virtual de vestígios, parametrizáveis nos seus atributos, composição (estrutura de componentes), e capazes de comportamentos tipificados (métodos).

O estigma como mutação expressa

Notamos que o riscado de alisamento da cerâmica, o modelado (repuxado) de um mamilo de suspensão, o bolbo de percussão num reverso de uma lasca de sílex, o soldar da epífise articular de um metacarpo à sua diáfise, o desgaste abrasivo de um molar, o boleamento hidro-erosivo de um caco... tudo isto são atributos que evocam acções ou desenvolvimentos (mutações, mudanças de estado).

Neste sentido, ao contrário de considerarmos os descritores dos objetos arqueológicos como caracteres intrínsecos e abstratos, fixos, e desconectados, devemos antes considerá-los como marcas de performance ou desenvolvimento (nexos). Ou seja, o foco virtual-interpretativo passará a incidir no *processo (mutação)*.

Sextetos performativos como classes de mutação potencial (vMUTATIONES)

Desta forma, para além da colecção de classes vVESTIGIA, a nossa livraria vARQUEO integra também uma colecção de classes hierarquizadas para a esquematização de processos evocáveis em 4 contextos do devir: a) o bio-desenvolvimento; b) a eco-recolecção; c) a artefactualização; d) a alteração tafonómica. Estes processos (produtores de mudanças de estado e expressos em estigmas reveladores) podem estruturar-se semanticamente num 'sexteto performativo' (de acepção sistémica), envolvendo: substrato, controlo, instrumento, acção, mutação, estigma. Clarificando:

1) substrato - suportes e constrangimentos do processo (palco);

2) controlo - agente da acção (humano, factores meteorológicos, metabolismo generativo...);

3) instrumento - agente intermediário (amplificador como seja um utensílio, um mecanismo);

4) acção - fluxo de energia, matéria, informação

5) mutação - a entidade que sofre a mudança de estado;

6) estigma - marca registrada no mutante.

I.3 - Construção das redes de nodos e nexos (**vd. Tabela 2**).

Objectos vARQUEO como cadeias de estádios da vida e da pós-vida

As vRRR (Réplicas Realistas Rejogáveis) são experimentações virtuais a dois tempos inversos e articulados: Primeiro as simulações tafonómicas (do pós-vida); num segundo tempo, as simulações vivenciais (da vida), que as primeiras propiciam.

Os vestígios vARQUEO discretos do Ave-P1 são integrados de início numa nuvem de pontos a que se junta uma grelha de vestígios difusos (definidos por manchas). Estes pontos (transmutados em nodos) serão integrados em redes (teias) de conexão (nexos). Nesta restituição de “engenharia inversa” considera-se que cada vestígio funciona não como uma entidade singular, mas antes como uma cadeia vertical de sub-nodos estadiais. Os vestígios constituem assim entidades (réplicas) virtuais arqueológicas que se exprimem em linhagens de histórias de vida (vivinodos) e de pós-vida (necronodos). Cada vestígio (ex. instância da classe bordo cerâmico, lasca de descortamento, falange de caprídeo, semente de cevada carbonizada...) patenteia na sua lista de atributos os estigmas da sua vida e da sua pós-vida (‘mutação’ generativa e alteração tafonómica) - indícios que se querem ordenados por procedência (na sua sequência temporal reconhecível).

Primeiro consideramos a expressividade a solo (nexos intra-nodos)

Primeiro consideramos a expressividade a solo (monólogos), pelas histórias de vida e da pós-vida (nexos intra-nodos): Numa primeira fase os nodos (vestígios) consideram-se desconectados entre si, mas cada qual se constitui como o topo resultante de uma cadeia vertical mutacional de (sub)nodos ao longo da sua história de vida e da progressiva alteração pós-vida:

Imaginemos uma peça, um caco que passou por 15 estádios de vida e pós-vida:

- a) capa calcítica
- b) encostado ao murete
- c) com deposição de escória
- d) com arestas boleadas
- e) quebrado
- f) bojo riscado
- g) bojo queimado
- h) bojo perfurado para suspensão
- i) superfície brunida
- j) pasta cozida em ambiente redutor
- l) superfície alisada
- m) forma moldada
- n) pasta misturada
- o) barro colectado
- p) areia colectada.

Estas conexões verticais, deduzidas de forma inversa, retrocedem no tempo, estádio a estádio, ao longo da existência funcional (viva) e da sequência tafonómica de alterações pós-deposicionais do vestígio. No pós-vida, os (sub)nodos vão-se evocando (instanciando retrospectivamente, de cima abaixo) como versões de si, cada vez mais intactos e funcionais (mais perto dos estádios vivenciais); Os nexos destas cadeias degenerativas são os processos tafonómicos de alteração (ex. oxidação, decomposição orgânica, fragmentação...) dedutíveis pela colecção de estigmas de alteração patentes nos objectos. Da mesma forma inversa se consideram os nexos intra-nodos da história de vida dos objectos (retrospectivamente desde a morte-abandono aos momentos do nascimento-criação).

Temos assim o nodo-vestígio (vestígio) no topo da cadeia que virtualiza com o realismo possível a peça material exumada; Temos os sub-nodos tafonómicos (necronodos) numa série aproximativa ao estádio “vestígio” (necronodo0), com índices crescendo no sentido inverso na cadeia retrospectiva dedutível de alterações pós-vida (do necronodo1 a necronodoN); Temos os nodos vivenciais (vivinodos), igualmente considerados numa série retrospectiva (inversa) da sua história de vida, desde a morte ou abandono ao nascimento ou criação (**vd. Figura 5**).

Em seguida, vamos gerar múltiplos nexos inter-nodos.

Numa segunda fase são procuradas as conexões (horizontais) entre os nodos (e/ou sub-nodos) através das diversas afinidades e conectividades reconhecíveis entre si no seio da unidade ocupacional em reencenação:

AFINIDADES

- 1) formais (nodos partilham características idênticas: ex. tipologia, cor, espessura)
- 2) tafonómicas (mesmos estigmas, mesmas atitudes deposicionais)
- 3) corológicas (distribucionais) - mesmas localizações
- 4) contextuais (de partilha integrativa) - mesma inclusão em contextos (ex. na mesma fossa, contra o mesmo obstáculo)

CONNECTIVIDADES

- 5) colagens (ex. caco cola com caco; lasca com lasca...)
- 6) articulações orgânicas (ex. falange com carpo)
- 7) articulações mecânicas (ex. percutor com resíduo de talhe, martelo com escopro, polidor com caco polido, furador com furo de suspensão)
- 8) articulações físico-químicas (ex. aglomerado de carvões com porção de terra queimada).

Correlação generalizada	Tabelas de correlação com nNd0 x nNd0 x nNd1-n nodos (nNd0 o número dos vestígios discretos e manchas isoláveis de vestígios difusos; nNd1-n o número de estádios (sub-nodos) degenerativos e generativos).
Correlações específicas	Sub-tabelas tipológicas ou específicas (ex. só fragmentos de cerâmica, só ossos de <i>Lepus</i> , de <i>Bos</i> ; ossos longos; pedras de dimensão média...).
Correlações articulares	Correlação com entidades dos mesmos sextetos performativos (ex. lascados com percutores, moldes com moldados, queimados com combustíveis)
Correlações difusas	Correlação de objectos discretos com entidades difusas (capas depositadas, superfícies alteradas, clusters de cinzas, pedras...)

Tabela 1. Tipos de correlação.

Este processo conectivo (no âmbito de uma PROVARQUEO), implica experimentação em direcções alternativas, sendo um processo de múltiplos ensaios de comparação generalizada, intraespecífica, ou contextual, cujo resultado são diversas tabelas de correlação representativas da UO em foco. Este processo de correlação de nodos dará origem à instanciação de nexos entre pares de vestígios; Serão nexos de diferente natureza, de acordo com o tipo de correlação testada. Cada nexo terá o seu índice de correlação de acordo com a intensidade da afinidade / conectividade patenteada (tipicamente entre 0 e 1 ou -1 e +1), o que permite descartar os nexos pouco significativos, simplificando a topologia das redes conectivas.

Sextetos performativos no deslindar das conectividades potenciais

Imagine-se um ensaio de afinidade de formas de cerâmicas, ou de tipos de pasta, ou de tipo de capa de deposição superficial. Note-se ainda que os ensaios de correlação articular (conectividades 6 a 7) implicam o evocar de sextetos performativos onde por exemplo se torna patente a potencial conectividade entre um percutor e uma lasca de descorticação de sílex - neste caso o sexteto: a) disponibilidade de matéria prima; b) mão humana; c) percutor; d) talhe sílex; e) lasca f) bolbo de percussão (co-referenciado nas sub-classes 'lasca talhada' e 'percutor').

Nexos como vectores

Cada célula destas tabelas de correlação é potencialmente um nexo (uma conexão) instanciável na fase II, e aí visualizável no espaço virtual por um vector (volumetrizado como fino cilindro) criado entre os dois pontos 3D (os centróides dos nodos emparelhados) e colorido de acordo com o tipo de correlação (ex: tons de verde para articulativas generativas; tons de vermelho para afinidades tipológicas, etc - vd. Figura 5). Cada nexo de correlação válida assumida irá potenciar uma entidade cénica significativa.

A predominância de nexos e nodos fantasmas (brancos)

Há ainda que reconhecer que os nexos podem invocar nodos-fantasmas (*ghost-nodes*) que não se encontrem presentes no registo arqueológico em análise (ex: o talhador de sílex; a água de cozer, o percutor elusivo)

De facto, é oportuno introduzir desde já uma das óbvias consequências deste sistema de redes conectivas de carácter cénico: a evocação de nexos fantasmas. São suscitados pelos estigmas quando estes não encontram emparelhamento local na UO em foco: Falamos aqui de lascas sem percutores nas imediações, ossos queimados sem vestígios de fogo local, artefactos sem a presença do esqueleto do artefactualizador... Estamos assim perante sextetos performativos evocáveis, mas reduzidos no registo a uma terça parte: mutante e seu estigma. Para melhor imaginarmos o modelo, estes nexos (vectores sem ponto de origem) serão visualizados a branco e terão uma orientação vertical (Figura 5). Naturalmente que a fragmentária janela sobre o passado com que lidamos está sobretudo povoada por estes nexos e nodos brancos, fantasmas, mas temos a convicção de que embora ausentes do registo são elementos fundamentais da nossa cénica experimental reconstitutiva.

Látices da Vida e do Pós-vida

Deste exercício complexo de ensaios de correlação resultam assim duas redes conectivas complexas: a pilha de teias tafonómicas (látice do pós-vida); a pilha de teias vivenciais (látice da vida). Utilizamos aqui a noção de látice como um sistema de redes conectivas em que os nodos se conectam sem constrangimentos de camada ou distância entre si. Estes látices (após cronologia relativa) são assim entidades de carácter estratigráfico, dado que se exprimem em camadas (camada de necronodos₀ sobre camada de necronodo₁, e por aí fora).

A nossa unidade ocupacional UO virtual (para um espacio Si e 'fatia' temporal Ti em análise) fica assim, para além do repositório de vestígios (unidade estratigráfica), dotada de duas complexas pilhas de teias (látices tafonómicos e vivenciais), com nodos no espaço tridimensional vestigial (arqueográfico) ligados por múltiplos nexos, que poderemos sobrepor (contextualizar) com os nossos substratos (grelhas de entidades pré-existentes, para Si e Ti-1 (leia-se 'Ti menos 1')).

Estas teias terão implícitos muitos dos eventos e processos tafonómicos e vivenciais na origem da UOSiTi ilustrativa. Tal colecção de dinâmicas subjacentes constitui por assim dizer um texto de discursos escondidos de natureza cénica (performances a solo (monólogos) e em interacção (duetos, trios...)) que se procurará reler recorrendo às simulações da Fase III.

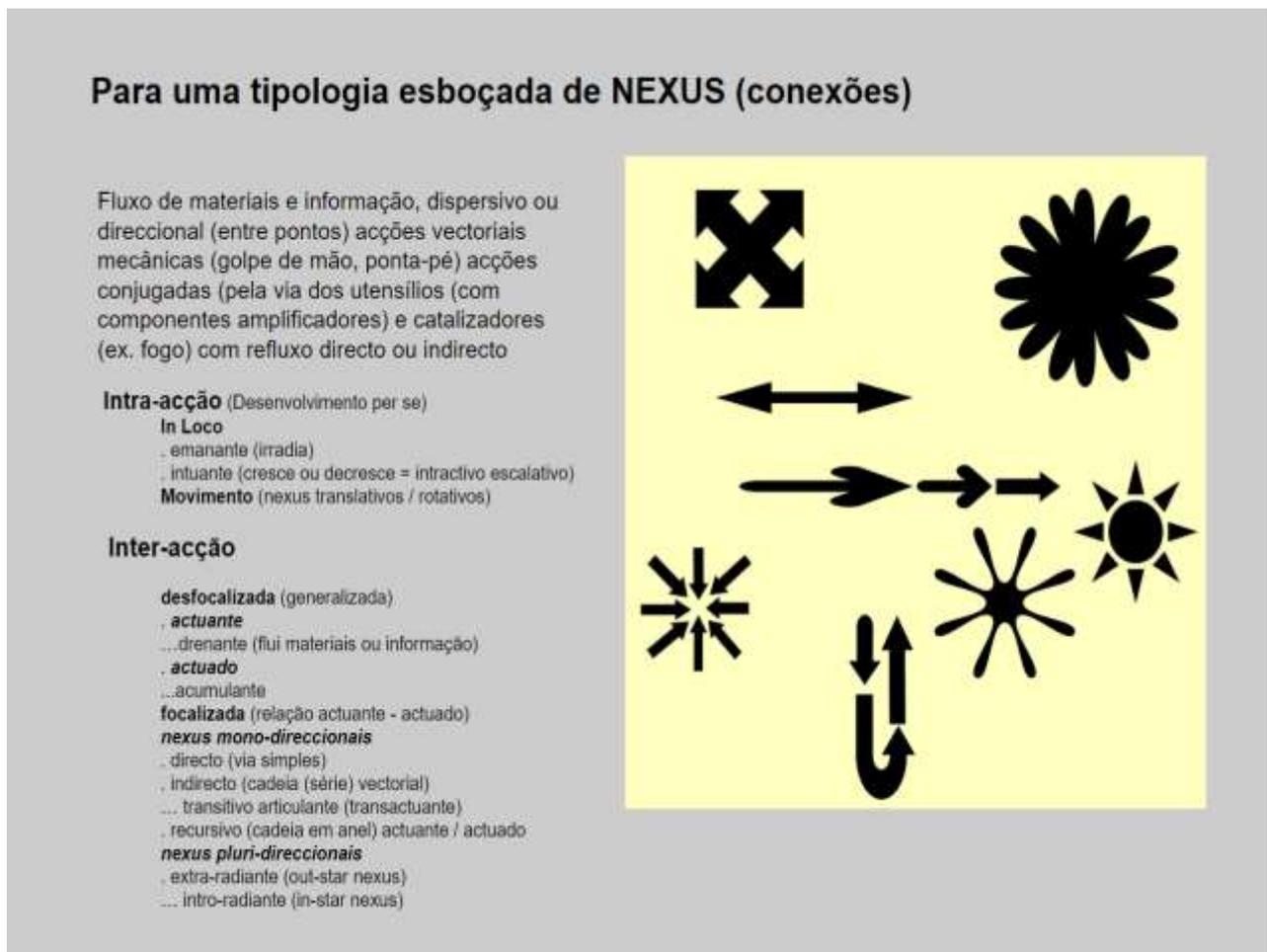


Figura 4. Ensaio preliminar de tipologia formal de nexos, na base da definição sistémica dos sextetos performativos (Mateus, 2021)

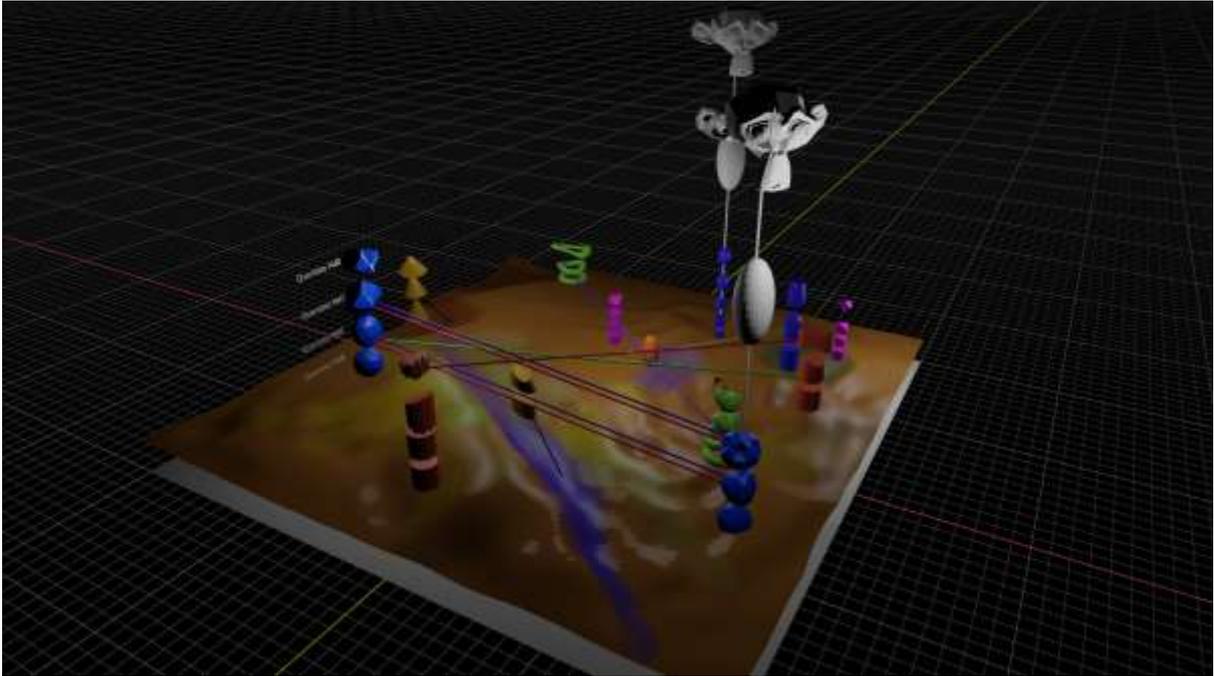


Figura 5. Representação esquemática (em BLENDER) de um látice hipotético (tafonómico & vivencial). Notamos: O **substrato**: O plano de base, representativo do relevo do solo; Outro plano subjacente (em tons de cinza) ilustrativo de outros (pré)constrangimentos (definidos por texturas de informação de 8 bits, onde os valores 0 (preto) não incutem aos nexos sobrejacentes qualquer constrangimento e onde os valores 256 (branco) bloqueiam totalmente os nexos de determinado tipo). Os **Nodos**: As cores sobre o solo (castanho escuro, lilás e verde escuro) correspondem a vestígios difusos (respectivamente: terra solta de preenchimento de toca; capa de terra arenosa, deposição de cinza em cunete de lareira); 12 cadeias mutantes de nodos (Nd0 correspondendo ao vestígio encontrado; e a série inversa de alterações de estado sNd1 a sNdn (leia-se sub-nodo de estágio 1 a sub-nodo de estágio n)): **azul** (peças de quartzito); **roxo** (sílex); **castanho** (fragmentos cerâmicos); **magenta** (pedras queimadas); **verde** (objectos de cobre), **amarelo** (ossos); **laranja** (percutores).

Os **Nexos** (vectores cilíndricos): **vermelhos** (de afinidade tipológica), ilustrando o mesmo tipo de fragmento cerâmico (ex. bordo de taça carenada); **roxos** (de afinidade de estigma tafonómico), ilustrando a quebra da lasca de quartzito partilhada inter-nodos, a mesma deformação mecânica de duas pontas de cobre, ou a mesma deposição de uma capa de escória sobre a quebra fresca de um fragmento cerâmico; **verdes** (articulação generativa), ilustrando a ligação causal entre um percutor de osso e o retoque terminal de um furador em sílex, ou a relação entre um buril em quartzito e as incisões ornamentais de um bordo de cerâmica; **pretos**, ilustrando afinidade de contexto, como por exemplo a orientação de ossos longos ao longo da depressão de pisoteio com associado carreamento de areia, ou a co-ocorrência no seio da lareira (e sua capa de cinzas). Notam-se enfim os nexos verticais e nodos brancos (*ghost-nexus and ghost-nodes*) que nos ligam os vestígios a percutores de pedra localmente ausentes e a um humano talhador (cara de macaco).

I.4 - Cronologia relativa dos estigmas da pós-vida e da vida.

Reconhecemos que a estratigrafia aparente dos látices é (num primeiro momento) só aproximada, dado que pode não existir contemporaneidade, estágio a estágio, entre os

subnodos (por exemplo, o fabrico dos potes representados pelos cacos da UO pode não ter sido sincrónica). Neste sentido, haverá ainda que tentar ordenar sequencialmente (de forma inversa) os estigmas degenerativos e generativos, o que implica duas sub-etapas de cronologia relativa: a) a solo (linhagens tafonómicas isoladas) e b) após inter-correlação global (horizontal) do nodos, com possível identificação de eventos-marcadores partilhados. Da mesma maneira há que considerar os estigmas vivenciais na sua sequência temporal.

Promiscuidade arqueográfica entre a vida e a morte

Há que ter em conta que uma ocupação rica de vestígios, gerados em continuidade, como os horizontes da AVECASTA que nos servem de inspiração e ilustração neste ensaio, implica, na sua releitura, uma complexa interpenetração entre as dinâmicas do quotidiano funcional e da fossilização do seu registo. De facto, notamos que há uma promiscuidade espaço-vivencial entre a cenografia activa dos gestos da vida e o lixo a seus pés, gerado anteriormente. Neste sentido a Fase de JOGO que se segue não considera as duas dinâmicas de forma estanque, mas antes articuladas ou imiscuídas.

Os procedimentos analíticos desta fase I (correlação generalizada e específica entre nodos) encontram-se ainda apenas esboçados na sua implementação programática (PROVARQUEO), constituindo matéria de teste e avaliação entre a aplicação de *software* de análise de redes, nomeadamente através da linguagem de programação R, ou de uma forma integrada em C++ (com UNREAL).

No final da fase I, o projecto de virtualização detém já um conjunto de tabelas de correlação significativas pela análise dos látices de vida e pós-vida. Cada célula da tabela corresponde potencialmente a um nexos, ligando dois nodos (ou 2 subnodos estadiais). Note-se que se podem omitir as correlações não significativas, simplificando a topologia das redes.

4. JOGO PROSPECTIVO e REENCENATIVO (II)

Jogam-se aqui os cenários básicos montados no SETUP, seguindo preferencialmente um modo de jogo de tipo *top-down* (visão de cima, a ‘visão de Deus’): Analisam-se os dois látices constituídos anteriormente; Ensaia-se a reencenação interactiva da nossa UO.

II.5 - *Clustering*

Exploram-se interactivamente os látices, criando conjuntos de nodos e nexos.

A nossa réplica vRRR é nesta etapa uma cenografia 3D interactiva de carácter iconológico, dado que o palco, os nodos e os nexos se representam sob forma esquemática, omitindo-se ainda a sua fisionomia virtual de réplica realista (que se ensairá na fase III); Envolve os seguintes elementos:

- 1) Um substrato de natureza eco-fisiográfica com relevo, solo, uma atmosfera local e regional (representados em grelhas (tramas) regulares)
- 2) Um elenco de instâncias (vestígios discretos e difusos) de representação 3D variável (pontual, icónica, de fisionomia simplificada)
- 3) Uma rede de nexos significativos (eventos-processos inferidos) definidos espacialmente por vectores (visualizados sob a forma de finos cilindros).

Prospecção generalizada

A primeira etapa da fase II é de visualização e agregação (*clustering*). As distribuições 3D dos nodos e dos nexos são avaliadas e questionadas (sobre os substratos) com vista a se poderem agrupar em colecções com sentido restitutivo. O jogador toma o papel do arqueólogo-encenador e vai percorrendo o solo escavado identificando os substratos, os elementos estruturais, as capas difusas. Focaliza ao acaso ou de forma seriada e sistemática. Haverá aqui lugar a um módulo (nível de jogo) de visualização selectiva de vestígios (nodos) e dos seus nexos potenciais. Na retaguarda do cenário estão acessíveis as tabelas de correlação dos nodos (montadas na fase de SETUP), cujos dados se podem tornar expressivos pela coloração e espessamento dos nexos (representados pelos vectores tridimensionados) e dos nodos (simples primitivas 3D: cubos, tetraedros, cilindros...). São ainda visualmente exploradas novas correlações potenciais com os substratos, capas difusas e estruturações.

Na prática, o jogador-arqueólogo visualiza e manipula de forma filtrada os látices, com 'queries SQL' do tipo: *Mostra-me todos os fragmentos de cerâmica vermelha com engobe rosa, de espessura entre 5 e 7 milímetros; mostra-me todas as correlações significativas (nexos veros) entre lascas de retoque em sílex e percutores de osso.*

Agregação interactiva

Em seguida, o jogador selecciona nodos e nexos e (de forma interactiva em tempo-real) monta colecções novas de sinodos e sinexos por agregação de nodos e nexos simples. Os índices de correlação multi-temática serão levados em consideração, de acordo com categorias pré-definidas.

Este questionar manipulativo virtual dá origem a colecções agregativas (inventários, no jargão video-lúdico) que se instanciam como novas entidades de jogo (prefixadas com 'sin' (significando conjunto) - sinodos e sinexos).

II.6. Reencenação agregativa dos nexos (módulos cénicos viáveis e oportunos)

Cada nexos é potencialmente uma micro-cena dado que evoca um processo no tempo e no espaço. A agregação de nexos afins, sincrónicos e vizinhos servirá nesta fase a criação selectiva de módulos de cena (mais complexos) de acordo com protótipos pré-definidos (templates cénicos). A lógica desta agregação seguirá em geral a hierarquia natural de dinâmicas cénicas, desde o simples gesto até ao processo, passando pela atitude, pela acção (*sensu stricto*).

Estamos na etapa de **reencenação**, que, embora se desenvolvendo em modo JOGO, se destina a remontar os elementos da teatralização (o cenário activo) necessários aos JOGOS de simulação da fase III.

Após o '*clustering*', que faz crescer o cenário potencial com instanciação dos sinodos e sinexos, há agora que restringi-lo em prole de uma teatralização circunstanciada e expressiva: Há que reencenar a nossa unidade ocupacional (UO) de forma desdobrada e focalizada (mas alternativamente diversificada), restringindo (numa sequência de ensaios) as temáticas tafonómicas e vivenciais possíveis e apontando a mesma (sub)cronologia e o mesmo âmbito de dinâmica temporal (gesto, acção, desenvolvimento, processo...). Cada nexos significativo (seja intra-nodo ou extra-nodo) será capaz de evocar, por si só, uma cena (por ex: aquele destacar de lasca de descorticamento; aquele felino roer de um osso; aquele micro-estalamento do sílex ao contacto com a chama), mas a partilha de co-evocações será a mira estratégica das nossas vRRRs.

A reencenação da UO pretende considerar módulos dinâmicos de cena, directamente invocáveis pelos sextetos performativos associáveis aos nexos focalizados. Trata-se mais uma vez de uma espécie de LEGO virtual interactivo, mas desta vez colocam-se em cena **templates de drama** com seus 6 componentes (substrato, controlo, instrumento, acção, mutação, estigma) que o jogador procurará parametrizar e re-encenar de forma compatível com os latices da evidência arqueológica da UO. Numa analogia expressiva, podemos conceber essas unidades modulares do drama como ‘esqueletos’ simplificados das dinâmicas de vida e pós-vida - esqueletos, que a evidência arqueológica, sistematizada nas nossas teias conectivas (latices), poderá vir a revestir de carne, sangue, músculo, espírito.

A teatralização poder-se-á reestruturar de forma dinâmica, invocando fórmulas dramáticas modulares, inicialmente genéricas, mas que de uma forma iterativa se vão parametrizando de forma informada pela UO e enchendo de detalhe simulativo. Estes templates de drama potencial, são módulos de Inteligência Artificial reaproveitáveis; No UNREAL são sobretudo do domínio da Animação, e constituem-se como um sistema hierarquizado de classes.

Arqueo-didascália lúdica

Estes templates básicos do drama decorrem directamente dos sextetos performativos referenciados nos nexos (o que dá coerência programática a todo este processo heurístico) e permitem a definição de uma espécie de narrativa didascálica (guião cénico) que funcionará subjacente à experimentação simulada da Fase III.

Estamos em geral em presença de uma densa amálgama de proto-cenas evocáveis, cuja concepção e design dramáticos (didascália) parte de cadanexo isolado, mas que ganha corpo dramático a partir do momento em que os nexos dramatizáveis se agregam por afinidade, conectividade, contemporaneidade.

O jogo toma a forma de uma invocação construtivista de cenas a partir de cenários generativos de trace-nodes, ghost-nodes, nexos, aos quais devemos juntar os substratos (suportes imutáveis).

Vamos procurar ilustrar a reencenação parametrizada de três exemplos de nexos expressivos:

A) Aquele destacar de lasca de descortamento

O sexteto performativo (no âmbito da artefactualização) é de tipo *Afeiçoamento mórfico de matéria-prima por acção mecânica com instrumento*. O subnodo lasca-bolbo de percussão (da cadeia estadal da vida da lasca considerada) é re-observado nos seus nexos deduzidos na fase I - alguns brancos (vectores para fora da evidência UO), outros coloridos (correspondentes às conexões locais entre nodos reais reconhecidos).

Parametrizando o template (sexteto): No *slot* 'controlo' do sexteto há que seleccionar o *player* ou um NPC (*'non-player character'*) humano (que corresponderá ao nodo-fantasma (nodo branco)); No slot instrumento, há que seleccionar um percutor que (estando porventura presente no registo da UO) deverá estar anexado à lasca em causa; No *slot* 'acção' há que seleccionar uma cadeia operatória de gestos de talhe; No *slot* 'mutação', teremos a lasca de descortamento (nodo0), mas também o núcleo; No *slot* 'estigma', teremos o subnodo bolbo de percussão; No *slot* 'substrato' teremos as condições propícias locais (espaço funcional, mobiliário, disponibilidade de matéria prima, pré-disposição, *know-how* de talhador...).

B) Aquele felino roer de um osso

O sexteto performativo (no âmbito da eco-recolecção) é de tipo *Colecta e consumo de recurso comestível natural*. O subnodo falange-roída (da cadeia estadal do pós-vida da falange em foco) é re-observado nos seus nexos deduzidos na fase I - alguns brancos (vectores para fora da evidência), outros coloridos (correspondentes a afinidades tafonómicas locais com outros ossos roídos; ou de afinidade contextual com uma possível matriz sedimentar de estrutura solta, granulosa, indiciadora de toca).

Parametrizando o template (sexteto): No *slot* 'controlo' do sexteto há que seleccionar um NPC mamífero necrófago (que corresponderá ao nodo-fantasma (nodo branco)); O *slot* instrumento ficará vazio; No *slot* 'acção' há que seleccionar a cadeia operatória de gestos de mastigação; No *slot* 'mutação', teremos a falange (nodo0); No *slot* 'estigma', teremos o subnodo 'falange-roída'; No *slot* 'substrato' teremos as condições propícias locais (toca, abandono ocupacional humano, disponibilidade de restos de comida abandonada...).

C) Aquele micro-estalamento do sílex ao contacto com a chama

O sexteto performativo (no âmbito da alteração tafonómica) é de tipo *Alteração de material ao fogo*. O subnodo lasca de sílex-microestalado (da cadeia estadal do pós-vida da lasca em foco) é re-observado nos seus nexos deduzidos na fase I - alguns brancos (vectores para fora da evidência da UO, como sejam os talhadores, os percutores, os núcleos a talhar), outros coloridos (correspondentes a afinidades tafonómicas locais com outros sílices com micro-estalamento; ou de afinidade contextual com a presença de argila cozida, ou de uma lareira estruturada).

Parametrizando o template (sexteto): No *slot* 'controlo' do sexteto há que seleccionar um foco de fogo, lareira (que corresponderá aonexo contextual com a lareira); No *slot* instrumento poderemos considerar os carvões locais (combustível), ou o arco de pedras estruturantes da lareira (amplificadoras ou canalizadoras da energia calorífica); No *slot* 'acção' há que seleccionar 'combustão'; No *slot* 'mutação', teremos a lasca de sílex (nodo0); No *slot* 'estigma', teremos o subnodo 'subnodo lasca de sílex-microestalado'; No *slot* 'substrato' teremos as condições propícias locais (lareira, disponibilidade de madeira combustível...).

5. SIMULAÇÃO

As afinidades de comportamentos - a chave do que aconteceu

O videojogo da fase III pretende experimentar dinâmicas tafonómicas e vivenciais diversas e alternativas, testando o seu grau de verosimilhança.

Nessa releitura simulativa (começando pelo pós-vida) interessa enfim eleger performances degenerativas comuns a muitos nodos, porventura na sua integração com os substratos condicionadores em consideração. Tais afinidades de 'comportamentos' degenerativos são os indícios sólidos do que realmente aconteceu na fossilização global da Unidade Ocupacional em análise. Como vimos, a filtragem selectiva proporcionada na fase II, servirá para orientar as primeiras simulações através dos templates performativos, que no fundo prevêem, sob a forma de *slots*, um guião narrativo do que poderá ter acontecido naquele passado fossilizado.

Estamos agora em pleno domínio dos videojogos (de construção, exploração, acção e aventura) onde haverá que pôr em cena e animar personagens (jogados ou comandados por inteligência artificial) a interagir sobre um cenário pejado de artefactos e recursos.

Módulos generalistas de simulação tafonómica e arqueo-vivencial (arqueojogabilidades)

A nossa estratégia re-criativa envolve a contraposição entre simulações generalistas (condicionadas aos padrões do registo arqueográfico concreto) e a reencenação potencial dos vestígios registados em 3D, conseguida na fase II, e que se instanciou sob a forma de templates descritivos das performances (didascália). No fundo, simulamos soluções que geram resultados (distribuições e mutações) que se querem o mais próximas possíveis da evidência arqueográfica escavada, incutindo verosimilhança à cénica explicativa. Trata-se de um processo iterativo e plural que se contrapõe avaliativamente à realidade registrada.

Temos assim um cenário com um palco de pré-existências, colecções localizadas de vestígios e uma chusma de vectores coloridos referentes a possíveis ligações articulares de mudança de estado. Temos também já *in place* uma colecção de módulos de drama parametrizados que são *slots* para receber jogabilidades e mecânicas de jogo. De notar que todos estes 4 elementos condicionadores das simulações (substratos, nodos, nexos e templates de drama), estarão escondidos, subjacentes à cénica lúdica que se irá refazer de novo com novas instâncias de jogo (personagens, artefactos, recursos, estruturas, interacções e animações) adequadas ao subjacente informativo.

Como simular?

Teatralização experimental (parametrização dos módulos de cena com ‘proxies’)

Nesta fase há que se parametrizar os templates cénicos, preenchendo os requisitos de cena-modular e instanciando colecções equivalentes de nodos-jogo e nexos-jogo (*game-nodes; game-nexuses*) que constituem os actores-sócias dos vestígios reais.

Jogos em série

Nesta fase há que jogar os módulos cénicos previamente referenciados / invocados nos *slots* dos templates de drama parametrizados. O jogo surge assim como uma conjugação

possível de módulos de cena selecionados (sub-cenas) e teatralizados, que se jogam de formas diversas, de acordo com as jogabilidades e mecânicas de jogo previstas nos templates. Pretende-se que o jogo possa dar lugar a diversas simulações possíveis e alternativas, potencialmente explicativas dos padrões do registo, cuja eficácia elucidativa possa assim ser objectivamente testada.

Haverá aqui que experimentar jogar de dois modos: Seguir a série retrospectiva da cronologia relativa dos processos tafonómicos; Seguir uma série progressiva no tempo a partir da instalação do cenário vivencial.

A complexidade desta etapa é enorme, dado que poderá abarcar toda a cronologia reencenável de processos-eventos implícitos na Unidade de Ocupação em causa, desde os momentos da fossilização tardia da evidência arqueográfica até (requando no tempo) aos episódios mais marcantes das vivências coevas da UO. Neste sentido, é aconselhável no início jogarem-se primeiro (retrospectivamente) as cénicas tardo-tafonómicas e depois, progressivamente, jogarem-se episódios anteriores. Esta seriação inversa no tempo ajudará a prever com mais segurança reconstitutiva (autenticidade) o *design* das reencenações jogadas.

Neste cenário informado o jogador-arqueólogo irá experimentar jogabilidades (e suas mecânicas de jogo) pré-desenvolvidas por uma Arqueologia Cénica de Experimentação Virtual (arqueo-jogabilidades), povoando adequadamente (e activando) os *slots* dos *templates* da fase II.6 que lhes servem de guião.

Cada *slot* do template dramático (sexteto performativo reencenado, ou seja, detalhado e parametrizado na sua estrutura cénica pela evidência arqueológica) suscita a instancialização activa dos actores e performances virtuais modulares. Vejamos: Para jogarmos com realismo géstico o exemplo 'A' referido (talhador), há que colocar em cena um avatar (controlado pelo jogador) ou um NPC (*non-player character* controlado por inteligência artificial), plenamente animado por uma colecção mesclável de sequências de animação (*'animation sequences'*) de atitudes básicas (andar, sentar, ajoelhar, agachar-se...), e específicas do talhar (ex: gísticas de pegar objectos, usar um percutor, orientar os golpes de percussão, percutir...). Será ainda necessário invocar módulos de simulação física de colisão, clivagem, fragmentação e espalhamento de resíduos - módulos que são hoje parte dos elencos de simulação mecânica realista do

UNREAL 5 (envolvendo variáveis de tipo: gravidade, massas, forças, vectores de choque, inércias, etc...).

Estes módulos (arqueo-jogabilidades) estão pré-definidos de forma aberta (para parametrização informada pelo registo reencenado da escavação) e serão jogados de forma experimental / prospectiva em dinâmicas de causa e efeito (tempo progressivo), por exemplo, a partir de um momento anterior à degradação tafonómica (fossilização), ou seja, num limbo entre a vida e o pós-vida, ou em fase vivencial anterior. Naturalmente que (como veremos) será o próprio látice de teias tafonómicas, reconstituído para a Unidade de Ocupação em causa, que ditará a oportunidade das simulações a experimentar nesse contexto.

Estas simulações instalam-se assim com os seus próprios recursos de jogo, cujos estados iniciais constituem um problema crucial em toda esta reencenação do passado. Não jogamos com os nodos-vestígios (*trace-nodes*), mas com nodos-jogo (*game-nodes*) que correspondem às versões completas ou vivas dos vestígios encontrados, ou (no caso das simulações tafonómicas) com estádios mutacionais percursores dos vestígios encontrados. Esta situação implica desconhecer-se (no início zero da simulação) parte das condições iniciais do sistema, como por exemplo, a localização inicial das peças antes das acções de pisoteamento a simular. Compreende-se assim a natureza plural das réplicas realistas rejogáveis virtuais (vRRRs), gerando soluções alternativas (a partir de várias hipóteses verosímeis de estados iniciais) para contrapor (em prol de uma validade relativa) com a realidade amostrada na escavação: Aqui reside a natureza lúdico-científica desta linha de pesquisa.

Há que separar simulativos e reais para avaliar quão próximos poderão ficar.

A informação subjacente à cénica simulativa terá a possibilidade de instruir (confinar) as condições da simulação de maneira mais ou menos determinística. Imagine-se o restringir do espaço de circulação do nosso sector do habitat, baseado nas manchas de distribuição dos vestígios; ou a definição de um ponderador (ex. grau de atrito) do tráfego potencial de personagens, baseado nas orientações preferenciais dos vectores de articulação (colagem) de cacos.

Os ensaios poderão assim seguir protocolos alternativos, que envolvem decisões quanto aos pontos de partida. Assumido estará o cenário de pré-existências e o elenco recolhido de vestígios, mas há que pôr em cena os protagonistas de controlo (as forças condutoras

do sistema) e recolocar os vestígios em distribuições compatíveis com o limbo vida-morte prévio aos processos do pós-morte. Para efeitos de clareza, imaginemos que vamos ensaiar um módulo simulativo de pisoteio. A ideia é a de procurar deduzir padrões de circulação no passado com vista a compreender a zonação funcional do espaço doméstico parcialmente escavado.

Neste exemplo, há que perguntar (para o ensaios da arqueo-jogabilidade de pisoteio):

- 1) Que distribuição prévia dos vestígios?
- 2) Que trajectórias (e forças) de pisoteio (tráfego local) a experimentar?
- 3) Que (e quantos) protagonistas de controlo?
 - a) Jogadores?
 - b) NPCs ('non-player characters)?
 - c) Uma mescla de ambos?

Dificuldades de uma alternativa completamente aleatória

Em ecologia desenvolvem-se em geral modelos de simulação que consideram uma completa aleatoriedade das condições iniciais e procedimentos iterativos de aproximação à verdade de terreno (considerada em amostras de calibração). Esta estratégia encontra dificuldades no nosso universo de natureza eco-sociológico.

No caso do nosso exemplo de pisoteio, podemos iniciar tudo de forma aleatória e lançar séries iterativas do “sub-jogo pisoteio” com base em NPCs. O decorrer das simulações, que se reduzem neste caso a percursos de personagens sobre um solo pejado de objectos, será marcado por pontos (*loci*) de alteração de trajectória, que vão sendo criados num *array* dinâmico, posteriormente mapeável numa grelha regular (ex. de resolução centimétrica). De uma forma *random*, em cada *loci*, o(s) NPC(s): a) mudam de direcção (novo vector) de b) velocidade (entre passo lento e rápido), de 3) lapso temporal, entrando em colisão com os objectos do chão. Ao fim de um certo tempo a simulação termina produzindo uma reordenação espacial dos vestígios actuados, padrão esse que se compara com o registo real (arqueográfico) dos mesmos. Repetimos o ensaio N vezes (ex. N=40), mantendo os parâmetros iniciais (alterando apenas as trajectórias). Para cada novo ensaio resultam nodos (*game-nodes*) realterados pela colisão (relocalizados, pisoteados), situações comparáveis com o observado na escavação, dando origem a uma tabela de ‘erros’ (ex. centímetros de afastamento entre

pares do mesmo nodo referenciado (jogado e real)). Um dos 40 ensaios deverá patentear um erro global menor (considerando por ex. a média dos erros) face ao registado na escavação, mas tal aproximação é apenas aparente: Basta alterar a distribuição inicial dos vestígios (game-nodes) para que esta aproximação circunstancial perca todo o sentido. Seria então necessário testar muitas situações aleatórias iniciais com múltiplos ensaios para que esta aleatoriedade pudesse convergir para alguma configuração de trajectórias de pisoteio mais explicativa do observado - série de testes eventualmente susceptível de optimização pela aplicação das redes neurais de inteligência artificial.

A opção menos radical e porventura mais natural será a de promover ensaios com parâmetros iniciais mais confinados, assumindo que as distribuições no momento da fossilização (limbo VIDA -pós VIDA) não estarão muito afastadas da situação registada, ou que seja possível seleccionar um grupo de distribuições prováveis.

Arqueo-jogabilidades possíveis

As nossas jogabilidades de teste e suas mecânicas de jogo deverão constituir repositórios a desenvolver em comunidade aberta de arqueólogos (adeptos da experimentação cénica virtual). Estes objectivos implicam um programa de desenvolvimento em UNREAL (actualmente em estado muito preliminar no âmbito do nosso programa 'AVECASTA - Portal do Tempo') para a criação de módulos tafonómicos e vivenciais dinâmicos e interactivos, como sejam por exemplo:

De controlo humano

- Pisoteamento selectivo (percursos)
- Fogo estruturado para cozinha (lareira)
- Fogo artesanal (cerâmica, forja)
- Incêndio generalizado
- Talhe de sílex (extração de lascas e lâminas)
- Polimento de artefactos (machados, enxós, alabardas)
- Terraplanagem (nivelamento e compactação do chão de terra / argila)
- Colocação de estacaria
- Desmantelamento de alinhamento pétreo superficial por pisoteio
- Desmontagem de forja com derrame de escória (metalurgia do cobre)
- Escavamento de fossa
- Enrocamento (linhas de calhaus)
- Armazenamento (contentorização)
- Tecelagem

- Fabrico de pastas cerâmicas
- Modelação de potes
- Afeiçoamentos intencionais do solo (varrimentos, terraplanagens, atapetamento)
- Outros...

Processos naturais

- Concrecionamento calcítico local (estalagmítico)
- Derrube de muros por erosão das lamias e argamassas aglutinadoras
- Derrube de estacada por apodrecimento dos seus elementos
- Colapso de cabana de madeira por apodrecimento dos seus elementos
- Abatimento parcial do tecto pétreo
- Escorrências de água ou lama
- Outros...

Notamos que as mecânicas de jogo em UNREAL podem ser implementadas (para além do uso da programação C++) pelo sistema *Blueprint* - citando a documentação do UNREAL 5: *The **Blueprint Visual Scripting** system in Unreal Engine is a complete gameplay scripting system based on the concept of using a node-based interface to create gameplay elements from within Unreal Editor* (EPIC GAMES, 2023). Este sistema, pensado para ser utilizado por artistas e ‘*game designers*’ (remetendo-se o C++ para os informatas-programadores) permite a adesão comprometida da comunidade de arqueólogos, dada a facilidade e intuitividade da sua utilização.

Estas livrarias abertas deverão ser muito modulares em prol de um reaproveitamento generalizado e versátil de mecânicas de jogo, como um LEGO dos anos sessenta. Favorece-se assim a simulação de cadeias operatórias pela mesclagem de gestos e atitudes parcelares, dado que poderão servir diferentes montagens performativas. Imagine-se o Talhe de sílex: O manuseamento avaliativo do bloco cortical de sílex para delinear a primeira série de levantamentos pode ser partilhado com sub-módulos de prospecção de matéria-prima em geral ou de re-afiamento de um gume de machado polido.

6. Perspectivas

Este artigo considera as linhas essenciais de uma nova abordagem pela experimentação virtual lúdica da interpretação do registo arqueológico detalhado, como o consideramos num âmbito de uma arqueologia multidisciplinar, a várias escalas de abordagem. É

apenas o prelúdio de uma linha de pesquisa que se poderá alicerçar num sítio-museu em pesquisa permanente como poderá vir a ser a Gruta da AVECASTA.

A réplica funcional vRRR pretende promover de forma contextual a expressividade potencial dos vestígios, mas igualmente preencher os vazios deixados pela fragmentação e perda. São as duas faces da moeda com que custeamos a restituição do passado.

Queremos que os vestígios falem por si, pelos estigmas de alteração de estado que evidenciam e pelas conexões causais que estabelecem entre si. A rede de nodos (*trace-nodes*) e nexos é ponto de partida, mas complexifica-se pelo carácter evolutivo-estratigráfico da evidência de solos de ocupação que (mesmo quando excelentemente preservados) nos falam de muitos tempos e lugares. Na outra face da moeda temos a simulações arqueológicas (arqueo-jogabilidades). Na indústria de jogos, a expressividade final do ecrã é a meta, e há sobretudo lugar a atalhos, subterfúgios e truques que com poucos recursos programáticos ajudam a criar um simulacro (falso) da verdade. A arqueologia virtual não se quer assente em simulacros ilusionistas e tenderá, em prol da verdade, a emergir como expressão realista da evidência escavada.

O programa virtual deverá estabelecer dois interfaces criativos, em continuidade:

- 1) Com o programa museográfico das colecções e registos;
- 2) Com a Arqueologia Experimental de performance real.

A contínua re-análise micro-arqueológica dos vestígios deveria ser instigada pelas simulações virtuais que suscitam novas perguntas ao espólio conservado; Por outro lado constituem o portal museológico mais expressivo para a explicação das peças, que deixarão assim de se mostrarem isoladas numa vitrina, mas como verdadeiros actores de um drama quotidiano de antanho. A simulação virtual das performances depende hoje, cada vez mais (na indústria dos videojogos), da captura real dos movimentos (*motion capture*), das mímicas (*facial auto-recognition*), da modelação físico-matemática dos processos físicos (como são por exemplo os módulos de física e de partículas). Desta forma a montagem dos módulos performativos (arqueo-jogabilidades) decorre directamente da virtualização (captura e modelização) de cenas performativos reais de Arqueologia Experimental Viva.

Neste texto (de cariz metodológico) focalizámo-nos deliberadamente na prospecção e restituição virtual de um hipotético horizonte de escavação (Unidade Ocupacional). Faltou-nos falar dos outros sub-programas das vRRR arqueológicas: Faltou-nos falar do programa de restituição global dos sítios que envolve geomática (fotogrametria e LiDAR), no sentido da replicação 3D detalhada das suas estratigrafias, estruturas edificadas e sua eco-fisiografia envolvente (vd. Figuras 6 a 8); Faltou-nos falar da réplica expressiva dos artefactos para um manuseamento pleno e inspecção dos seus estigmas (Mateus, et al. 2021); Faltou-nos falar da animação das performances humanas que estendem o sentido expressivo e humano dos monumentos como palco para as realizações do passado. Estes enquadramentos (e componentes do jogo) são essenciais para uma museologia virtual activa, expressiva e imersiva dos nossos sítios e monumentos: Uma museologia não só envolvendo os arqueólogos, mas a comunidade, como jogadora dos seus legados.



Figura 6. Snapshot do protótipo DePéNaFirme (MATEUS et QUEIROZ, inédito) com visão da ruína e da vegetação envolvente e um personagem (arqueólogo) como avatar no processo virtual de descodificação da ruína e sítio.

Terminamos com uma referência ao programa do Convento Velho de Penafirme, que espera ainda (por razões de conservação) oportunidade de escavação arqueológica prospectiva. Aqui a nossa réplica envolve monumento, paisagem e a aventura da Arqueologia na sua pluralidade. Estes aspectos serão abordados noutra ocasião.



Figura 7. Aspecto da jogabilidade (interfaces) de gestão de nodos através de inventários e contentores (DePéNaFirme) (MATEUS et QUEIROZ, inédito).



Figura 8. Observação manipulativa de objecto arqueológico. O jogador colecta os objectos em inventários e observa-os sob múltiplas perspectivas animadas, com possibilidade de classificação de estigmas de fabrico, uso, desuso e fossilização (Mateus e Queiroz, inédito).

TERMO	DEFINIÇÃO
Grelha	Rede conectiva de topologia regular (pontos de espaçamento constante, como <i>pixels</i> de uma imagem, capazes de inculir informação como <i>layer</i>)
Inter-nodo	Diz-se do nexo representativo de uma interacção entre nodos distintos (ex. lascamento)
Intra-nodo	Diz-se do nexo representativo de um auto-desenvolvimento/mutação de um nodo, considerado sem ligação com outros (ex. envelhecimento)
Látice	Pilha multi-camada de redes com nodos ligados sem constrangimentos topológicos
Módulo arqueo-lúdico (arqueo-jogabilidade)	Jogabilidades (de Arqueologia Virtual interactiva) sob vários modos de jogo e elencos de actores, suscitados pelos sextetos performativos reencenados
Necronodo e necronexo	Vestígio e Interacção/mutação considerado no âmbito pós-vida (pós-deposicional)
Nexo	Relação conectiva (inter-acção) entre nodos
Nodo (<i>trace-node</i>)	Vestígio como parte de uma rede conectiva
Nodo-fantasma (<i>ghost-node</i>)	Entidade ausente (implícita) do registo arqueológico, mas implicada nos processos deduzidos pelos vestígios
Nodo-jogo e nexo-jogo (<i>game-node; game-nexus</i>)	Instância jogada (simulada) de um vestígio ou performance/interacção.
Rede	Sistema conectivo de pontos (camada simples)
Sexteto performativo	Protótipo minimalista de processo vivencial ou tafonómico referenciado nos nodos e subjacente à estrutura e reencenação dos nexos
Sinodo (e sinexo)	Agregado de nodos (sin + nodo) ou nexos
Sub-nodo (sNd)	Estádio prévio ao vestígio encontrado, numa série inversa de desenvolvimentos (mudanças de estado) do sNd0 ao sNdn - 'cadeia mutante de subnodos'
Substrato (palco)	Solo e estruturas prévias à unidade de ocupação em análise, com poder constrangedor do arqueo-drama

Teia	Rede conectiva de topologia irregular (sem espaçamento constante entre pontos)
Vestígio difuso	Objecto sem volume coeso, dispersivo (ex. capa de areia, deposição de cinzas, argila do solo localmente cozida)
Vestígio discreto	Artefacto ou recurso de volume sólido ou coeso (ex. caco, dente, carvão)
Vivinodo e vivinexo	Vestígio e Interação/mutação considerado no âmbito vivencial

Tabela 2. Pequeno léxico das vRRRs (em contextos mais alargados esta terminologia poderá ser precedida pelo prefixo 'arqueo').

Referências bibliográficas

MATEUS, Artur; SILVA, Denise; MATEUS, José Eduardo (2021). Fotogrametria para além da visualização - um trabalho em progresso. In, *Território e Materialidades - VI Jornadas de Arqueologia Pré e Proto-históricas da FLUC*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MATEUS, José Eduardo; QUEIROZ, Paula (2012). A Gruta-Povoado da Avecasta (Ferreira do Zêzere). Uma introdução ilustrada ao sítio arqueológico e seu programa de estudo e valorização. Terra Scenica,
https://www.researchgate.net/publication/306101688_A_Gruta-Povoado_da_Avecasta_Ferreira_do_Zezere_Uma_introducao_ilustrada_ao_sitio_arqueologico_e_ao_seu_programa_de_estudo_e_valorizacao

MATEUS, José Eduardo; QUEIROZ, Paula (2019). *AVECASTA - pré-relatório do programa de salvamento 2017 - 2019*. Double-u Replay.

MATEUS, José Eduardo (2021). A nova Arqueologia Cénica na saga das réplicas Realistas Rejogáveis do Passado. In, *Território e Materialidades - VI Jornadas de Arqueologia Pré e Proto-históricas da FLUC*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

EPIC GAMES - *UNREAL ENGINE 5.0 Documentation*, 2023. Disponível na WWW:
<https://docs.unrealengine.com/5.0/en-US/>

CERTIFICAR PRODUÇÕES ARTESANAIS SOB UMA PERSPETIVA CONSTRUTIVISTA DO PATRIMÓNIO

CERTIFICATING ARTISANAL PRODUCTIONS UNDER A CONSTRUCTIVIST PERSPECTIVE OF HERITAGE

Pedro Rêgo

Mestrando em História e Património

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais

Via Panorâmica Edgar Cardoso, s/n, 4150-564, Porto, Portugal

pedromartinsrego@gmail.com

Alice Duarte

Docente da Universidade do Porto,

Faculdade de Letras,

Departamento de Ciências e Técnicas do Património

Via Panorâmica Edgar Cardoso, s/n, 4150-564, Porto, Portugal

alice_duarte@hotmail.com

Resumo

Partindo da perspectiva de que a patrimonialização não radica no valor intrínseco dos bens, resultando antes da maneira como os atores sociais os interpelam em função do respetivo contexto sociocultural e histórico em que estão inseridos, o presente artigo perspetiva de modo crítico a certificação de produções artesanais, abordando o risco de enquistamento que tais processos podem provocar nos artefactos produzidos e nos saber-fazer que pretendem proteger. Considera-se que a natureza excessivamente normalizadora de alguns processos de

certificação ameaça a criatividade do artesão, impondo-lhe ações meramente repetitivas e ritualistas. Em sentido contrário, é aqui defendida a necessidade de conceber cadernos de especificação mais abertos à inovação, a partir do que a certificação não impedirá o artesão de recriar as suas produções de acordo com a sua criatividade e em diálogo com as solicitações da contemporaneidade.

Palavras-chave: certificação; artesanato; artes e ofícios; património cultural; construtivismo.

Abstract

Based on the perspective that heritage does not stem from the intrinsic value of goods, but rather from the way social actors engage with them in relation to their sociocultural and historical context, this article critically examines the certification of craft productions, addressing the risk of entrenchment that such processes can provoke in the artefacts produced and, on the know-how, they seek to protect. The excessively standardizing nature of some certification processes is considered to threaten the creativity of the craftsman, imposing merely repetitive and ritualistic actions. Conversely, the article advocates the need to conceive specifications that are more open to innovation, so that certification will not prevent the craftsman from recreating their productions in accordance with their creativity and in dialogue with the demands of contemporaneity.

Key-words: certification; handicraft; arts and crafts, cultural heritage, constructivism

Introdução

O ritmo acelerado das mudanças sociais, próprio de um contexto de modernidade tardia (Giddens, 1992), favoreceu a emergência de uma disposição cultural para a patrimonialização (Lowenthal, 1985). Esta disposição estendeu-se também, e com mais vigor desde o início do século XXI, às artes e ofícios tradicionais, sobretudo através da aprovação de legislação conducente à certificação de produções artesanais, entendidas como um elemento importante de afirmação da identidade nacional e da promoção do desenvolvimento local.

Muitos dos processos de certificação de produções artesanais acionados tendem, contudo, a ser tributários de um *ethos* preservacionista, na medida em que colocam a ênfase nos objetos que pretendem acima de tudo conservar, dando assim corpo a uma

conceção patrimonial positivista e materialista. Do ponto de vista dos autores deste artigo, esse caminho deve ser evitado, sendo de favorecer, ao invés, uma perspectiva mais construtivista, em que o artesão é encarado como autor, e não mero reproduzidor de peças consagradas pela tradição.

Em termos de estrutura, o presente artigo encontra-se dividido em quatro pontos. Num primeiro momento, é discutido o modo como as perspectivas positivista ou construtivista têm implicações diversas no modo como se perspectiva o património. Enquanto o olhar positivista se detém numa suposta aura do bem patrimonial, cujo valor se constitui independentemente de quem o observa, no contexto do qual o 'património histórico' adquiriu proeminência; a abordagem construtivista fixa-se no sujeito da observação, entendido como o responsável pelo conjunto de significados associados a determinado património, assim deslocando o foco do objeto para aquele que o observa. Em sequência, o segundo ponto do artigo aborda o novo modelo de patrimonialização inaugurado pela perspectiva construtivista, pela mão do qual as manifestações de âmbito popular, vernacular e quotidianas passam a ser, não apenas valorizadas, como também defendidas, através de uma série de proclamações, programas e convenções internacionais que consagram a atual noção ampliada de património cultural. Numa terceira parte do artigo é problematizado o modo como a modernidade tardia usa o património enquanto ferramenta contra a amnésia trazida pela mudança acelerada, sugerindo-se que a atual ânsia de patrimonialização decorre do temor que a nossa sociedade tem de perder a ligação a determinadas realidades, cujo desaparecimento parece iminente. Nos tempos mais recentes, esta disposição patrimonial estendeu-se também ao campo das artes e ofícios tradicionais, nomeadamente através da criação do Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais. Essa legislação é analisada no ponto quatro do artigo, sendo enquadrada com a ajuda dos conceitos de "tradição inventada" de Eric Hobsbawm (2002) e do "discurso autorizado do património" de Laurajane Smith (2006). Por fim, o artigo defende a necessidade de se conceber e adotar Cadernos de Especificação para a certificação de produções artesanais mais abertos à inovação. Só assim será possível dar corpo ao conceito de "comunidades praticantes" proposto por L. Smith (2006), através do qual se expressa a ideia de que a preservação dos bens patrimoniais precisa ser articulada com o potencial criativo dos atores sociais que lhes dão vida.

1. Património – um conceito, diversas aceções

O modo como se encara as condições e requisitos que possibilitam o conhecimento da realidade e a produção do conhecimento científico tem profundas consequências na maneira como os cientistas sociais abordam os seus objetos de estudo, entre eles o património. É sabido que a abordagem epistemológica clássica, de teor positivista, separa totalmente o sujeito do conhecimento do objeto de estudo. Por essa via, os objetos de estudo são pré-constituídos, o investigador surge como neutro e o conhecimento alcançado é tido como uma cópia fiel da realidade (Sousa Santos, 1989). Aplicar esta perspetiva positivista à área patrimonial tem consequências bastante concretas, já que o conceito de património surge como que dotado de uma essência, ou valor intrínseco, tido como se manifestando independentemente do seu observador/usufrutuário. Nesse contexto, o património adquire um estatuto quase “sagrado”, cujo valor é entendido como universal e inquestionável. Esta aceção de património foi dominante, nomeadamente, no designado ‘património histórico’, que se constituía como um acervo de referências culturais nacionais, dando expressão e sentido a uma pátria, assim auxiliando à consolidação dos emergentes Estados-nação durante os séculos XVIII e XIX.

Este modelo de patrimonialização – a que J. Agudo Torrico (2006) chama “institucional/monumental” e P. Guillaume (2003) designa por “republicano” – fez assentar, portanto, o seu discurso nas evidências materiais do passado, sobre as quais podia ser construído um discurso nacionalista e homogeneizador que atribuía particular relevo aos monumentos históricos. Estes signos do passado foram instrumentalizados para se constituírem em reserva de símbolos identitários que podiam ser partilhados pelo conjunto dos cidadãos de determinada nação. Portanto, foi com o auxílio deste conceito de ‘património histórico’ que as nações europeias e americanas forjaram as suas identidades nacionais. Acontece, porém, que essas identidades consagradas veiculavam sobretudo os valores partilhados pelos grupos dominantes e excluía as manifestações culturais dos grupos subalternos ou marginais (Souza *et al.*, 2011).

A revolução epistemológica operada pelo paradigma construtivista, que ganha força a partir da segunda metade do século XX, veio facilitar, quer o reconhecimento do

património como uma construção sociocultural, quer a tomada de consciência quanto à necessidade de se ampliar a sua aceção por forma a incluir na equação também os sujeitos seus produtores e/ou consumidores. A nova expressão 'património cultural' traduz esta viragem cultural, pela qual a noção de património se liberta da ideia de possuir valor intrínseco e passa a ser entendido como algo dinâmico e transitório, cujo significado se encontra dependente do respetivo contexto sociocultural que lhe confere sentido. Mudando este, alteram-se também os bens a que o coletivo confere o estatuto de património. Os Budas de Bamiyan, no Afeganistão, destruídos pelos Taliban, são um testemunho pungente dessa realidade.

Como sugere Maria Filomena Molder (Molder, 1999: 156), a propósito do pensamento de Walter Benjamin, "(...) o outrora nasce de uma condescendência, de uma disposição do presente em relação à sua própria herança, em relação ao «ter sido esperado», nasce do interesse de um agora". Importa ter consciência que, deste modo, a noção de património se aproxima da ideia de ficção (Peralta *et al.*, 2006), pois resulta de um trabalho abstrato de valorização, efetuado pela nossa consciência, e não de qualquer atributo físico do bem em questão. Os atores sociais, enquanto produtores de sentido, passam a estar no centro do novo paradigma patrimonial, permitindo enfatizar a intangibilidade dos valores que repousam por detrás dos próprios testemunhos considerados relevantes para um coletivo, em vez dos objetos em si mesmos (Agudo Torrico, 2006).

Liberto de uma ideia de essência, que o petrificava, o património é reconhecido agora como representação social, e o bem selecionado para ser patrimonializado como produto do jogo de poderes que se estabelece em determinada sociedade, num determinado momento. Assim sendo, torna-se compreensível a própria ideia de o significado dos bens patrimoniais poder variar dentro da mesma sociedade, em função das perspetivas, dos desejos, da identidade ou do poder relativo dos diversos subgrupos sociais que a compõem. Pode-se, portanto, dizer que não há "um património único e unívoco. Existe uma pluralidade de patrimónios, em permanente reconfiguração, tal como são múltiplas e plurais as identidades por ele veiculadas" (Peralta *et al.*, 2006: 4). Esta nova abordagem torna também redundante a utilização em separado das expressões 'património material' e 'património imaterial', na medida em que o conceito de património alberga sempre aquelas duas dimensões e toda a análise que as separe

falha em alcançar toda a amplitude significativa do bem, nomeadamente o modo como o seu estatuto resulta de um processo social e cultural que se vai tecendo no presente, podendo, assim, ser renovado ou transformado continuamente. Não existe, pois, nenhum património unicamente material, na medida em que a identidade ou os valores que ele projeta, e que lhe dão sentido, são sempre do domínio do intangível. Do mesmo modo, toda a manifestação imaterial se concretiza sempre em determinados símbolos que lhe garantem suporte e continuidade no tempo (Souza *et al.*, 2011).

2. Um novo modelo de patrimonialização

O trabalho de revisão porque passa o conceito de património vai traduzir-se num novo modelo de patrimonialização mais abrangente, democrático e inclusivo, que se faz sentir a partir da década de 60 do século XX e que resulta na publicação de significativo volume legislativo internacional (Agudo Torrico, 2006). A série de proclamações, convenções e programas legislativos internacionais ativados, a maior parte sob os auspícios da UNESCO, demonstra como se alargou o acervo de bens considerados passíveis de integrar a noção de património, nomeadamente, novas tipologias que se distinguem pela sua natureza não-monumental e/ou efémera.

Restringindo-nos apenas aos documentos mais importantes, não pode deixar de ser referida a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, adotada em 1972, pela UNESCO, no âmbito da qual os Estados signatários eram convocados a identificar, preservar e proteger os monumentos e sítios considerados de “valor excecional universal” para a humanidade. Esta Convenção é um marco fundamental nas políticas de proteção patrimonial, tendo estado na origem da ideia de um ‘património comum da humanidade’. No entanto, o conceito de património cultural aqui presente remete ainda para uma tipologia de bens de natureza monumental e arquitetónica, refletindo sobretudo uma visão elitista e ocidental de cultura. A Convenção de 1972 vai sofrer, pois, uma série de ajustes posteriores. Neste sentido, em 1989 é emitida pela UNESCO a Recomendação sobre a Proteção da Cultura Tradicional e Popular que alarga a natureza das manifestações culturais consideradas dignas de proteção, aí incluindo as festas, os rituais ou os saber-fazer, expressões culturais efémeras, mas com significado na memória coletiva de comunidades disseminadas por

todo o mundo. Em 1997, a mesma UNESCO inicia o programa para a Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, através do qual, a cada dois anos, passa a ser possível distinguir as expressões populares e tradicionais mais notáveis, assim se continuando a alargar o tipo de manifestações patrimoniais protegidas. Até 2005, ano da sua última edição, o programa consagrará um total de 90 obras-primas de “património oral e imaterial da humanidade”.

Finalmente, em 2003, a UNESCO adota a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, a designada Convenção do PCI. Trata-se de um normativo legal que entra oficialmente em vigor em 2006 e que vem reconhecer a pertinência de se criar um instrumento de salvaguarda patrimonial distinto do anteriormente previsto para monumentos, sítios e paisagens culturais (Carvalho, 2017). No âmbito desta legislação, o património cultural imaterial surge subdividido por cinco grandes domínios: (a) tradições e expressões orais; (b) artes do espetáculo; (c) práticas sociais, rituais e atos festivos; (d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; (e) técnicas artesanais tradicionais. O documento procura, assim, abranger um universo muito mais alargado de manifestações culturais, pugnando pelo seu reconhecimento e salvaguarda.

No que diz respeito a Portugal, o nosso país vai aderindo a toda esta legislação e, em 2008, ratifica a Convenção do PCI, passando a ser possível a efetiva inscrição de manifestações culturais no inventário nacional do património cultural imaterial. Todo este afinco legislativo internacional e os seus efeitos nacionais foram centrais para o reconhecimento progressivo da importância de manifestações patrimoniais menos grandiosas, em detrimento da visão anterior que valorizava unicamente a dimensão monumental dos bens (Duarte, 2010). Deste modo, outras manifestações socioculturais, significativas para comunidades espalhadas por todo o mundo, passam progressivamente a ser passíveis de patrimonialização, como as manifestações de âmbito popular, vernacular e quotidiano, onde se inserem as festas e os rituais, as tradições e expressões orais ou os saber-fazer tradicionais. O património e a patrimonialização deixam, assim, de estar circunscritos a bens materiais, sobretudo europeus e monumentais, para passarem a poder incluir manifestações intangíveis, contemporâneas e alargadas a todas as áreas geográficas (Choay, 2014). Esta viragem cultural filia-se também numa maior sensibilidade e aproximação à disciplina

antropológica, já que são precisamente os seus temas de estudo tradicionais (os saber-fazer, rituais, práticas sociais, tradições orais, mitologias, enquanto manifestações vividas) que passam a ser entendidas como merecedoras de se tornarem objeto de patrimonialização (Leal, 2009).

3. A modernidade tardia e a febre de patrimonialização

A sociedade moderna apresenta uma apetência enorme para documentar, preservar e patrimonializar – o que implica também proteger legalmente – séries cada vez maiores de manifestações culturais. A este propósito, diga-se que já estão inscritas no inventário nacional do património cultural imaterial 40 manifestações culturais, havendo mais 71 que aguardam pela finalização do seu processo de candidatura. Esta vontade e até ânsia em patrimonializar parece ser a correspondente reação da sociedade atual contra os efeitos da modernidade. Sobretudo a nossa atual modernidade tardia caracteriza-se por uma aceleração na velocidade com que ocorrem as mudanças sociais e pelo rápido abandono do mundo rural. Este contexto sociocultural faz despontar no ser humano o desejo de preservar algumas dimensões que o possam ligar ao passado, entendidas como podendo vir a desaparecer. Vivemos num tempo em que as mudanças são tão rápidas, a renovação tecnológica tão acelerada que se perde, de certo modo, o vínculo com as gerações passadas, comprometendo-se, assim, a nossa própria identidade. Sem tempo de assimilar, ou de sedimentar no seu íntimo, as mudanças que vão ocorrendo, o ser humano é assolado por uma sensação de vertigem, de falta de referências que o leva a querer preservar ou patrimonializar aquilo que considera ter para si algum valor cultural significativo.

Neste sentido, os atos de patrimonialização, seja através da inscrição de determinada manifestação cultural nos inventários nacionais do património cultural e do património cultural imaterial, ou pela certificação de uma produção artesanal, funcionam como uma âncora, permitindo dar alguma aparência de ordem e estabilidade a um mundo que se transforma incessantemente. Neste cenário, o instinto preservacionista revela-se como uma arma contra a “amnésia moderna” (Lowenthal, 1985). Esta “inflação do património” (Choay, 2014), ou a vontade de patrimonializar um conjunto crescente de bens e preservá-los da usura do tempo, tem vindo a ser apelidada, com particular

acuidade, como “complexo de Noé” (Almeida, 1993). A moderna mentalidade preservacionista deve, portanto, ser equacionada como derivando, por um lado, das ideias de perda e trauma, e por outro, do desejo de recuperação e revitalização (Duarte, 2010).

Indo ainda mais longe, poderíamos especular se o que preside a este impulso das sociedades atuais não será uma tentativa de abolir simbolicamente a morte, ou de, pelo menos, superar uma certa ideia de inferno, categoria que o filósofo Walter Benjamin (2019) associa à modernidade, precisamente pela mudança vertiginosa que a caracteriza.

“O «moderno», tempo do inferno. As penas do inferno são sempre o que há de mais novo neste campo. Não é que aconteça «sempre a mesma coisa», e muito menos se trata aqui do eterno retorno do mesmo. Trata-se antes da ideia de que o rosto do mundo nunca se altera, precisamente naquilo que é o que há de mais novo, de que esse mais novo permanece em tudo igual a si mesmo. É nisso que reside a eternidade do Inferno. Determinar a totalidade dos traços pelos quais se exprime o «moderno» significaria representar o Inferno.” (Benjamin, 2019: 675)

4. O Sistema Nacional de Qualificações e Certificação de Produções Artesanais

O desejo de tudo patrimonializar reflete-se igualmente nas práticas de certificação das produções artesanais. Esses processos de certificação são procedimentos burocráticos, cujo objetivo central passa pela salvaguarda das artes e ofícios tradicionais portugueses, entendidos como expressão de valores culturais e identitários que devem ser defendidos.

A perspetiva do poder político em relação ao setor das artes e ofícios tradicionais modificou-se bastante nas últimas décadas. Nos anos de 1980, por exemplo, o artesanato era ainda encarado como mera ferramenta ao serviço da empregabilidade de alguns setores da sociedade, como os jovens à procura do primeiro emprego ou os desempregados de longa duração. A partir sobretudo do início do século XXI, a legislação passa a reconhecer de modo mais efetivo o valor cultural do artesanato, o que o torna passível de ser defendido tendo em vista o seu desempenho ao serviço do desenvolvimento local. Esta conceção é tributária também de um novo modelo de desenvolvimento que coloca as dimensões culturais e ambientais endógenas dos

territórios no centro das estratégias de desenvolvimento local e regional, procurando cruzar as necessidades de modernização com as exigências de preservação de bens culturalmente importantes (Duarte, 2011). É no contexto deste novo entendimento que será criado o Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais, promulgado, em 2015, pelo Decreto-Lei n.º 121/2015, de 30 de junho. Trata-se de legislação de carácter protecionista, assente no reconhecimento de que as artes tradicionais são um esteio importante das identidades locais e regionais que precisam e merecem ser salvaguardadas. Por essa via, o Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais emerge hoje como um dos pilares mais importantes do enquadramento legislativo que regula este setor de atividade.

Em termos práticos, os processos de certificação baseiam-se na elaboração de um Caderno de Especificações, documento que deve identificar e caracterizar, sob múltiplas dimensões, a produção artesanal a certificar. Legalmente, é definido como se subdividindo nos seguintes capítulos:

"a) o nome ou a denominação de venda do produto; b) o enquadramento cultural e histórico-geográfico da produção, considerando a respetiva origem e/ou o seu vínculo ao centro difusor mais relevante; c) a delimitação geográfica da área de produção, quando aplicável; d) a identificação e caracterização das matérias-primas utilizadas; e) a descrição do modo de produção, designadamente as técnicas e as ferramentas utilizadas e os equipamentos auxiliares; f) a identificação das principais características físicas do produto, tais como as dimensões, formas, desenhos ou padrões e cores predominantes; g) as condições de inovação no produto e no modo de produção que, abrindo essa possibilidade, garantam a identidade do produto; h) a referência às normas técnicas a que o produto está sujeito, designadamente as que se relacionam com a fiabilidade do mesmo ou com requisitos específicos de saúde e segurança, sempre que tal se justifique." (Decreto-Lei n.º 121/2015, de 30 de junho de 2015)

A organização e gestão do Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Produções Artesanais é uma incumbência do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Esta entidade tem por missão aprovar os pedidos de certificação das produções artesanais que a tal se candidatem, verificando se os respetivos Cadernos de Especificações respeitam o previsto na lei. A certificação propriamente dita, por sua vez, é atribuída pelas designadas entidades certificadoras, instituições que têm a responsabilidade de avaliar as peças em produção e atribuir as respetivas etiquetas de certificação aos artesãos, cuja produção é avaliada como merecedora dessa garantia (1).

Posteriormente, os artesãos têm a responsabilidade de colocar as etiquetas nas peças que produzem de acordo com o previsto no Caderno de Especificações, assim permitindo ao consumidor saber que determinada peça se encontra devidamente certificada.

Atualmente, em Portugal, existem 21 produtos artesanais certificados (2). Os processos de certificação têm como objetivos principais disciplinar, qualificar e valorizar as produções artesanais portuguesas, procurando defendê-las de ameaças como a das imitações industriais, por exemplo. Ao contribuir também para o esclarecimento dos próprios consumidores, todo o processo de certificação assegura a mais-valia de proteger as produções artesanais da concorrência dos preços baixos.

4.1. A certificação da produção artesanal enquanto “tradição inventada”

Apesar dos objetivos protecionistas acabados de referir serem compreensíveis, e até positivos para o setor, já que lhe proporcionam valorização acrescida, é aconselhável não descurar os possíveis efeitos nefastos da certificação das produções artesanais. Ao reduzir a documento escrito os saber-fazer, assim como as principais características físicas e de produção dos produtos que visam proteger, os processos de certificação podem provocar o esvaziamento da dialética normalmente existente entre os artesãos e os seus contextos socioculturais. Os aspetos potencialmente negativos inerentes aos processos de certificação e às exigências de repetição invariável que eles colocam podem ser mais bem entendidos com o auxílio do conceito de “tradição inventada” formulado por Eric Hobsbawm (Hobsbawm *et al.*, 2002).

Tal como na institucionalização de uma nova tradição inventada, a certificação de uma produção artesanal comporta sempre uma exigência de formalização, consubstanciada através das medidas definidas no respetivo Caderno de Especificações. E a partir dessas indicações, a certificação determina também significativo grau de ritualização que se concretiza pela repetição pouco variável do seu modo de fazer, segundo o previsto no documento normativo produzido. Esta invariabilidade e repetição de procedimentos, sendo uma consequência do próprio processo de certificação, é também um modo de vincular uma produção artesanal ao passado e, por essa via, lhe conferir maior

legitimidade. Um saber-fazer que começou por se constituir em estreita articulação com determinado contexto sociocultural e em dependência do seu dinamismo social passa a inscrever-se na vida social como uma tradição muito mais fixa, cujos limites de atuação comportam muito menor grau de variabilidade. Traduzidos e transpostos para documentos burocráticos normalizadores como os Cadernos de Especificações, os saber-fazer deixam de ser memória efetiva, vivida por uma determinada comunidade, para se inscreverem no domínio de uma memória transformada "(...) voluntária e deliberada, vivida como um dever e não mais espontânea" (Nora, 1993: 14).

Neste cenário, importa compreender que perante Cadernos de Especificações demasiado avessos à inovação, a transmissão intergeracional de determinado saber-fazer pode deixar de ser possível ou deixar de responder às necessidades e especificidades concretas da comunidade onde é exercido. Pode surgir apenas burocraticamente vinculado a um texto que lhe define os contornos de existência.

4.2. O “discurso autorizado do património” veiculado pelos processos de certificação

Olhados pelo lado do artesão, os processos de certificação tendem, portanto, a encará-lo como alguém que precisa ser disciplinado por meio da ação de organismos que superintendem as suas produções. É nessa linha, aliás, que deve ser entendida a ação das entidades certificadoras. Em Portugal, e no âmbito das suas competências, a A. Certifica realiza visitas aos artesãos, acompanhada por um "agente de controlo". O objetivo de tais visitas é verificar se os modos de fazer e os artefactos produzidos estão de acordo com o previsto no respetivo Caderno de Especificações.

Fica evidente, portanto, que a necessidade declarada de fiscalizar, controlar e/ou vigiar a produção artesanal, remete claramente para uma lógica preservacionista, ela própria resultante da sobrevalorização da importância do objeto, em desfavor do respetivo enquadramento social e cultural que lhe confere significado, bem como da criatividade inerente ao tecido social. O discurso prevalecente neste tipo de ações parece resultar de uma ênfase materialista, que atribui valor a uma presumida ‘autenticidade’ das peças, ligando-as a uma suposta pureza ou origem imaculada que é preciso preservar. Nesse contexto, a “autenticidade é vista como um atributo objetivo e mensurável

inerente à base material, à forma e à função dos artefactos e monumentos, e um conjunto positivista de métodos e critérios de investigação tem sido desenvolvido para testar o seu carácter genuíno” (Jones, 2010: 182).

Os processos de certificação, e os organismos incumbidos da sua implementação, são, portanto, responsáveis pela produção e manutenção de um verdadeiro “discurso autorizado do património” (Smith, 2006) que atribui um valor intrínseco aos artefactos, tido como resultante da sua historicidade e/ou dimensão estética e científica. Esse discurso autorizado do património é produzido a partir de ‘especialistas’ que o avaliam ou avaliaram, o que faz com que acerca dele se alcance também um consenso social geral. De facto, a legitimidade dos organismos certificadores repousa na reivindicação de que as suas ações são fruto do trabalho de especialistas, cujos conhecimentos específicos sobre as produções artesanais lhes confere o direito de as classificar e normalizar. Este é um discurso tipicamente *etic*, pois que se funda na ideia que os especialistas (ou as elites) e os organismos oficiais têm sobre as artes e os ofícios tradicionais, sendo descuradas as visões dos produtores, olhados as mais das vezes como atores sociais que têm de interpretar um guião previamente escrito.

4.3. A importância de deixar espaço para a inovação

A procura de artefactos que se distingam pelo seu valor cultural e pelo modo como estão vinculados a determinados territórios reflete a emergência de um modelo de consumo cada vez mais sofisticado. Este pano de fundo facilita a revalorização do artesanato e das suas produções, surgindo a certificação como um meio de garantir ao consumidor, mais e menos atento, que determinado artefacto é proveniente de um contexto cultural e territorial específico. Consegue-se, assim, não só dar garantias aos consumidores, mas também proteger o artesanato da concorrência ilegítima das imitações industriais e dos seus preços mais baixos. Por esta via, o consumidor terá os instrumentos necessários para escolher entre uma peça certificada, que sabe garantidamente ser proveniente de um contexto geográfico e cultural específico, respeitador de uma tradição e de um saber técnico acumulado ao longo de gerações, ou uma outra peça, mais barata, mas mais impessoal e sem qualquer outra vantagem que não o reduzido preço a que é comercializada.

Sem pretender pôr em causa a lógica e as potenciais vantagens acabadas de referir, é fundamental, contudo, que os processos de certificação se mostrem capazes de comportar a flexibilidade necessária, reservando algum espaço para a inovação. Só desse modo se poderá evitar que a produção artesanal enquiste. É verdade que, em termos legais, está previsto que os Cadernos de Especificações incluam um capítulo dedicado às condições de inovação do produto e do seu modo de produção. Procura-se assim, pelo menos teoricamente, responder ao desafio da necessidade de não enquistar ou congelar as produções artesanais. Contudo, e apesar dos bons exemplos que se conseguem também apontar, é igualmente verdade que, com alguma frequência, continuam a ser desenhados Cadernos de Especificações bastante restritivos nesta área. Dessa realidade decorre, em primeiro lugar, uma certa falta de consistência e uniformidade entre os diversos processos de certificação. É verificável que o grau de amplitude concedida à inovação entre as diversas produções artesanais certificadas varia bastante. Em segundo lugar, resulta também a situação indesejável de se colocar os diversos artesãos em posições francamente assimétricas, estando uns impedidos de experimentar novos caminhos nas suas produções, enquanto essa possibilidade é concedida ou facilitada a outros.

Importa ganhar consciência de que os Cadernos de Especificações mais fechados contêm em si o risco de sujeitarem os artesãos à simples reprodução de uma norma ideal, limitando o seu engenho e imaginação e, assim, os impedindo de integrar novos temas e problemáticas nas suas criações. Limitada por um Caderno de Especificações restritivo em excesso, a relação do artífice com o processo criativo e a dinâmica social em que está inserido pode ficar amputada. Se assim acontecer, o artefacto deixa de conseguir refletir a vivência do artesão e o modo como ele se relaciona com o mundo e o interpreta, a favor da consagração de uma 'tradição' que mais não é do que um modelo ou arquétipo ideal, tido como desejavelmente perpétuo. Nos casos mais extremos, o artefacto, ainda que artesanal, emerge como um protótipo vazio de todo o significado, a não ser o de réplica eternamente reproduzida, refletindo uma visão do passado onde o presente é mudo. Por sua vez, o artesão apenas poderá ser caracterizado como mero reproduzidor, alienado da realidade que o envolve, menorizado no seu papel de autor e sem poder sobre os contornos do seu saber-fazer e da sua capacidade criativa. Neste sentido, é fundamental tomar consciência de que um ato

visando preservar pode equivaler ao de destruir, na medida em que um esforço excessivo voltado para a conservação pode, em simultâneo, impedir que novas realidades ou criações possam emergir (Duarte, 2010).

Este risco de enquistamento das produções artesanais é claramente menor no caso dos Cadernos de Especificações que concedem um real espaço à inovação. Aí é perceptível uma deslocação do foco no objeto para o artesão, dando-lhe a oportunidade de dialogar livremente com o presente e vendo-o como parte integrante do conceito de “comunidade praticante” (Smith, 2006). Esta noção procura traduzir a ideia de que a intenção de preservação do património tem de ser conjugada com a liberdade criativa dos atores sociais que lhe dão vida na atualidade. Apenas deste modo, o património poderá ser vivido como uma prática social, necessariamente alvo de constantes interpretações e reinterpretações por parte dos seus detentores.

Uma maneira viável de estimular a possibilidade de inovação nas produções artesanais certificadas é apostar em modelos de certificação de dupla etiquetagem. Lamentavelmente, a grande maioria dos processos de certificação apenas prevê a existência de um tipo de etiqueta de certificação a conceder aos artesãos. Mas, com os modelos de dupla etiquetagem, os artesãos passam a poder atribuir à sua produção duas etiquetas diferenciadas de certificação. Assim, poderá existir uma etiqueta que certifique os artefactos consagrados pela tradição e, uma outra, distinta, que certifica as peças manufaturadas daquele artesão de feição mais contemporânea. Através desta estratégia fica assegurada uma maior liberdade criativa aos artesãos. Esta pode ser uma boa solução, nomeadamente para evitar os casos mais fortemente constrangedores da liberdade criativa dos artesãos. A dupla etiquetagem permite, então, salvaguardar a informação e a confiança dos consumidores no momento da compra, sem impedir que as produções artesanais se possam desenvolver de acordo com as apetências criativas dos seus produtores. As preferências dos artesãos que dão vida aos artefactos artesanais podem, assim, ser mais bem articuladas com os mercados que lhes garantem a sobrevivência.

Conclusão

Tomado à luz de uma perspectiva construtivista, o património cultural apresenta-se como detendo uma natureza fluida, já que a sua avaliação depende sempre do contexto sociocultural que lhe atribui significado. Mudando este, podem também mudar os bens que consideramos objeto de patrimonialização. Entendido deste modo, o património pode conviver sem sobressaltos com as interpretações e reinterpretações que os atores sociais, num determinado momento histórico e contexto sociocultural, vão construindo sobre ele. Qualquer manifestação cultural a preservar não é tida como detendo um valor intrínseco, mas como dependendo sempre do campo de forças políticas e sociais em jogo. Daqui resulta que todo o património, mesmo aquele que se afirma pela sua evidente materialidade, não pode ser compreendido sem se atender à dimensão imaterial que lhe está associado, já que é desta que deriva a rede de significados que lhe dá sentido.

Por sua vez, os processos de certificação das produções artesanais podem ser responsáveis por provocarem o enquistamento das produções que pretendiam proteger, se e quando fundamentam a sua ação num paradigma essencialmente preservacionista. Para contrariar esse perigo e as desvantagens que lhes são inerentes, defendeu-se aqui a necessidade dessa disposição preservacionista ser atenuada pela elaboração de Cadernos de Especificações que se mostrem capazes de maior amplitude quanto à inovação consentida. Desse modo, não condicionarão em excesso a desejável liberdade criativa dos artesãos, entendidos como agentes ativos da sua produção, e não meros reprodutores passivos de um arquétipo consagrado.

Notas:

- (1) Até à data, a única entidade certificadora de produtos artesanais existente em Portugal é a *A. Certifica*, cuja sede fica em Braga.
- (2) Até ao momento, em Portugal, os produtos artesanais certificados são os seguintes: Bordado de Viana do Castelo, Bordado de Guimarães, Bordado de Tibaldinho, Bordado de Castelo Branco, Bordado de Crivo de São Miguel da Carreira, Figurado de Barcelos, Olaria de Barcelos, Rendas de Bilros de Vila do Conde, Rendas de Bilros de Peniche, Junça da Beselga, Viola Braguesa, Viola Beiroa, Filigrana de Portugal, Traje à Vianesa, Bonecos de Estremoz, Barro Preto de Olho Marinho, Lenços de Namorados do Minho, Estanhos Artísticos da Bodiosa, Louça Preta de Molelos, Cantarinha dos Namorados de Guimarães e Camisola Poveira.

Referências bibliográficas

AGUDO TORRICO, Juan (2006). Patrimónios e Discursos Identitários. In *Património e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora, p. 21-34.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1993). Património: Riegl e hoje. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Vol. 10, p. 407-416.

BENJAMIN, Walter (2019). *As Passagens de Paris*. Porto: Porto Editora.

CARVALHO, Ana (2017). *Os Museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Évora: Edições Colibri.

CHOAY, Françoise (2014). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

DUARTE, Alice (2010). O Desafio de não ficarmos pela preservação do património cultural imaterial. In ACTAS DO I SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA. Porto: Universidade do Porto, p. 41-61.

DUARTE, Alice (2011). O «Património» enquanto ferramenta de desenvolvimento: o caso de dois municípios portugueses. In ATAS DEL II SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN EN MUSEOLOGÍA DE LOS PAÍSES DE LENGUA PORTUGUESA Y ESPAÑOLA, 2º, Buenos Aires, 2010 - *El Pensamiento Museológico Contemporáneo*. Buenos Aires: OM/UP/ICOFOM, p. 285-299.

GIDDENS, Anthony (1992). *As Consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

GUILLAUME, Marc (2003). *A Política do património*. Porto: Campo das Letras.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (2002). *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

JONES, Sian (2010). Negotiating authentic objects and authentic selves: beyond the deconstruction of authenticity. *Journal of Material Culture*. Vol. 15, nº 2, p. 181-203.

LEAL, João (2009). O Património imaterial e a antropologia portuguesa: uma perspetiva histórica. In *Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, p. 289-295.

LOWENTHAL, David (1985). *The Past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press.

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL. (2015). Decreto-Lei n.º 121/2015. Cria o sistema nacional de qualificação e certificação de produções artesanais tradicionais. *Diário da República*, 1ª Série, 125 (30-06-2015), pp. 4532-4537. [Em linha] [Consult. 22 Abr. 2023]. Disponível em WWW: <URL: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/2015-156399165>>

MOLDER, Maria Filomena (1999). *Semear na neve*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

NORA, Pierre (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. In *Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em história do departamento de história da PUC-SP*. Vol. 10, p. 7-28.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta (2006). Introdução. In *Património e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.

SMITH, Laurajane (2006). *Uses of heritage*. Oxon: Routledge.

SOUSA SANTOS, Boaventura (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento.

SOUZA, Willian; CRIPPA, Giulia (2011). O Patrimônio como Processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. *Em questão*. Vol. 17, nº 2, p. 241-255.

CONTRIBUTO DA COLETIVIDADE CASA DA COMARCA DA SERTÃ NA DINAMIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS TERRITÓRIOS QUE REPRESENTA

CONTRIBUTE OF THE COLECTIVITY CASA DA COMARCA DA SERTÃ IN THE VITALIZATION AND DISCLOSURE OF THE TERRITORIES THAT IT REPRESENTS

Pedro Miguel da Silva Fernandes

Doutorando de Geografia Humana

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Investigador colaborador do CEGOT –

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

pmsfebooks@gmail.com

Resumo

O associativismo tem raízes profundas na sociedade portuguesa. Desde muito cedo que a criação de associações, umas de maior dimensão, englobando um ou vários concelhos, e outras de menor dimensão, circunscrevendo-se unicamente a uma pequena freguesia ou lugar, começaram a fazer parte da vida das populações locais, como forma de encontro social, de troca de ideias e, acima de tudo, de promoção dos seus territórios, lugares e gentes. A sua constituição resulta da vontade, iniciativa e resiliência de um conjunto de pessoas com espírito empreendedor e solidário. Neste artigo, procura avaliar-se o contributo da coletividade Casa da Comarca da Sertã (CCS) no seu território. Como teremos oportunidade de verificar, a CCS tem desenvolvido, ao longo dos anos, inúmeras iniciativas, em prol dos sócios, que a tornam num importante meio de promoção do meio envolvente. Atualmente, as suas iniciativas são essenciais e acabam por refletir-se no fomento de um turismo cada vez mais criativo.

Palavras-chave: associativismo, divulgação territorial, dinamização territorial, Casa da Comarca da Sertã (CCS).

Abstract

Associativism has deep roots in Portuguese society. From very early on, the creation of associations, some of a larger dimension, encompassing one or several municipalities, and others, of a smaller dimension, limited to a small place, began to be part of the life of the populations, as a form of social encounter, of exchange of ideas and, above all, the promotion of their territories, places and people. Their constitution results from the will, initiative and the resilience of a group of people with an entrepreneurial and solidarity spirit. They are a form of social encounter, of exchange of ideas and, above all, the promotion of their territories, places and people. In this article, we want to evaluate the contributions of Casa da Comarca da Sertã (CCS) in the territory. As we will have the opportunity to see, the CCS, over the years, had numerous initiatives, for the benefit of its associates, that make it an important means of publicizing it around territories. Today, its initiatives are essential and end up reflecting in the promotion of an increasingly creative tourism.

Keywords: associativism, territorial dissemination, territorial dynamization, Casa da Comarca da Sertã (CCS).

1. Introdução

O objetivo geral deste trabalho é o de lançar uma reflexão sobre a importância do associativismo enquanto meio de dinamização e divulgação dos territórios, especialmente no interior do país, fortemente marcado pelo despovoamento.

O objetivo específico consiste em estudar as iniciativas concretas de uma determinada instituição, lançando as bases para um estudo de caso. Vamos socorrer-nos de uma associação representativa, a Casa da Comarca da Sertã, que engloba os concelhos de Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e as freguesias de Amêndoa e Cardigos do concelho de Mação.

Do nosso ponto de vista, este estudo justifica-se pela importância significativa que os movimentos associativistas assumem na sua região. Acresce a isso, o papel relevante que as associações desempenham para a revitalização e atratividade turística, concebida em moldes mais criativos e inovadores.

Pretende avaliar-se, no decurso deste estudo, o contributo da coletividade Casa da Comarca da Sertã na dinamização e divulgação das localidades que representa.

Assim, cumpre desde já referir que a Casa da Comarca da Sertã foi fundada a 4 de fevereiro de 1946, agregando sócios particulares e coletivos. Trata-se de uma associação de carácter regionalista que nasceu para apoiar quem se deslocava do interior de Portugal para trabalhar em Lisboa.

2. Metodologia

O presente trabalho, para atingir os objetivos propostos, recorreu a uma metodologia de pesquisa bibliográfica para recolher a informação necessária. Para o efeito, utilizou-se a conhecida base de dados Google Scholar, e foram escolhidos os estudos mais relevantes para cumprimento dos objetivos, nomeadamente aqueles que do ponto de vista teórico forneciam pistas mais elucidativas e que evidenciavam referências bibliográficas apropriadas e atualizadas sobre a temática do associativismo.

No processo de pesquisa, desenvolvido no lapso temporal de janeiro de 2022 a março de 2022, foram aplicados os seguintes termos/expressões: “associativismo”, “associações”, “associações Portugal”, “história do associativismo”, “coletividades”, “movimento associativo”, “associativismo autarquias”, “regionalismo”, “turismo criativo”, “associativismo território”.

Numa etapa posterior, procedeu-se à análise de um caso, a coletividade Casa da Comarca da Sertã, associação que conta já com muitas décadas de atividade, sempre em prol da divulgação dos seus territórios, como iremos ver ao longo do artigo.

O estudo de caso é defendido por vários autores em contexto de estudos científicos. Segundo Branski et al. (2010), quando se refere ao estudo de caso: “*A metodologia é usada com frequência em pesquisas na área de administração...*” (Branski et al., 2010: 1), pelo que, a nosso ver, se pode enquadrar na perspetiva de uma associação desta natureza, daí levarmos em consideração a sua utilização neste contexto.

Por sua vez, também as considerações de Meirinhos & Osório são elucidativas:

“O estudo de caso é frequentemente referido como permitindo estudar o objecto (caso) no seu contexto real, utilizando múltiplas fontes de evidência (qualitativas e quantitativas) e enquadra-se numa lógica de construção de conhecimento, incorporando a subjectividade do investigador.”
(Meirinhos & Osório, 2010: 64).

Para compreendermos eficazmente os impactes desta coletividade, foi desenvolvida uma pesquisa documental considerando o período temporal 2010-2022. Procedeu-se a uma análise das notícias relativas a eventos, publicadas na página da instituição ao longo dos anos, bem como dos conteúdos informativos do seu boletim trimestral, o “Agulha de Pinho”. Foram também analisadas notícias da imprensa local nos territórios abrangidos.

Também se tomaram em consideração as publicações da coletividade nas redes sociais Facebook (1), Youtube (2) e Instagram (3).

Finalmente, considerou-se ainda o livro “*Retrospectiva 2008 a 2018 - Notícias da Casa da Comarca da Sertã*” e a experiência do autor deste artigo enquanto sócio da instituição.

3. Reflexões Prévias

Um território caracteriza-se por dinâmicas diversas, sejam elas culturais, turísticas, sociais, religiosas ou outras. Desta forma, qualquer território é marcado pela sua própria identidade, determinada por força desses elementos culturais, religiosos ou outros.

Os concelhos considerados de agora em diante, que se encontram representados na CCS, enquadram-se como territórios de baixa densidade populacional, em que o despovoamento constitui o maior entrave ao seu desenvolvimento. Os terríveis incêndios que assolaram a região nos últimos anos, para além dos nefastos efeitos diretos, vão também levando à inevitável destruição de atividades económicas locais e a um acréscimo do nível de despovoamento.

A vertente turística é fundamental para a sobrevivência destes territórios e tida como motor na geração de algum nível de desenvolvimento. Note-se que, segundo Silva (2009):

“Cada espaço rural distingue-se pela posição geográfica, características demográficas e sociais, tecido económico, recursos naturais e humanos, e capacidade de iniciativa e inovação.” (Silva, 2009: 51).

Para isso, naturalmente, é importante planear e desenvolver estruturas e parceiras que apoiem e dinamizem o turismo. As autarquias locais e as associações estão cientes disso, aliás, o Decreto-Lei 128/2001 veio regulamentar os apoios municipais no âmbito do associativismo.

Também a Lei de Bases do Turismo e Estratégia de Turismo 2027 constitui uma importante referência a ser tomada em consideração neste âmbito. Nas suas linhas de atuação/tipologias de projetos prioritários, em certos aspetos, são realçadas as associações: *“Melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, incluindo o apoio à reabilitação de espaços e equipamentos comunitários (por exemplo, associações culturais, associações de bairro, clubes recreativos)”* (TURISMO DE PORTUGAL (2017:55)); *“Programa bianual de levantamento de necessidade de formação no turismo, envolvendo diferentes parceiros, designadamente, instituições de ensino, associações e entidades empresariais,...”* (TURISMO DE PORTUGAL (2017: 57); *“...criação de um Centro de Inovação em Turismo assente numa parceria entre o Turismo de Portugal, estruturas associativas, empresas, entidades do ecossistema empreendedor e das indústrias criativas e parceiros tecnológicos.”* (TURISMO DE PORTUGAL, 2017: 57)

O nascimento de uma associação deve-se, na maioria das vezes, à vontade de um conjunto de pessoas com o intuito de verem divulgadas as suas origens. A sua importância no seio da comunidade é debatida por inúmeros autores, dos quais podemos salientar Vieira (2014), Carvalho (2015), Fernandes (1993) e mesmo na própria Comissão Europeia (1997). A procura de novos sócios é uma preocupação constante, a subsistência de coletividades desta natureza depende da quantidade de associados, que contribuem com o pagamento de quotas.

4. A Casa da Comarca da Sertã (CCS)

A Casa da Comarca da Sertã (CCS) foi constituída a 04 de fevereiro de 1946, completando em 2023 o seu 77º aniversário. Foi criada com intenção de apoiar todos aqueles que se deslocavam dos concelhos abrangidos pela CCS para trabalhar em Lisboa. Inclusivamente, chegou mesmo a desempenhar a função de posto médico na sua sede, do final dos anos 40 ao final dos anos 70.

No artigo nº 3 dos estatutos, podemos encontrar a sua missão:

“A C.C.S tem por finalidade o desenvolvimento de actividades de carácter social, cultural, artístico e recreativo, nomeadamente: a) Desenvolver laços de solidariedade entre as pessoas ligadas aos concelhos de Oleiros, de Proença-a-Nova, de Sertã, de Vila de Rei e às freguesias de Amêndoa e Cardigos, organizando convívios, colóquios, encontros e quaisquer outras formas de reforço da solidariedade entre os associados; b) Promover actividades relacionadas com os recursos

naturais, turísticos e valores humanos específicos e identitários da região; c) Fomentar, por meios adequados, o prestígio moral e social dos associados, prestando-lhes, sempre que possível, apoio, quando dele necessitem; d) Cooperar com quaisquer entidades que prossigam fins de natureza económica, cultural, social ou recreativa desde que, dessa cooperação, resultem benefícios para os seus associados, para a C.C.S. ou para a região; e) Colaborar, sempre que possível, com quaisquer entidades públicas ou privadas, no estudo de iniciativas sempre que esteja em causa o desenvolvimento ou promoção da região.” (Casa da Comarca da Sertã – Estatutos, 2022)

Conta atualmente com cerca de 400 sócios, distribuídos entre sócios individuais e coletivos, e desenvolve um vasto conjunto de iniciativas, iniciativas essas que se prolongaram, com os necessários ajustamentos, durante o período de confinamento da pandemia.

A CCS abrange os concelhos de Sertã, Oleiros, Vila de Rei, Proença-a-Nova e as freguesias de Amêndoa e Cardigos do concelho de Mação. De seguida, apresenta-se um mapa com a localização dos concelhos, seguindo-se uma breve caracterização dos mesmos (Figura 1).



Figura 1. Concelhos representados pela CCS.

Fonte: Elaboração própria, desenvolvido em ArcGIS com perfil obtido em DGT – CAOP

4.1. Oleiros

O concelho de Oleiros situa-se no distrito de Castelo Branco, na sub-região da Beira Baixa e conta com cerca de 4900 habitantes, 10 freguesias e uma área total de cerca de 465 km² (baseado em Censos 2021 e em Município de Oleiros Website, 2022). Trata-se de um concelho banhado pelo rio Zêzere. A localidade de Álvaro enquadra-se no programa das aldeias de xisto. O concelho conta com inúmeras infraestruturas adaptadas aos tempos modernos, das quais se podem destacar as seguintes: Hotel Santa Margarida, praias fluviais, pavilhões municipais e, mais recentemente, o espaço multiusos Devesas Altas. O cabrito estonado é o produto gastronómico de excelência do concelho, e deu mesmo origem à confraria do cabrito estonado.

4.2. Sertã

Localizada junto ao IC8, tem procurado adaptar-se aos novos tempos e tirar benefício da sua localização geográfica. Conta com 14 748 habitantes, cerca de 447km² e um total de 10 freguesias (baseado em Censos 2021 e em Município da Sertã Website, 2022). O Maranho da Sertã é um produto gastronómico conhecido além-fronteiras e tem sido um importante meio de atração turística para a região.

4.3. Proença-a-Nova

Também situada no distrito de Castelo Branco, é composta por 7170 habitantes, distribuídos por 4 freguesias em pouco mais de 395 Km² (baseado em Censos 2021 e em Município de Proença-a-Nova Website, 2022). Alberga o centro de Ciência Viva, dedicado à floresta, importante polo de atração do concelho.

4.4. Vila de Rei

Em Vila de Rei localiza-se o centro geodésico de Portugal. O concelho conta com 2593 habitantes, 142 kms² e 3 freguesias. (baseado em Censos 2021 e em Município de Vila de Rei Website, 2022) As praias fluviais e as zonas de lazer com apelativos passadiços são alguns dos seus cartões-de-visita.

4.4. Amêndoa e Cardigos de Mação

As freguesias de Amêndoa e Cardigos são duas das seis freguesias do concelho de Mação, concelho integrado no distrito de Santarém, sub-região do Médio Tejo com 400 km². (baseado em Censos 2021 e em Município de Mação Website, 2022). Na localidade de Amêndoa destaca-se a torre da igreja antiga e o cruzeiro. Em Cardigos, podemos destacar o pelourinho e a antiga ponte romana, entre outro património de relevo.

O Quadro indicado de seguida, procura identificar, de uma forma geral, alguns dos pontos de interesse que podemos encontrar nos concelhos enunciados (Quadro 1).

Património/Arquitetura	Museus, bibliotecas, praias fluviais, ruínas de valor histórico, aldeias de xisto
Turismo de relação com a natureza	Desportos de rio, pesca, canoagem, montanhismo e caravanismo, percursos pedestres (religiosos, passadiços), miradouros, passeios de BTT, de motorizadas e de automóveis antigos
Feiras temáticas	Festival do Maranhão (Sertã), Feira do Pinhal (Oleiros), Feira de Enchidos, Queijo e Mel (Vila de Rei), Feira Mostra de Mação
Cultura	Músicas e danças tradicionais
Artesanato	Cestaria, olaria, sapatos artesanais, miniaturas em xisto
Gastronomia	Maranhão (Sertã), Plangaio (Proença-a-Nova), Cabrito estonado (Oleiros)

Quadro 1. Pontos de interesse dos concelhos indicados. Fonte: Elaboração própria.

5. As iniciativas dinamizadoras da CCS

Após a análise da diversa documentação identificada na metodologia, constatamos que, na atuação de uma associação como a CCS, a realização e promoção de eventos, em prol dos seus associados, constitui uma peça fundamental para a dinâmica do território.

Sónia P. Sebastião (2009) define evento da forma seguinte, e com a qual estamos de acordo: *“um evento é um acontecimento utilizado para atrair a atenção do público e da comunicação social para determinada organização”* (Sebastião, 2009: 77).

Ao longo dos anos tem-se apostado fortemente na inovação e na criatividade, sempre com os olhos postos na obtenção dos melhores resultados possíveis para os seus associados no âmbito do seu território, procurando, de alguma forma, inclusivamente

em parceria com outras associações e respetivos municípios, atrair novos tipos de turismo para a região.

A questão da criatividade deve ser encarada como uma importante mais-valia na valorização territorial. É vista por muitos como fundamental no fomento de um turismo cada vez mais personalizado e contextualizado pelo contato com a natureza. Traduz-se numa capacidade de gerar ideias inovadoras. A UNESCO define o turismo criativo da seguinte forma:

“Viagens voltadas para uma experiência engajada e autêntica, com aprendizagem participativa nas artes, património ou carácter especial de um lugar, e fornece uma conexão com aqueles que residem neste lugar e criam essa cultura viva” (UNESCO, 2006: 3).

Assiste-se atualmente, devido a fatores como a própria pandemia, a uma progressiva deslocação de turistas dos grandes e saturados meios urbanos para os meios rurais, para o interior de Portugal, nos quais se torna possível usufruir de experiências que privilegiam o contacto com o melhor da natureza e de uma forma mais genuína.

A autenticidade do destino e das gentes locais é tida em crescente valorização. O conceito de autenticidade foi adicionado ao turismo pela mão de MacCannell (Cunha, 2011: 11), e mereceu muita discussão por inúmeros autores, nomeadamente MacCannell (2003), Richards & Wilson (2007), Sharpley (1994/2018) e Silva (2019). Tem sido alvo de muitas interpretações (Marujo et al, 2016:3) e *“...é relativa a cada tipo de turista que pode ter a sua própria definição, experiência e interpretação do conceito”* (Marujo et al, 2016:5)

No âmbito deste artigo parece-nos apropriado o entendimento de Décio Silva (2019). Baseado no pensamento de Sharpley (1994), o autor sugere que *“...a autenticidade evoca a cultura tradicional e a origem, um senso do genuíno, do singular ou do real”* (Silva, 2019: 15).

Para Noemi Marujo (2018: 2),

“...os eventos com tradições culturais de uma região são um forte atractivo para a promoção e consumo do turismo. A valorização da cultura local ou regional tem sido objecto de uma procura crescente, pois muitas viagens são motivadas pelos eventos culturais tradicionais que certos destinos apresentam. Nessas manifestações culturais a característica da autenticidade constitui um factor-chave para a deslocação de muitos turistas.”

Note-se ainda que, no eixo de Valorizar o Território e as Comunidades, *“Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais”* (Turismo de Portugal: 51) é uma das linhas de atuação definidas no plano até 2027.

Como iremos ver, a CCS fomenta, em prol dos seus associados, alguns eventos que implicam o desenvolvimento de um processo de interação entre o turista e o território visitado, em que se constata um envolvimento da população com o visitante. O turista experiência vivências em novos lugares e mistura-se com o próprio meio envolvente, como se trate de um habitante local, o que vai de encontro às palavras de Ana Raquel Novo (2020: 36): *“A participação ativa dos turistas nos vários eventos propicia a autenticidade e faz com que os viajantes se sintam interligados, criando sentimentos positivos.”*

Vejamos, então, as iniciativas desenvolvidas pela CCS ao longo dos últimos anos.

5.1. Presença em stands/expositores de feiras diversas

As feiras constituem um tipo de atividade comercial bem conhecida, e em alguma circunstância, todos nós já visitámos espaços desta natureza. As feiras, sejam elas dotadas de maior ou menor grau de sofisticação, de uma forma geral, podem ser definidas de uma forma bastante simples. São pontos de encontro entre oferta e procura, isto é, entre todos aqueles que pretendem vender/dar a conhecer os seus produtos/serviços e, do outro lado, todos aqueles que estão dispostos a adquirir esses mesmos produtos ou serviços. Neste sentido, concorda-se inteiramente com as ideias apresentadas por Silva (2014):

“Os expositores são todas as empresas ou entidades presentes na feira...” (Silva, 2014: 28) e *“Os visitantes são todas as pessoas que entram no recinto da feira e interagem com os expositores...”* (Silva, 2014: 31).

As feiras são hoje organizadas com um nível elevado de sofisticação, em que a própria imaginação dos anunciantes/expositores se evidencia como um importante elemento de diferenciação. A existência de stands com decorações apelativas e conteúdos dinâmicos são hoje uma presença significativa nos concelhos abrangidos pela CCS. A decoração dos expositores é tão importante para a sua visibilidade que determinadas

autarquias a incentivam, e inclusivamente atribuem prémios aos stands que se distinguem. Veja-se o excerto de notícia:

“No encerramento da Feira de Enchidos, Queijo e Mel, foram entregues os prémios para os stands mais bem decorados, pelo presidente da Câmara de Vila de Rei, Ricardo Aires, (...)” (Beira Baixa TV Facebook, 08/2017).

Nos concelhos abrangidos pela CCS, eventos desta natureza, promovidos pelas respetivas autarquias, constituem uma importante forma de dar a conhecer os produtos locais e os territórios em que se enquadram. Podemos dizer que se trata de uma montra, na qual se dá a conhecer o que melhor se produz no concelho. O concelho é um “produto”, ou mesmo um “catálogo”, com pontos de interesse diversificados, como praias fluviais, aldeias de xisto, percursos pedestres, património religioso, acampamentos de escuteiros ou caravanistas, passeio de barco, canoagem, passeios de BTT, entre outros.

A CCS procura estar presente neste tipo de evento. Infelizmente, a pandemia que atravessámos obrigou ao cancelamento deste tipo de atividades presenciais. De seguida, indicam-se exemplos de eventos anuais mais importantes a este nível, e nos quais a CCS tem tido uma participação ativa: Festival do Maranhão (concelho da Sertã), Feira do Pinhal (concelho da Oleiros) e Feira dos Enchidos, Queijo e Mel (concelho de Vila de Rei).

No âmbito da participação em feiras, o stand da CCS é devidamente decorado por forma a divulgar a associação em si, bem como os concelhos em que se integra. Folhetos elucidativos, livros de autores locais, ou alusivos aos concelhos abrangidos, galhardetes, fotografias antigas, cartazes apelativos, amostras de produtos locais, *roll-ups*, entre outras, são algumas das facetas deste marketing com características territoriais.

A imagem do stand evidencia-se um elemento vital na atração de interessados. É comum, determinados turistas, até mesmo de diversas nacionalidades, solicitarem informações variadas junto da CCS, e até mesmo aconselhamento relativo a eventuais locais de lazer a visitar, a percursos pedestres e a parques de campismo, quer no concelho em que se encontram naquele momento, quer mesmo em relação aos concelhos que o rodeiam.

A CCS, beneficiando da presença em diversos concelhos, dispõe de uma capacidade única de promover uma produtiva interação entre os seus concelhos e os visitantes.

Aliás, como Silva (2014) referiu atrás: “(...) *peessoas que entram no recinto da feira e interagem com os expositores,...*” (Silva, 2014: 31). Pode-se afirmar que o stand da coletividade acaba por se tornar num posto de turismo semelhante ao da própria autarquia, um local de informações e de divulgação, que pode mesmo ser melhorado em articulação com a própria autarquia. Esta interação conjunta é fundamental na troca de ideias, debate, pesquisa de informação, o que se reflete positivamente na divulgação territorial.

Por outro lado, a CCS também participa em feiras de semelhantes características em Lisboa, permitindo, desta forma, divulgar o contexto rural em meio urbano.

Através deste tipo de evento, a CCS procura também atrair novos sócios, quer coletivos quer individuais, na medida em que as quotas constituem um financiamento fundamental nas atividades da associação.

5.2. Apoio a autores e artes

A CCS procura apoiar, tendo em conta as suas possibilidades financeiras, quer os autores oriundos dos concelhos da região, quer os autores de textos, livros e estudos sobre os concelhos/território em que se encontra representada. Patrocínios, divulgação, apoio e divulgação no lançamento do respetivo título são algumas das formas de apoio mais utilizadas. Estes apoios acabam por se tornar numa forma de realçar o território em causa e de relacionamento com os próprios autores que, ao desenvolverem os seus estudos, por exemplo ao estudarem o artesanato de determinada região, entram em diálogo com as entidades locais mais entendidas do assunto.

5.3. Apoio a exposições

Tendo noção da importância da exposição na promoção do território, é comum a CCS disponibilizar as suas instalações, por vezes em parceria com autarquias, para tornar possível a realização de exposições. Vejamos o seguinte exemplo:

“O Salão Nobre da Casa da Comarca Sertã foi palco da inauguração da exposição de pintura “Recomeço”, na tarde do passado sábado, dia 1 de Outubro. Da autoria de Fernando Marçal, natural da freguesia e concelho da Sertã, entidades que apoiaram a iniciativa, a referida exposição de trabalhos a óleo, acrílico e aguarela poderá ser visitada até dia 30 de outubro, mediante marcação.” (Casa da Comarca da Sertã, 10/2016).

5.4. Promoção e divulgação pontual de Aldeias de Xisto

As aldeias de xisto constituem um património relevante do ponto de vista turístico. Localizadas em zonas mais ou menos remotas estão hoje dotadas de pontos de interesse, como os museus, as praias fluviais e os percursos pedestres. O território da CCS integra as aldeias de xisto de Álvaro (concelho de Oleiros), Pedrógão Pequeno (concelho da Sertã), Água Formosa (concelho de Vila de Rei), Figueira (concelho de Proença-a-Nova).

Na celebração do aniversário da associação, em 2019, um dos locais visitados foi a aldeia de xisto de Água Formosa, no concelho de Vila de Rei.

5.5. Realização de homenagens a personalidades ligadas à região

Margarida Carpinteiro (atriz, com raízes em Mação), Horácio Roque (banqueiro, com raízes em Oleiros), autarcas e ex-autarcas são alguns dos exemplos de individualidades que não são esquecidas pela CCS, como se demonstra pela seguinte notícia exemplificativa:

“No dia 20 de Março de 2014, a actriz e escritora Margarida Carpinteiro esteve novamente na CCS desta vez para ser homenageada no Salão Nobre...” (Agulha de Pinho, 1º trimestre/2021:7)

5.6. Promoção de visitas ao património local

A organização de excursões a pontos de importância patrimonial ou turística são uma das grandes apostas da CCS. Um dos momentos neste âmbito é o almoço convívio do aniversário da coletividade. Realiza-se em cada ano num diferente concelho do território, de forma alternada, por forma a privilegiar a divulgação de todo o território abrangido.

A comemoração do aniversário da coletividade é marcada pela chegada ao concelho escolhido de uma excursão de sócios/amigos, oriunda da sede da associação, em Lisboa. Por vezes, o dia começa com a receção no edifício Paços do Concelho local, onde são dadas as boas vindas aos convidados. Para além do almoço e lanche convívio (pré-pandemia), organizam-se visitas a locais marcados por património de relevo, como é o caso de capelas, igrejas, parques de merendas, praias fluviais, aldeias de xisto, entre outros.

Por outro lado, ao mesmo tempo que se visitam os lugares definidos, a CCS solicita, normalmente junto das autarquias, um recurso humano/monitor, que, de alguma forma, desempenha a função de guia turístico nessas visitas, acaba mesmo por ser responsável pelas explicações e eventual esclarecimento de dúvidas em relação aos locais visitados. Desta forma, proporciona-se uma importante dinâmica, interação, troca de ideias e opiniões entre os sócios, os visitantes, os próprios habitantes locais e a comunicação social.

5.7. Organização de encontros de Associações

O encontro e promoção de iniciativas entre associações é uma maneira privilegiada de partilha de experiências associativas, que se torna enriquecedora para ambas as partes. No caso concreto da CCS, podemos encontrar este inter-associativismo quer em Lisboa, sede da coletividade, quer no território adjacente aos concelhos abrangidos.

Em Lisboa, podemos salientar o caso das associações ACRL – Associação das Casas Regionais de Lisboa e a ACCL - Associação das Coletividades do Concelho de Lisboa.

Por outro lado, inúmeras associações enquadradas nos concelhos vizinhos mantêm boas relações com a CCS. Podemos enumerar, entre outros, os seguintes exemplos: Casas da Comarca de Arganil, do Concelho de Alvaiázere, do Concelho de Castanheira de Pêra, do Concelho da Covilhã, do Concelho de Pampilhosa da Serra, do Concelho de Penacova, do Concelho de Tondela, dos Tabuenses, Regional de Ferreira do Zêzere e Liga dos Amigos do Concelho de Valença.

Estamos em presença de excelentes oportunidades para os associados de determinadas coletividades conhecerem os territórios de outras coletividades semelhantes, no fundo, pode-se dizer que são quase como que turistas que partem à descoberta desses outros territórios.

5.8. Comemoração de datas significativas

Neste âmbito, por um lado, na perspetiva do território abrangido, incluem-se os aniversários de sócios coletivos, o Dia do Município e o Dia da Freguesia. Por outro lado, numa perspetiva mais abrangente, também são assinadas datas relevantes do ponto de vista das atividades da coletividade, tais como: Dia Mundial da Música, Dia Mundial do Livro e do Direito de Autor, Dia Mundial do Teatro (por ex: homenagem à grande

senhora do teatro, Margarida Carpinteiro, associada da CCS com raízes familiares em Cardigos, concelho de Mação), Dia Mundial da Dança, Dia Mundial da Criança, Dia Mundial do Turismo, Dia Internacional dos Monumentos e Sítios. No contexto deste último exemplo, podemos destacar a notícia de 2017:

“No dia 20 de abril, pelas 19 horas, o Salão Nobre da Casa da Comarca da Sertã recebeu a palestra “É Ouro!!! Ouro sobre Azul! - A Talha Dourada em Portugal e nos concelhos da região da Comarca da Sertã. Organizada no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, teve por oradora a Doutora Paula Figueiredo, doutorada em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Técnica Superior no SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.” (Casa da Comarca da Sertã, 04/2017).

5.9. Apoio a atividades de Campismo e Montanhismo

A CCS dispõe de uma secção de campismo e montanhismo, criada em 2015, com os olhos postos na dinamização do caravanismo e do campismo na zona centro do país, mais uma prova que a CCS se encontra em permanente evolução. Esta iniciativa procura agregar num mesmo espaço um conjunto de pessoas oriundas dos mais variados pontos do país. Normalmente, no âmbito do encontro de campistas/caravanistas, são selecionadas as praias fluviais mais adequadas do ponto de vista dos acessos/estadia, ou que evidenciam a melhor qualidade das águas.

O primeiro evento desta natureza realizou-se em 2015, tendo contado com grande sucesso junto dos entusiastas, pelo que se decidiu continuar com a iniciativa nos anos posteriores. Neste âmbito, em 2019, realizou-se já o 5º encontro de campismo nas praias fluviais do pinhal, sendo escolhida para o evento a praia fluvial do Trízio, localizada na freguesia de Cernache do Bonjardim (concelho da Sertã). O evento foi noticiado da seguinte forma:

“A Praia Fluvial do Trízio, no concelho da Sertã, recebeu o 5º Encontro de Campismo nas Praias Fluviais do Pinhal, entre 19 e 21 de Julho. Destinada principalmente a campistas em tenda, a iniciativa teve por principal objectivo dar a conhecer a Praia Fluvial do Trízio, localizada na freguesia na União de Freguesias de Nesperal, Palhais e Cernache do Bonjardim, tendo reunido mais de quatro dezenas de participantes. No sábado ao final da tarde realizou-se um lanche-ajantarado no recinto do Festival de Gastronomia do Maranhão, no qual marcou presença o Presidente da Direcção da Casa da Comarca da Sertã, bem como Pedro Fernandes, da Direcção da Liga Regional “Os Unidos da Freguesia de Álvaro”. Organizada pela Secção de Campismo e Montanhismo da Casa da Comarca da Sertã, coordenada pelo sócio João Valente, a presente

edição contou com o apoio da Câmara Municipal da Sertã e da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.” (Casa da Comarca da Sertã, 07/2019).

5.10. Gestão e divulgação da informação

Sempre que a CCS participa num determinado evento, procede-se à redação de uma notícia, na qual se procura descrever o teor do acontecimento, a sua importância no contexto local e regional e se realçam as figuras e instituições de destaque presentes. Essas notícias, posteriormente disponibilizadas *on-line*, podem ser consultadas na página da instituição. Deixa-se aqui um exemplo de notícia publicada no portal da CCS aquando do encerramento do Festival do Maranho da Sertã, em 2019:

“Foi hoje inaugurada a 9ª edição do Festival de Gastronomia do Maranho, iniciativa organizada pela Câmara Municipal da Sertã e que conta com a participação das Juntas de Freguesia do concelho, bem como de diversas associações que desenvolvem a sua acção em prol do município, nomeadamente a Casa da Comarca da Sertã. Inaugurada pelo Presidente do Município da Sertã, José Farinha Nunes, e pela Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Dra. Maria do Céu Albuquerque, na presença, nomeadamente, dos Presidentes das Câmaras Municipais de Proença-a-Nova e de Vila de Rei, bem como do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oleiros, a presente edição deste festival de gastronomia vai decorrer até dia 21 de Julho na Alameda da Carvalha. Visite o nosso expositor, no qual disponibilizamos gratuitamente diversos materiais promocionais dos concelhos de Oleiros, Proença-a-Nova, Sertã e Vila de Rei, bem como das freguesias de Amêndoa e Cardigos do concelho Maçã.” (Casa da Comarca da Sertã, 07/2019).

Para termos noção do número de eventos em que a instituição participou, ou impulsionou, no período 2008-2018, foi construída a Tabela apresentada de seguida (vd. Tabela 1). Para a sua elaboração procedeu-se à contagem das notícias a partir do livro “Retrospectiva 2008-2018 - Notícias da Casa da Comarca da Sertã”, edição da CCS, em 2019, no qual o autor deste artigo foi um dos coordenadores. Nesse livro reúnem-se, em formato físico, as notícias das atividades da coletividade. Para este período de 10 anos foi possível encontrámos um total de 956 notícias, valor bem demonstrativo da dinâmica da associação.

Ano	Número de notícias publicadas
2008	26
2009	50
2010	66
2011	66
2012	100

2013	107
2014	118
2015	104
2016	110
2017	107
2018	102
Total	956

Tabela 1. Número e iniciativas por ano.
Fonte: Elaboração própria (2022).

Noutra perspetiva, devemos referir que a conservação de um arquivo de documentação é também fundamental para o futuro de um território. Marilena Paes (1997) refere-se ao arquivo da seguinte forma:

“É a acumulação ordenada dos documentos, em sua maioria, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro.” (Paes, 1997: 16).

A CCS, ciente da importância dos conteúdos documentais, procura aumentar e preservar registos, livros, documentos, panfletos, brochuras, fotografias antigas, cartazes publicitários, entre outros, de forma a criar memória futura. Mais tarde, sempre que se torne necessário desenvolver eventuais estudos sobre a região, esses podem ser sustentados em informação que, entretanto, foi devidamente recolhida e guardada pela CCS ao longo do tempo.

O caso concreto do arquivo fotográfico permite conhecer melhor o passado do território. A facilidade com que atualmente se capturam fotos de lugares, espaços, culturas, gentes e eventos realizados nesses espaços geográficos, constitui uma enorme vantagem na criação de arquivos para memória futura. Pode-se dizer que nunca o mundo foi tão registado e fotografado como acontece na atualidade.

Câmaras fotográficas digitais, *drones* e *smartphones* são os principais meios a que a CCS recorre para proceder à captura de imagens, com o objetivo de enriquecer o seu arquivo. Procura também preservar e digitalizar fotos antigas, muitas delas a preto e branco, que se evidenciam como preciosas marcas do passado de cada lugar.

Por outro lado, a CCS tem sempre vindo a assumir uma postura de adaptação e crescimento no ciberespaço. A página web da instituição,

<https://www.casacomarcaserta.org/>, representa como que uma montra de divulgação da instituição, e dos seus territórios, de forma atualizada. Trata-se de uma página dinâmica, bem organizada, de fácil navegação e com informação relevante e completa. Na página principal podem ser encontrados os seguintes campos/links: “A Casa” – corpos sociais, novos associados, estatutos, localização; “Notícias” – variadas e atualizadas; “Agulha de Pinho” – versão digital da publicação trimestral da coletividade; “Entidades Externas” – links para Municípios, imprensa, entidades diversas; “Contacte-nos” - com informação e formulário para obtenção de informação adicional.

Ainda neste contexto, e consciente da importância que as redes sociais representam na vida da associação, e do próprio território, com uma expressiva divulgação de eventos em tempo real e de uma forma globalizada, dispõe de páginas em várias redes sociais. Nigel Jackson (2013) é perentório em referir que a internet constitui um importante canal na comunicação e na promoção de eventos. As fotos e vídeos partilhados entre amigos e familiares constituem importantes formas de valorização de conteúdos associados aos territórios. Entre as redes privilegiadas pela CCS para a publicação de conteúdos destacamos as seguintes: Facebook, Youtube e Instagram.

Durante o período de pandemia, impossibilitada de desenvolver os habituais eventos, a CCS soube aproveitar bem o contexto das novas tecnologias para dinamizar o território. Podemos salientar o exemplo da comemoração do Dia do Livro, em 2021, através de uma transmissão direta, numa clara interação com o público, com a duração de cerca de 40 minutos via Facebook. Nessa rede social, a propósito do evento, podia ler-se:

“Acompanhe-nos nesta iniciativa em que temos o privilégio de ver e ouvir Isabel Olivença no âmbito da comemoração do Dia Mundial do Livro!” (Facebook CCS 23/04/2021).

5.11. Aposta na Gastronomia

A gastronomia presente nos territórios de atuação da CCS é muito diversificada. A representação dos sabores de diversas regiões do país é um fator de atratividade.

Tem sido comum, nas diversas feiras em que a CCS marca presença, promover-se junto ao stand, em parceria com a hotelaria local, uma degustação de sabores locais e regionais. Na Feira de Maranhão da Sertã, a CCS promove a degustação do cabrito

estonado, típico do concelho de Oleiros. Por sua vez, na Feira do Pinhal de Oleiros, realiza-se uma apresentação e degustação do maranho da Sertã. Desta forma, os interessados acabam por experienciar novos sabores. Esta iniciativa, possibilita a criação como que de uma teia, uma rede de promoção da apelativa gastronomia junto de quem os visita.

Neste contexto, também se consegue uma dinâmica de divulgação para fora daquele território, isto é, para outras regiões do país, e até do mundo. O “passa a palavra” entre as pessoas, inclusivamente apoiadas nas redes sociais, acabam por desenvolver um importante trabalho neste sentido.

Ainda neste âmbito, devemos salientar que, anualmente, é promovida pela CCS uma venda de Natal, realizada na sede da coletividade, em Lisboa, que, muitas vezes, conta com produtos gastronómicos da região, constituindo-se desta forma mais um canal de divulgação das iguarias gastronómicas locais, desta vez em Lisboa. Ficam acessíveis a um leque de visitantes que, eventualmente, podem nunca terem tido a oportunidade de degustar essa gastronomia. Sobre a venda de Natal de 2017, vejamos seguinte notícia exemplificativa:

“...os visitantes tiveram oportunidade de comprar lembranças a preços convidativos, entre livros e produtos gastronómicos, nomeadamente os maranhos e bucho, para além da doçaria regional, nomeadamente filhós de cova da Sertã, queijo e chouriços, bem como licor de marmelo e aguardente de medronho oriundos de Oleiros, e licor de medronho e aguardente de medronho oriundos da Sertã.” (Casa da Comarca da Sertã, 12/2017).

De seguida apresentam-se algumas fotos alusivas a eventos que contaram com a participação da CCS (Fotos 1,2,3).



Foto 1. Aspeto do stand da CCS no âmbito do Festival do Maranhão Sertão (2015).
Fonte: Arquivo do autor



Foto 2. Algumas das obras e folhetos habitualmente divulgados pela CCS no âmbito das feiras.
Fonte: Arquivo do autor.



Foto 3. Visita ao Seminário das Missões (Cernache do Bonjardim), no âmbito do aniversário da CCS (2016). Fonte: Arquivo do autor.

Após o estudo detalhado das iniciativas da CCS, desenvolvido ao longo deste capítulo, estamos agora em condições de elaborar um Quadro resumo. Indicam-se os grandes impactos que, a nosso ver, acabam por trazer significativas mais-valias para o território representado. (Quadro 2). Os eventos da CCS potenciam o turismo no geral, que, de alguma forma se pode sentir mais atraído a visitar estes concelhos em particular, bem como, eventualmente, em geral, a zona centro de Portugal, com o intuito de desfrutar de toda uma variedade de ofertas.

Impactos da CASA DA COMARCA DA SERTÃ no território
Potencia-se o turismo em geral levando os turistas/visitantes a interagir com a população e com os lugares da região
Aumenta-se o conhecimento sobre novos lugares e patrimónios em contexto rural (turismo rural)
Desenvolvem-se novos lugares de afetos (turismo emocional)
Promove-se uma sensação de interesse/vontade em conhecer/recolher mais informação sobre monumentos, história, genealogia, etc. (turismo científico, patrimonial, de montanha, genealógico e até mesmo de negócios)
Combate-se a desertificação humana típica da região
Desenvolvem-se algumas formas de territorialização e re-territorialização
Acréscimo da dinamização geral de diversas atividades: montanhismo, campismo, artesanato

As provas de produtos locais dinamizam a divulgação da gastronomia (maranho da Sertã, cabrito estonado em Oleiros,...)
Melhorias na cultura local: ranchos folclóricos, encontro de associações
Acrescida divulgação de povos, tradições e culturas
Motiva-se a produção científica local e sobre o território
Fomenta-se um turismo genuíno, criativo, de interação e ligação a lugares (eventualmente, com interesse em regressar para novas visitas)

Quadro 2. Lista de impactos da Casa da Comarca da Sertã no território.

Fonte: Elaboração própria (2022).

Podemos também construir uma análise SWOT, que pode mesmo assumir-se como um contributo para eventuais melhorias na atuação da CCS. Sendo assim, esquematizam-se a nível interno, as forças e as fraquezas, e a nível externo, as ameaças e as oportunidades, (Quadro 3).

I N T E R N A S	Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> • A antiguidade da instituição é uma inegável “marca” de notoriedade presente nas gentes e instituições do seu território • Elevado e variado número de iniciativas que promove (antes e durante a pandemia) • Dinâmica do <i>web site</i> e das redes sociais em permanente atualização • Evolução permanente com novas ideias para desenvolver iniciativas empreendedoras com valorização territorial • Criação de novas valências/secções, como é o caso da secção de “Caravanismo e Montanhismo” • Os recursos humanos dos principais cargos de Direção são dotados de criatividade e capazes de gerar novas ideias e enfrentar novos desafios 	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia financeira dependente dos municípios do concelho e das quotas/donativos dos sócios
E X T E R N A S	Ameaças	Oportunidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população que assola toda a região e estes territórios em particular • Diminuição do número de sócios por abandono, desistência, falecimento, etc. • Desertificação típica do território com aldeias e espaços quase sem habitantes • Prolongamento da pandemia com novos confinamentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo pós-Covide (mais dinâmica em zonas de baixa densidade populacional) • Inteligência de território (criação de app) • Fusão de associações como forma de aumento do território adjacente • Continuação da promoção da territorialização e reterritorialização • Turismo genealógico (descendentes dos associados)

	<ul style="list-style-type: none"> • Incêndios que acabam por destruir património histórico e turístico como é o caso de passadiços e aldeais históricas. 	
--	--	--

Quadro 3. Análise SWOT. Fonte: Elaboração própria (2022).

6. Considerações finais

Este artigo teve como objetivo avaliar o contributo da coletividade Casa da Comarca da Sertã no território que representa, mais concretamente nos concelhos de Oleiros, Sertã, Vila de Rei, Proença-a-Nova e das freguesias de Cardigos e Amêndoa do concelho de Mação.

A CCS, em prol dos sócios, pelo exposto, e à semelhança da maioria associações/casas regionais, tenta promover a cultura, a história e as tradições dos concelhos da sua área territorial e subsiste à custa as quotas dos seus associados.

Podemos concluir que a CCS tem contribuído ao longo dos anos de forma muito significativa para a divulgação e dinamização dos territórios que representa, evidenciando-se uma preocupação constante com as suas gentes, tradições e culturas. De uma forma geral, todas as associações/casas regionais congêneres procuram desenvolver iniciativas em prol dos seus associados, como aquelas que temos visto ao longo deste trabalho. Paralelamente, consegue-se uma divulgação dos territórios abrangidos. Por outro lado, pode-se também dizer que as iniciativas conjuntas com outras associações, como vimos no ponto 5.7, constituem um meio de privilegiado de geração de mais-valias para associados e territórios.

No decurso deste trabalho, foi possível constatar, a partir dos textos e notícias publicados, quer da própria coletividade, quer da imprensa local e regional, que o papel da CCS junto dos concelhos que representa tem sido determinante, e traduz-se numa importante dinamização a nível local, regional e até mesmo nacional.

As infindáveis e variadas iniciativas em que participa ou promove, são a prova desse contributo: integração em feiras, fomento de autores/artistas, criação de exposições temáticas, promoção pontual das aldeias de xisto, homenagem a individualidades relevantes, promoção de excursões e visitas a património de relevo, criação do grupo de vozes femininas e da seção de campismo e montanhismo, redação de notícias e edição

de livros, preservação de arquivos sobre o território, promoção de eventos de gastronomia, presença em redes sociais, iniciativas desenvolvidas à distância em tempo de confinamento, entre outras.

Estas iniciativas, vocacionadas para os seus associados, contribuem para uma divulgação regional, e até nacional, bem como fomentam um turismo de cariz cada vez mais criativo.

Em termos de estratégia futura de atuação, pode dizer-se que a CCS procura incentivar a ligação às origens dos descendentes de sócios com origens/raízes nos concelhos que representa, fomentando mesmo o denominado turismo genealógico, levando-os a conhecer e usufruir do potencial destas regiões.

A fusão com outras associações e a criação de uma app para disponibilizar informações aos sócios, são também oportunidades que podem ser consideradas, como vimos no Quadro 3.

Espera-se que com este trabalho se tenha contribuído para um maior conhecimento do contexto associativo e se compreenda o inquestionável papel que desempenha, especialmente no seio dos territórios de baixa densidade populacional. A Casa da Comarca da Sertã em concreto, é, como vimos, um claro exemplo de dinamismo e preocupação com a divulgação territorial, o que se prolongou mesmo durante o período de confinamento.

Finalmente, consideramos que a elaboração de um questionário aos sócios da coletividade, por forma a aferir o que opinam em relação aos eventos organizados pela coletividade, ao seu contributo no território, bem como identificar eventuais sugestões para criar novas iniciativas territoriais/patrimoniais, pode constituir um interessante trabalho futuro a ser levado em consideração.

Notas:

(1) www:<URL: <https://www.facebook.com/casadacomarcadaserta>>.

(2) www:<URL: <https://www.youtube.com/@casadacomarcadaserta9677>>.

(3) www:<URL: <https://www.instagram.com/casadacomarcadaserta/>>.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Andreia Carina Sousa de (2015). *Associativismo e participação: o caso da Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira*. Dissertação de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local. Acessível na Escola Superior de Educação de Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.

CASA DA COMARCA DA SERTÃ (2018). *Retrospectiva 2008-2018 – Notícias da Casa da Comarca da Sertã*. Lisboa: Casa da Comarca da Sertã.

COMISSÃO EUROPEIA (1997). *Comunicação da Comissão sobre a Promoção do papel das associações e das fundações na Europa*. Bruxelas: DG XXIII.

JACKSON, Nigel (2013.) *Promoting and marketing events: Theory and practice*. EUA: Routledge.

MACCANNELL, Dean (2013). *The tourist: A new theory of the leisure class*. Univ of California Press, 2013.

NOVO, Ana Raquel Ferreira (2020). *O conceito de experiência turística no desenvolvimento turístico de Cascais*. Dissertação de Mestrado em Turismo. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril.

PAES, Marilena Leite (1997). *Arquivo: teoria e prática*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

RICHARDS, Greg; WILSON, Julie (2007). *Tourism, creativity and development* (Vol. 10). London: Routledge.

SHARPLEY, Richard (1994). *Tourism, Tourists & Society*. Huntingdon: ELM Publications.

SHARPLEY, Richard (2018). *Tourism, tourists and society*. 5ª ed., Londres: Routledge.

SEBASTIÃO, Sónia Pedro (2009). *Comunicação estratégica: As relações públicas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SILVA, Décio Nelson Correia (2019). *A relevância das quintas da Madeira como oferta diferenciada do destino*. Dissertação de Mestrado em Gestão Hoteleira. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril.

SILVA, Maura Lina Gonçalves da (2009). *Aldeias de Xisto. Construção das Imagens do Turismo – Caso de Estudo: Gondramaz*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade de Coimbra, Coimbra

SILVA, Pedro Mendonça (2014). *Feiras e Exposições - Instrumento de Competitividade Internacional*. Lisboa: Chiado Editora.

UNESCO (2006). *Towards Sustainable Strategies for Creative Tourism: Discussion Report of the Planning Meeting for 2008 International Conference on Creative Tourism*. New México, USA.

VIEIRA, Noel Rodrigues Guia (2014). *O Associativismo Como Motor do Desenvolvimento Local Uma Síntese Metodológica para a Fomentação da Cidadania*. Trabalho de Projeto para obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política. Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã.

Documentos eletrónicos

AGULHA DE PINHO nº 87 - Casa da Comarca da Sertã. 75 Anos em Acção. [em linha]. 1º trimestre/2021. [Consult. 17 jan. 2022]. Disponível na [www:<URL:https://d6scj24zvfbbo.cloudfront.net/60c8ce7b50c864986f340ff1390a3e9f/200000570-45eeb45eec/Agulha de Pinho 1t 2021-87.pdf>](http://www.<URL:https://d6scj24zvfbbo.cloudfront.net/60c8ce7b50c864986f340ff1390a3e9f/200000570-45eeb45eec/Agulha_de_Pinho_1t_2021-87.pdf>).

BEIRA BAIXA TV FACEBOOK - Feira de Enchidos, Queijo e Mel, [em linha]. 08/2017. [consultado a 07/02/2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.facebook.com/beirabaixatv/posts/1775656979130914>](https://www.facebook.com/beirabaixatv/posts/1775656979130914).

BRANSKI Regina Meyer et al. - Metodologia de estudo de casos aplicada à logística. In XXIV ANPET Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte [em linha]. 2010. [Consult. 10 Jun. 2022]. p 2023-10). Disponível na [www:< URL: https://www.researchgate.net/profile/Orlando-Lima-Jr/publication/267386588 METODOLOGIA DE ESTUDO DE CASOS APLICADA A LOGISTICA/links/54b79e0b0cf2e68eb2803188/METODOLOGIA-DE-ESTUDO-DE-CASOS-APLICADA-A-LOGISTICA.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Orlando-Lima-Jr/publication/267386588_METODOLOGIA_DE_ESTUDO_DE_CASOS_APLICADA_A_LOGISTICA/links/54b79e0b0cf2e68eb2803188/METODOLOGIA-DE-ESTUDO-DE-CASOS-APLICADA-A-LOGISTICA.pdf)

CASA DA COMARCA DA SERTÃ - Estatutos. [em linha]. 2001. [Consult. 10 Jan. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.casacomarcaserta.org/estatutos/>](https://www.casacomarcaserta.org/estatutos/).

CASA DA COMARCA DA SERTÃ - Inauguração da exposição de pintura “Recomeço”. [em linha]. 10/2016. [Consult. 06 Fev. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.casacomarcaserta.org/news/inauguracao-da-exposicao-de-pintura-recomeco/>](https://www.casacomarcaserta.org/news/inauguracao-da-exposicao-de-pintura-recomeco/).

CASA DA COMARCA DA SERTÃ - Dia Internacional dos Monumentos e Sítios 2017. [em linha]. 04/2017. [Consult. 10 Jan. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.casacomarcaserta.org/news/dia-internacional-dos-monumentos-e-sitios-2017/>](https://www.casacomarcaserta.org/news/dia-internacional-dos-monumentos-e-sitios-2017/).

CASA DA COMARCA DA SERTÃ - Venda de natal 2017. [em linha]. 12/2017. [Consult. 07 Jan. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.casacomarcaserta.org/news/venda-de-natal-2017/>](https://www.casacomarcaserta.org/news/venda-de-natal-2017/).

CASA DA COMARCA DA SERTÃ - 5º Encontro de Campismo nas praias fluviais do Pinhal. [em linha]. 07/2019. [Consult. 09 Fev. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.casacomarcaserta.org/news/a5%c2%ba-encontro-de-campismo-nas-praias-fluviais-do-pinhal/>](https://www.casacomarcaserta.org/news/a5%c2%ba-encontro-de-campismo-nas-praias-fluviais-do-pinhal/).

CASA DA COMARCA DA SERTÃ - Inauguração do 9º Festival do Maranhão 2019. [em linha]. 07/2019. [Consult. 08 Fev 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.casacomarcaserta.org/news/inauguracao-do-festival-de-gastronomia-do-maranhao-2019/>](https://www.casacomarcaserta.org/news/inauguracao-do-festival-de-gastronomia-do-maranhao-2019/).

CASA DA COMARCA DA SERTÃ FACEBOOK - Comemoração do Dia Mundial do Livro [em linha]. 04/2021. [Consult. 06 Fev. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.facebook.com/casadacomarcadaserta/videos/740488956600566>](https://www.facebook.com/casadacomarcadaserta/videos/740488956600566).

CUNHA, Licínio - Autenticidade e Inovação: factores de renovação dos destinos turísticos maduros. COGITUR - Journal of Tourism Studies [em linha]. 4(2011), p.7-28. [Consult. 04 de Mai. 2023]. Disponível na [www:<URL: https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/1890/1/2690-9251-1-PB.pdf>](https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/1890/1/2690-9251-1-PB.pdf).

Decreto-Lei 128/2001. D.R. Série I-A, nº 90 (17-04-2001), p. 2226 – 2229. [em linha] [Consult. 26 Jan. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/128-2001-164214>](https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/128-2001-164214).

DGT - Direção Geral do Território. CAOP - Carta Administrativa Oficial de Portugal [em linha]. [Consult. 02 Fev. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop](https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop)

FERNANDES, António Teixeira - Poder autárquico e poderes difusos. *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras Univ. Porto* [em linha]. 3(1993), p. 7-33. [Consult. 16 de Jun. 2022]. Disponível na [www: <URL:https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8458/2/1307.pdf>](https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8458/2/1307.pdf).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA - Censos 2021. [em linha]. 2021. [Consult. 27 Jan. 2022]. Disponível na [www:<URL:https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE>](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE).

MARUJO, Noémi - Eventos culturais e autenticidade. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales* [em linha]. 12/2018, p.1-7. [Consult. 04 de Mai. 2023]. Disponível na [www:<URL: https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/12/eventos-culturais-autenticidade.html>](https://www.eumed.net/rev/cccss/2018/12/eventos-culturais-autenticidade.html).ISSN: 1988-7833.

MARUJO, Noémi, SERRA, Jaime., & ROSÁRIO BORGES, Maria do - Turismo e autenticidade em cidades património mundial: o grau de satisfação do turista cultural na cidade de Évora (Portugal). *TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible*. [em linha]. v9, 21(2016), [Consult. 04 de Mai. 2023]. Disponível na [www:<URL: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7955421>](https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7955421). ISSN-e 1988-5261.

MEIRINHOS, Manuel & OSÓRIO, António - O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EduSer* [em linha]. v2, 2(2010), p. 49-65. [Consult. 16 de Abr. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24>](https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24). ISSN 1645-4774.

MUNICÍPIO DA SERTÃ WEBSITE. [em linha]. Sertã. [Consult. 27 Jan. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://cm-serta.pt/>](https://cm-serta.pt/).

MUNICÍPIO DE MAÇÃO WEBSITE. [em linha]. Mação. [Consult. 12 Jan. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.camara-municipal.pt/municipio-macao.html>](https://www.camara-municipal.pt/municipio-macao.html).

MUNICÍPIO DE OLEIROS WEBSITE. [em linha]. Oleiros. [Consult. 30 Jan. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.cm-oleiros.pt/>](https://www.cm-oleiros.pt/).

MUNICÍPIO DE PROENÇA-A-NOVA WEBSITE. [em linha]. Proença-a-Nova. [Consult. 11 Fev. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.cm-proencanova.pt/>](https://www.cm-proencanova.pt/).

MUNICÍPIO DE VIA DE REI WEBSITE. [em linha]. Vila de Rei. [Consult. 09 Fev. 2022]. Disponível na [www:<URL: https://www.camara-municipal.pt/municipio-vila-de-rei.html>](https://www.camara-municipal.pt/municipio-vila-de-rei.html).

TURISMO DE PORTUGAL - Estratégia Turismo 2027-Liderar o Turismo do Futuro. [em linha]. 2017. [Consult. 02 Mai. 2023]. Disponível na [www:<URL: https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>](https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf).

POLÍTICAS EDUCATIVAS ORIGINARAM MUDANÇAS PATRIMONIAIS INTRAINSTITUCIONAIS: O CASO DA UNIVERSIDADE DO NAMIBE

EDUCATIONAL POLICIES ORIGINATED INTRAINSTITUTIONAL HERITAGE CHANGES: THE NAMIBE UNIVERSITY CASE

Teresa Almeida Patatas

Universidade do Namibe, Moçâmedes, Angola

Professora Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades.

Diretora da Biblioteca Central, na Reitoria Universitária.

Investigadora Associada do Centro de Estudos Interdisciplinar de Educação e Desenvolvimento

(CeIED), Lisboa, Portugal.

teresapatatas.angola@gmail.com

Resumo

As alterações das políticas educativas em Angola, em 2020, potenciaram mudanças estruturais, sobretudo relativas ao património intrainstitucional. Nesse ano, ocorreu uma reorganização na rede de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Pelo Decreto Presidencial nº 235/20 de 29 de outubro surge a Universidade do Namibe (UNINBE), da fusão de três IPES locais. A implementação da universidade envolveu mudanças, incluindo no património. Este é um estudo de caso. Neste contexto colocou-se a questão: como adaptar o património bibliotecário institucional às mudanças necessárias na UNINBE nessa área? Esta pesquisa tem como objetivo mostrar que a alteração institucional, imposta pela política educativa, implicou mudanças patrimoniais bibliotecárias intrainstitucionais, de modo a prover adaptações e melhorias face à nova realidade. Para a sua concretização fez-se uma pesquisa bibliográfica e também uma pesquisa documental em documentos institucionais ligados às bibliotecas. Para complementar os dados, aplicou-se um questionário aos estudantes universitários em julho de 2021, a uma

amostra aleatória de 150 indivíduos, com o propósito de conhecer a perspetiva estudantil sobre aspetos bibliotecários, com vista à melhoria dos mesmos. Os resultados foram ponderados nas medidas posteriores para o aumento qualitativo bibliotecário. A busca da qualidade bibliotecária é um processo inacabado e um desafio da UNINBE, visando o aumento da satisfação dos seus usuários.

Palavras-chave: Património bibliotecário, Biblioteca universitária, Estudantes universitários, Mudança, Angola.

Abstract

In 2020, alterations in educational policies in Angola led to structural changes, particularly of intra-institutional assets. That year, there was a reorganization in the network of Public Institutions of Higher Education (IPES). By the Presidential Decree No. 235/20 of October 29, the University of Namibe (UNINBE) was founded from the merge of three local IPES. The implementation of the university involved changes, including in heritage/ assets. This is a case study. In this context, the question was: how to adapt the institutional library heritage to the necessary changes in UNINBE in this area? This research aims to show that institutional change, imposed by the educational policy, it implied changes in intra-institutional library resources, in order to provide adaptations and improvements in the face of the new reality. For its implementation, a bibliographical research was carried out and also a documentary research in institutional documents linked to libraries. To complement the data, a questionnaire was applied to university students in July 2021, to a random sample of 150 individuals, with the purpose of knowing the student perspective on librarian aspects, with a view to improving them. The results were weighted in the subsequent measures for the qualitative increase librarian. The search for library quality is an unfinished process and a challenge of UNINBE, aiming at increasing the satisfaction of its users.

Keywords: Library Heritage, University Library, University Students, Change, Angola.

1. Introdução

A mudança intencional está presente em todas as atividades organizacionais que visam o seu desenvolvimento. Falando na contemporaneidade do mundo “instável e dinâmico, a mudança torna-se a única certeza nas organizações” (Borges & Marques, 2011: 98).

As políticas educativas aparecem após detetar-se uma necessidade de mudança no setor da educação. O ensino superior em Angola pretende que seja assegurada a

“formação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados, necessários ao desenvolvimento da economia, inovação e conhecimento” (Governo de Angola, 2018: 74). Ora, para que esse alvo seja alcançado, às vezes, há necessidade de mudança no ensino superior, como aconteceu em 2020, quando se impôs uma reorganização na rede de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES).

Esta reorganização assentou “no redimensionamento das instituições existentes, na fusão de algumas instituições e na criação de novas instituições públicas de ensino superior” (Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação [MESCTI], 2020: 1). Nesse âmbito organizacional, pelo Decreto Presidencial nº 235/20 de 29 de outubro, surge a Universidade do Namibe (Uninbe), que é resultante da fusão das três IPES locais (1).

Salienta-se aqui que o Namibe é uma das 18 províncias de Angola e localiza-se no litoral sul do país, a Uninbe está sediada em Moçâmedes, capital da província. Duas das faculdades localizam-se no campus, onde se encontra também a Reitoria, e as outras duas ficam mais distantes, cada uma inserida nas centralidades habitacionais, novas infraestruturas urbanas (inauguradas em 2018), construídas visando uma redistribuição populacional.

Segundo Timothy Galpin (2000) a mudança é algo difícil e como afirmam Silva e Vergana (2003: 17) é “um fenómeno de múltiplas faces”. Neste contexto colocou-se a questão: como adaptar o património bibliotecário institucional às mudanças necessárias na Uninbe nessa área? Esta pesquisa tem como objetivo mostrar que a alteração institucional, imposta pela política educativa, implicou mudanças patrimoniais bibliotecárias intrainstitucionais, de modo a prover adaptações e melhorias face à nova realidade.

Trata-se de um estudo de caso. Os estudos de caso têm sido usados metodologicamente no âmbito bibliotecário, como por exemplo por André Freitas et al., no Brasil, em 2008, o qual pretendeu identificar os itens mais críticos nos serviços prestados pela biblioteca de uma universidade (do Centro de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense).

Para o presente estudo realizou-se uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental. Na pesquisa bibliográfica verificou-se que ultimamente os pesquisadores

têm procurado analisar o valor dos serviços em bibliotecas segundo as expectativas, percepções e necessidades dos seus usuários (Freitas et al., 2008).

Tendo isso em mente, procurou-se também envolver no presente estudo os principais usuários, que no contexto da Uninbe são os estudantes. Concludentemente aplicou-se um questionário, em julho de 2021, a uma amostra aleatória de 150 indivíduos (50 estudantes de cada uma das três faculdades que na altura já tinha uma biblioteca) com o propósito de conhecer a perspectiva ou opinião destes estudantes sobre alguns aspetos bibliotecários, visando a melhoria dos mesmos.

No âmbito da pesquisa documental, efetuou-se um estudo a documentos institucionais (da Uninbe) ligados às bibliotecas, pela necessidade de redimensionar, redistribuir e ajustar algum do património bibliográfico e documental e, também, tentar colmatar lacunas das bibliotecas existentes.

O tipo de mudança que se pretendeu, e continua-se a pretender, nas bibliotecas da Uninbe é a mudança progressista, esta “faz com que a organização avance e, com ela, também os indivíduos, sobretudo porque se percebem os resultados positivos [...] que ocorrem como consequências das mudanças.” (Silva & Vergana, 2003: 18). Busca-se uma mudança tanto na dimensão do acervo, como nas tecnologias associadas, recursos e tecnologias de informação, assim também como quaisquer outras que permitam o avanço bibliotecário da Uninbe.

Para contextualizar este estudo de caso aborda-se o papel das bibliotecas universitárias, seguidamente discutem-se os resultados da pesquisa documental e as mudanças consequentes, posteriormente mostra-se o envolvimento dos usuários nas mudanças das bibliotecas universitárias e depois apresentam-se os principais resultados da pesquisa por questionário aos usuários das bibliotecas da Uninbe e as mudanças advindas desses dados empíricos.

2. O Papel das Bibliotecas Universitárias

As bibliotecas são “espaços de preservação do património intelectual, literário, artístico e científico das sociedades e apresentam uma relação indissociável com as universidades” (Hubner & Kuhn, 2017: 51). Esta relação biblioteca - universidade é também salientada por Heloísa Prado (2000: 13) relatando que “desde os mais remotos

tempos a universidade e a biblioteca, trabalhando na mais íntima reciprocidade, têm desempenhado a importantíssima função de preservar e disseminar o conhecimento”. A biblioteca universitária é uma parte essencial da universidade, assim sendo, como “parte integrante da comunidade académica, a Biblioteca deve desempenhar um papel ativo e preponderante no apoio às componentes científica, técnica e pedagógica” (Leite, 1996: 259). Consequentemente, a biblioteca não é, nem pode ser, neutra ou passiva (Leite, 1996; Prado, 2000). Aliás, a biblioteca é “um organismo em constante desenvolvimento; deve crescer e atualizar-se” (Prado, 2000: 27).

Para Marcos Hubner e Ana Carolina Kuhn (2017: 53), as bibliotecas universitárias “exercem (...) um papel central no quotidiano da universidade. Elas são espaços repletos de vida e movimento, onde circulam pessoas em busca de informações, de aprimoramento do conhecimento e de ampliação da cultura”. Fazendo parte da universidade, e estando integradas na comunidade académica, as bibliotecas universitárias são também afetadas pelas mudanças que passam as instituições a que pertencem e para isso precisam estar disponíveis para a mais correta adaptação face aos recursos ao seu dispor.

Sobre o propósito da biblioteca universitária, segundo Leite (1996: 259), esta não “tem como objetivo único fornecer a documentação necessária ao cabal conhecimento dos programas [...] na universidade”. De acordo com Prado (2000: 14), o objetivo geral da biblioteca universitária é “facilitar o acesso e o uso das fontes de informações, que representam a base do ensino e da pesquisa”. Aliás, para Hubner e Kuhn (2017: 60), a pesquisa académica “encontra na biblioteca o seu alicerce. Não há pesquisa sem consulta exaustiva às mais variadas fontes de informação as quais são disponibilizadas, na sua maioria, pelas bibliotecas”.

Neste âmbito, e segundo Mary Pela (2) (2006, apud Hubner & Kuhn, 2017: 59):

“não se pode conceber ensino/aprendizagem sem bibliotecas que, além de possibilitarem acesso à informação, têm papel relevante porquanto favorecem o desenvolvimento de potencialidades, capacitando pessoas, desenvolvendo alicerces para as mesmas formarem suas próprias ideias e tomarem suas próprias decisões”.

Em Angola, e de acordo com o Decreto Presidencial nº 256/21 de 21 de outubro, Artigo 13º, ponto 1, a Biblioteca Central de uma IESP:

Deve agrupar as funções de planeamento do processo de aquisição, preservação, enquadramento e tratamento técnico do património bibliotecário e documental, numa perspetiva de apoio ao ensino e à investigação, bem como assegurar a gestão de toda a documentação científica (2021: 8019).

As bibliotecas universitárias “estão estritamente interligadas ao nível de sucesso do cumprimento das missões e objetivos das instituições da qual fazem parte. Este sucesso depende muito da qualidade do acervo bibliográfico e documental das mesmas, que é considerado património institucional” (Patatas, 2017: 49).

3. Resultados da pesquisa documental e mudanças

A gestão da mudança “envolve a compreensão do contexto organizacional, assim como a capacidade de agir e de mobilizar recursos para promovê-la” (Borges & Marques, 2011: 97). Aplicando esse mote no presente caso, pode-se afirmar que no contexto organizacional as bibliotecas da Uninbe servem de apoio sólido aos três pilares ligados à universidade (Ensino, Investigação e Extensão universitária). Para conhecer melhor os recursos bibliotecários da Uninbe tornou-se imprescindível pesquisar sobre o acervo de cada uma das bibliotecas existentes de modo a adaptar o mesmo à nova realidade assim como as necessidades bibliotecárias (no respeitante ao acervo). Fez-se para isso uma pesquisa documental bibliotecária institucional.

Com base nos resultados realizou-se um redimensionamento, redistribuição e ajuste do património bibliográfico e documental adaptado aos vinte cursos existentes, visou-se particularmente apoiar e acompanhar o movimento dos cursos e das faculdades, com base nos recursos bibliotecários disponíveis.

A Biblioteca Central da recém-criada Uninbe aparece, neste contexto de mudança, como um necessário agente modificador da realidade herdada e de procura de uma descontinuidade imperativa, um elemento de criação ou de fragmentação inovadora e de reagrupamento adequado do elemento patrimonial bibliotecário institucional.

Viu-se a necessidade de cada uma das quatro faculdades ter a sua própria biblioteca, com o acervo bibliotecário e o acervo documental especialmente, mas não exclusivamente, direcionados para os seus cursos e seus usuários, não esquecendo a extensão universitária prevista. Consequentemente criaram-se mais duas bibliotecas, e

uma outra na Reitoria (Central), totalizando cinco, que entraram em funcionamento antes do início do ano letivo 2021/2022.

Segundo as estatísticas bibliotecárias, e apesar de se estar num mundo cada vez mais tecnológico, o livro didático em formato físico é o tipo mais procurado nas bibliotecas da Uninbe, sendo este o mediador entre o professor, o estudante e o conhecimento que se deseja alcançar; é um dos instrumentos de aprendizagem mais usados, pois, por motivos endógenos e exógenos, há poucos contatos dos usuários com outras fontes. Também há outros tipos de livros, mas menos procurados, como os de diversos temas científicos fora dos programas curriculares desta academia, os de lazer, os culturais, etc. Charles Forrest (4) (2009, apud Hubner & Kuhn, 2017: 63) afirma que “a transformação contínua do papel da biblioteca requer uma remodelagem dos seus espaços”. Neste âmbito, houve mudanças de localização de duas das bibliotecas já estabelecidas, permitindo no geral melhor acessibilidade, melhor iluminação e maior espaço, entre outros aspetos positivos observados de modo particular como a sonorização. Em todas as bibliotecas, a decoração do espaço interior e exterior procurou criar um ambiente temático (associado aos cursos visados), atrativo, distinto e cultural – para o efeito foram usados artistas locais, valorizando os talentos artísticos provinciais.

4. Os Usuários na Mudança das Bibliotecas Universitárias

Envolver as pessoas nas mudanças das organizações das quais fazem parte é cada vez mais considerado e valorizado. Para Silva e Vergana (2003: 17) “nas últimas décadas, tem-se desenvolvido um discurso crescente acerca da importância de se dedicar mais atenção às pessoas na gestão de mudanças”. Esse é um tema debatido por vários pesquisadores nessa área, por exemplo Galpin (2000: 168), que aborda o lado humano da mudança, acredita que as organizações “podem combinar com sucesso os aspetos da mudança técnicos e humanos, de modo a criar uma transformação mais eficaz e duradoura”.

Os usuários são considerados os «clientes» das bibliotecas, a razão da sua existência. Para Hubner e Kuhn (2017) são os usuários que, conforme as suas necessidades e interesses, criam os espaços de atividade na biblioteca. Reforça-se que as bibliotecas:

Constituem-se em espaços informais de aprendizagem, repletos de oportunidades para as relações entre sujeitos e entre sujeitos e objetos de estudo, que contribuem para que

os alunos e demais usuários de uma biblioteca universitária possam, através de atividades mediadas por bibliotecários, professores e colegas, passar de um estágio de conhecimento para outro (Hubner & Kuhn, 2017: 57).

A importância dos usuários na investigação bibliotecária é tão reconhecida, que Freitas et al. (2008) comentaram, como já acima referido, que os pesquisadores têm usado nas últimas décadas as expectativas, percepções e necessidades dos usuários para analisar o valor dos serviços em bibliotecas.

Hubner e Kuhn (2017) aconselham os responsáveis bibliotecários a obter conhecimento da opinião dos usuários, dando atenção às suas necessidades para melhores resultados, sendo um ato considerado por estes autores como primordial. Segundo João Leite (1996: 259), a biblioteca deve responder “de forma dinâmica às solicitações dos seus utilizadores” ou seja, os seus usuários, para tal torna-se necessário conhecê-las e um dos modos para fazê-lo é inquirindo-os.

No caso das bibliotecas da Uninbe todos podem ser usuários, mesmo que não pertençam à comunidade acadêmica, dando assim a oportunidade a qualquer pessoa ter acesso à informação por elas disponibilizada, permitindo aos munícipes uma maior variedade de fontes que localmente são escassas e por vezes muito dispendiosas.

No contexto da Uninbe os principais usuários das suas bibliotecas são os estudantes. A importância da relação entre eles e a biblioteca é-nos dada, por exemplo, por Hubner e Kuhn (2017: 52-53), que afirmam que as bibliotecas universitárias são “instituições presentes na trajetória da formação acadêmica da maioria dos estudantes do ensino superior, contribuindo para o seu crescimento pessoal e profissional e inserindo-os no universo da pesquisa”.

Uma pesquisa feita com base na percepção dos estudantes e as oportunidades de melhorias bibliotecárias e ações que poderiam contribuir para esse alvo foi realizada em 2008 por Freitas et al., como acima referido. No presente estudo também se pretendeu saber as opiniões dos estudantes sendo, como mencionado, os principais usuários das bibliotecas da Uninbe.

Para inquiri-los aplicou-se um questionário sobre alguns aspetos bibliotecários, visando a melhoria dos mesmos, em julho de 2021, a uma amostra aleatória de 150 indivíduos (50 estudantes de cada uma das 3 faculdades que tinha uma biblioteca). Embora a

dimensão da amostra seja reduzida, tendo em conta uma população na altura de cerca de 5500 estudantes (segundo a Área Académica da Uninbe), esta pode ser considerada representativa, tendo em conta o alvo do estudo e outros fatores internos.

5. Resultados da Pesquisa por Questionário e Mudanças

Os resultados dos questionários foram levados em consideração nas mudanças que já estavam a decorrer com base na pesquisa documental efetuada e suprarreferida e impulsionaram outras mudanças colocadas em prática mais tarde tendo em conta a disponibilidade dos recursos necessários para as mesmas.

Aponta-se aqui os considerados mais importantes para este estudo. Por exemplo, quando questionados sobre o grau de importância que eles atribuíam à existência de uma biblioteca nas suas faculdades, 83% responderam que era «muito importante» (Gráfico 1). Estes resultados deram um impulso à reestruturação já decorrente e à subsequente. Em resultância, como acima mencionado, as quatro faculdades têm agora uma biblioteca e há mais uma na Reitoria, a denominada “Central”, totalizando presentemente cinco bibliotecas, estrategicamente diferentes, ao dispor dos usuários. Algumas mudanças já estavam a decorrer aquando da aplicação do questionário, nessa área os estudantes consideraram a reestruturação da biblioteca em curso como «muito importante» (45%) e «importante» (44%), reforçando que o rumo da mudança era o acertado (Gráfico 2).

Sobre o objetivo do uso da biblioteca: 56% fazem para investigar/pesquisar, 34% para estudar e somente 10% tem como objetivo a leitura fora dos temas do curso. Sobre o tipo de livros 82% procuram os científicos relacionados aos seus cursos, 18% os de lazer. Estes resultados vieram confirmar os dados retirados da pesquisa nos documentos bibliotecários no mesmo âmbito, já referidos, e apoiar a deslocação dos livros seguindo os seus cursos e o redimensionamento e especificação do acervo bibliográfico em cada biblioteca. Também foram considerados na futura compra de livros, focando uma maior fatia do orçamento nos livros que visam a pesquisa dos cursos.

Gráfico 1

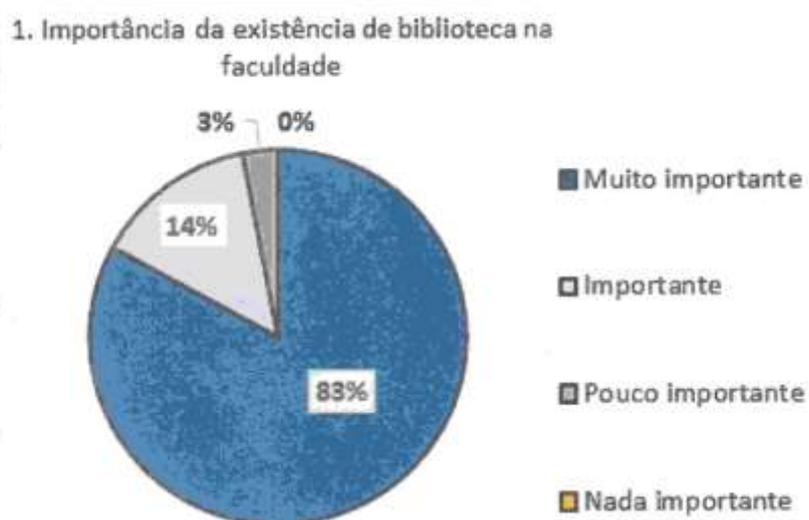


Gráfico 2



Foram feitas outras mudanças, algumas das quais com base nas seguintes sugestões estudantis retiradas das respostas ao questionário:

- ✓ Acesso à internet;
- ✓ Variedade e aumento de livros para cada curso;
- ✓ Melhoria no atendimento;
- ✓ Aquisição e instalação de equipamentos informáticos; e,
- ✓ Aumento do espaço da biblioteca.

Algumas modificações consequentes foram:

- ✓ Solicitação de acesso à Internet;
- ✓ Formação sobre atendimento aos funcionários;
- ✓ Orçamento para aquisição mensal de livros; e,
- ✓ Duas bibliotecas mudaram para espaços maiores e/ou mais acessíveis.

Outras mudanças poderão acontecer com base nos dados recolhidos, conforme os recursos futuramente disponíveis e os objetivos estipulados, pois pretende-se uma mudança progressiva nas bibliotecas com consequências positivas para os envolvidos.

Conclusões

As bibliotecas são agentes ativos nas universidades e passam por mudanças, algumas das quais como necessidade de adaptação às alterações sofridas pelas instituições das quais fazem parte, sendo que umas são impostas pelas políticas educativas, como aconteceu em 2020 com a reorganização da rede de IPES em Angola, que deu origem à Uninbe.

Consequentemente, na implementação da UNINBE, dá-se inúmeras mudanças, sendo que umas são decorrentes de outras, como por exemplo, a deslocação intrainstitucional de cursos e seus estudantes. A questão colocada, e respondida, foi de como foi adaptado o património bibliotecário institucional às mudanças necessárias na UNINBE nessa área. Esta pesquisa teve como objetivo mostrar que essa alteração institucional implicou mudanças patrimoniais bibliotecárias intrainstitucionais, de modo a prover adaptações e melhorias face à nova realidade.

A pesquisa bibliotecária serviu de base teórica para este estudo de caso. A pesquisa documental resultou na análise de recursos, a necessidade da sua mobilização, entre outras necessidades bibliotecárias, e foi a base para múltiplas mudanças patrimoniais bibliotecárias intrainstitucionais, em que grande parte do acervo acompanhou os respetivos cursos sendo inseridos nas bibliotecas existentes nas faculdades de destino, ou criando novas bibliotecas com esse acervo e propósito.

Mostrou-se a importância do envolvimento dos usuários nas mudanças das bibliotecas universitárias e depois apresentou-se os principais resultados da pesquisa por questionário aos estudantes, principais usuários das bibliotecas da Uninbe, e as mudanças ocorridas, apoiadas ou originadas por esses dados.

Reforça-se que se procura a mudança progressista para que a Uninbe avance, e, com ela, as bibliotecas e os seus usuários, de modo a aumentar, entre outras variáveis, a qualidade patrimonial bibliotecária e que a comunidade se aperceba desses resultados e as consequências advindas para todos os envolvidos e beneficiários. Nesta senda, pretende-se fazer avaliações regulares, inquirindo todos os usuários (também os professores e demais utilizadores) para uma visão mais abrangente e empiricamente produtiva.

Agradecimentos

Agradece-se pelo apoio na recolha e tratamento de dados empíricos a: Ivan Chimuco, Sílvia Silva, Amélia Tchipandeca, Leila Capoco e Gourgel Cambinda.

Notas:

(1) Escola Superior Politécnica do Namibe, Escola Superior Pedagógica do Namibe, Academia de Pescas e Ciências do Mar do Namibe.

(2) PELA, Mary Arlete Payão (2006). A biblioteca universitária, espaços formativos e inclusão: a perspectiva de graduandos com deficiência visual. Dissertação (Mestrado) – Universidade Cidade de São Paulo.

(3) FORREST, Charles (2009). Academic Libraries as Learning Spaces: library effectiveness and the user experience. *Georgia Library Quarterly*, Georgia, v. 46, n. 3, art. 4.

Referências bibliográficas

Decreto Presidencial nº 256/21 de 21 de outubro, Diário da República, Iª Série, nº 200.

Decreto Presidencial nº 285/20 de 29 de outubro, Diário da República, Iª Série, nº 173.

FREITAS, André Luís Policani; BOLSANELLO, Franz Marx Carvalho; VIANA, Nathália Ribeiro Nunes Gomes (2008). Avaliação da qualidade de serviços de uma biblioteca

universitária: um estudo de caso utilizando o modelo Servqual. *Brasília*, 37 (3), p. 88-102.

GALPIN, Timothy J. (2000). *O lado humano da mudança – um guia prático para a mudança organizacional*. Lisboa: Sílabo.

GOVERNO DE ANGOLA (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*. Luanda: Ministério da Economia e Planeamento.

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; KUHN, Ana Carolina Araújo (2017). Bibliotecas universitárias como espaços de aprendizagem. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 31, n. 1, p. 51-72.

LEITE, João Emanuel Cabral (1996). Melhoramento da gestão de bibliotecas universitárias. In: *Contributos para a revitalização da universidade em Angola*. Universidade do Porto, p. 259-273.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO [MESCTI] (2020). *Memorando sobre o processo de implementação da reorganização da rede de instituições públicas de ensino superior*. Luanda.

PATATAS, Teresa Almeida (2017). Evolução do património das bibliotecas universitárias angolanas. *O Ideário Patrimonial*, 8, p. 49 – 61.

PRADO, Heloísa de Almeida (2000). *Organização e administração de bibliotecas* (2.ª ed.). Queiroz.

SILVA, José Roberto Gomes da; VERGARA, Sylvia Constant (2003). Sentimentos, subjetividade e supostas resistências à mudança organizacional. *Revista de Administração de Empresas*, 43 (3), p. 10-21.

Recensão

REALIDADE FEMININA NO MUNDO ROMANO

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Rua Eça de Queiroz, 89
Pampilheira
P – 2750-662 Cascais
jde@fl.uc.pt

Pilar PAVÓN (editora)

Conditio Feminae.

Imágenes de la Realidad Femenina en el Mundo Romano.

Edizioni Quasar

2021.

830 pp.

Propôs-se a Doutora Pilar Pavón, catedrática de História Antiga na Universidade de Sevilha, levar a bom termo um projecto de investigação sobre o papel da Mulher na Antiguidade Romana: «Marginación y visibilidad de la mujer en el Imperio romano: Estudio de contrastes en los ámbitos políticos, jurídicos y religiosos», que foi aprovado pelo Ministerio de Ciencia e Innovación.

Reuniu, para isso, notável conjunto de historiadores e teve ocasião de promover, em Outubro de 2017, na Faculdade de Geografia e História da sua universidade, um colóquio internacional, de que se faz eco a obra *Marginación y Mujer en el Imperio Romano*, de mais de 400 páginas, publicada também por Edizioni Quasar, em 2018, a

que houve já oportunidade de se fazer pormenorizada referência

(<http://hdl.handle.net/10316/104443>).

O empenho nesse estudo tem a ver com a constante necessidade de se avaliarem, através da História, tendências actuais. Ou seja: após, de modo especial, o Maio de 68, o realce ao papel da Mulher na sociedade (e pus Mulher com maiúscula justamente para o acentuar) tem merecido ininterruptos estudos, de todos os pontos de vista. E se o Império Romano sempre mereceu atenção pelas mais diversas razões, o facto de, amiúde, aí se sublinhar o papel assaz secundário da mulher, por exemplo no contexto político, suscitou curiosidade, até porque, apesar de tudo, se tinha já uma noção clara de que não seria bem assim. Falava-se dos ‘jogos de bastidores’ das mulheres dos imperadores, da influência das vestais...

Entre os mais recentes estudos a esse propósito pode citar-se o que Milagros Navarro Caballero consignou nos dois mui bem apresentados volumes (contidos em agradável estojo cartonado) a que deu o sugestivo título de *Perfectissima femina – Femmes de l’élite dans l’Hispanie romaine* (Ausonius, Bordeaux 2017).



Fig. 1. Capa de *Perfectissima femina*

Num total de 864 páginas se dá conta, no 2º volume, de minucioso e exaustivo exame e estudo de 614 inscrições (Bética, Lusitânia e Hispânia Citerior) relativas a mulheres; um *corpus*, portanto, da maior valia, mormente se tivermos em consideração que houve o cuidado de se elaborarem os índices correspondentes (p. 777-863), que muito facilitam a consulta: índices das damas por ordem numérica, das damas por ordem alfabética do *nomen*, índice de fontes, de pessoas e de lugares.

Foi o I volume dedicado às conclusões que foi possível retirar do conjunto da documentação epigráfica e iconográfica manuseada. Mostra-se como, por uma questão de prestígio, as damas nas cidades hispânicas tiveram lugar quer nos textos e nas representações funerárias quer em homenagens (que elas próprias promoveram e/ou de que foram alvo) e, até, na esfera doméstica. Filha, esposa, mãe, promotora de doações de benemerência, sacerdotisa, a que não se deixou também de prestar público reconhecimento. Uma obra, doravante, de referência obrigatória nos estudos epigráficos peninsulares quando de *feminae* se deva tratar.

Já este volume *Conditio Feminae* coordenado por Pilar Pavón vai num sentido deveras complementar: como foi mesmo a realidade? Que é que pode saber-se ao certo?

A simples enumeração dos capítulos por que foram distribuídas as contribuições denuncia a temática exposta:

1. Paradigmas femeninos extremos: *mala mulier, buona mulier*;
2. Aspectos de la legislación imperial sobre la condición femenina;
3. Mujer, sociedad, economía y cultura;
4. Mujeres y arquitectura pública y privada;
5. Mujeres del Occidente romano frente a la vida y la muerte;
6. Algunas causas y consecuencias de la movilidad femenina;
7. Visibilidad discrepante en mujeres de familias imperiales;
8. Contrastes y realidades de la mujer en el Cristianismo primitivo;
9. Poder y visibilidad publica de las reinas extranjeras: del Oriente helenístico al romano.

CONDITIO FEMINAE.
IMÁGENES DE LA REALIDAD
FEMENINA EN EL MUNDO ROMANO

Editora
Pilar Pavón



ROMA 2021
EDIZIONI QUASAR

Fig.2. Capa de *Conditio Feminae*

Termina-se, de facto, com «Zenobia de Palmira, una reina poderosa en tiempos convulsos», pela pena de María José Hidalgo de la Vega (p. 799-830).

E começara-se, num pólo oposto, a referir uma mãe desnaturada do final da Roma republicana, alvo de ferozes ataques por parte de Cícero: *Sasia*, mãe de *Cluentius Habitus*. Chegaram alguns historiadores a compará-la – a ela e a um dos seus maridos, *Oppianicus* – à célebre parelha Bonnie and Clyde, mas o artigo de Carla Masi Doria (p. 13-32) chamou para título uma frase assaz sintomática: *vicit pudorem libido, timorem audacia, rationem amantia* – nela, a lascívia sobrepôs-se ao pudor, a audácia ao temor, a loucura à razão!...

Temos, pois, de tudo.

Marcella Chelotti, da Universidade de Bari, mostra que a ideia republicana de mulher ‘virtuosa’ por se ocupar primordialmente das tarefas domésticas vai paulatinamente dando lugar a ocupações outras, como a poesia, a leitura, isto é, a cultura em geral, não sendo de somenos haver quem, no mundo feminino romano do século II, se dedique à dança ou à música (p. 268-284). E recordar-se-á, nesse âmbito, o célebre epitáfio de Cláudia, do século II a. C., como que um retrato da mulher ideal de então:

«Aprazível a sua fala, gracioso era o seu andar. Cuidou da sua casa, fiou lã» – *sermone lepido tum autem incessu commodo domum servavit lanam fecit* (Bücheler, *Carmina Latina Epigraphica*, nº 52).

Trinidad Nogales evoca, por seu turno, os dados epigráficos e iconográficos acerca das *mulieres emeritenses* e sublinha o facto de se haverem encontrado em *Emerita Augusta*: o baixo-relevo que mostra *Sentia Amarantis* no seu papel de taberneira, a encher um jarro de vinho; o altar funerário da *optima medica Iulia Saturnina* [e não *Saturnia*, como, por lapso, se escreveu na p. 393], que mostra na sua face posterior o relevo de um recém-nascido enfaixado; o epitáfio de *Cornelia Nothis, secunda mima de Sollemnus e Halyus*. Apresenta-se também, nessa pág. 393, o baixo-relevo de uma mulher desnudada, sentada sobre as suas vestes, a legenda, em grego, a identificá-la ($\Lambda\text{M}\Pi\text{A}\Sigma$, *Lampas*), imagem que se tem interpretado como representando uma prostituta.

O contributo de María Victoria Escribano Paño (p. 651-673), sobre «estatuas, ofensas y exílios», não deixa de ser igualmente significativo, porque, além de referir um facto a

que estamos habituados sempre que uma revolução deita abaixo um regime (em 387, na cidade de Antioquia, o povo derrubou estátuas de bronze do imperador Teodósio...), mostra como o poder vive de imagens: imponente estátua da imperatriz Eudóxia, mulher de Arcádio (395-408), foi solenemente erguida na tribuna das alocações imperiais em Constantinopla; o bispo S. João Crisóstomo não gostou, criticou e isso valeu-lhe o exílio!...

Pequenas histórias, dir-se-á, da grande História. A mostrar cabalmente, porém, que, afinal, não terá sido assim tão insignificante o papel da Mulher na Antiguidade Romana, em todos os aspectos da existência real.

Um volume, pois, basto diversificado, a consultar com toda a atenção.

